



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO**  
**BRASIL NA 7<sup>a</sup>. REGIÃO FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**MARÇO/2013**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012, Portaria CGU nº 133/2013 e Norma de Execução CGU nº 01/2013.

RIO DE JANEIRO, MARÇO/2013

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

- AFRFB** – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil  
**ALF** – Alfândega da Receita Federal do Brasil  
**ARFB** – Auditoria da Receita Federal do Brasil  
**AGU** – Advocacia–Geral da União  
**Art.** – Artigo  
**ATA** – Assistente Técnico–Administrativo  
**ATRFB** – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil  
**Audit** – Coordenação–Geral de Auditoria Interna  
**CAC** – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil  
**CGU** – Controladoria–Geral da União  
**CIEE** – Centro de Integração Empresa Escola  
**COAEF** – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal  
**COANA** – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira  
**COCAD** – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro  
**COCAJ** – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial  
**CODAC** – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança  
**COFIS** – Coordenação–Geral de Fiscalização  
**COGEP** – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas  
**COGER** – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil  
**COGET** – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise  
**COMAC** – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes  
**COPAV** – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional  
**COPEI** – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação  
**COPES** – Coordenação–Geral de Programação e Estudos  
**COPOL** – Coordenação–Geral de Programação e Logística  
**COREC** – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição  
**COSIT** – Coordenação–Geral de Tributação  
**COTEC** – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação  
**DATAPREV** – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social  
**DE** – Despacho Aduaneiro de Exportação  
**DEMAC** - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes  
**DI** – Despacho Aduaneiro de Importação  
**DIAAC** - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito  
**DIAAD** - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros  
**DIAEX** - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo  
**DIAFI** – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização  
**DIATA** – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração  
**DIFIS** – Divisão de Fiscalização  
**DN** – Decisão Normativa  
**DRF** – Delegacia da Receita Federal do Brasil  
**DRJ** – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento

**FAPI** – Fichas de Auditoria de Importação

**FDI** – Fichas Despacho Importação

**FHAB** – Ficha de Habilitação

**GDA** – Gerencial de Desempenho Aduaneiro

**GIFA** – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação

**IN** – Instrução Normativa

**IRF** – Inspetoria da Receita Federal do Brasil

**PAINT** - Plano Anual da Auditoria Interna

**PCC** – Plano de Cargos e Carreira

**PDV** – Programa de Demissão Voluntária

**PECFAZ** – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda

**PF** – Pessoa Física

**PGPE** – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

**PJ** – Pessoa Jurídica

**PNEF** – Programa Nacional de Educação Fiscal

**PNFA** – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira

**RADAR** – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros

**RAINT** - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

**RFB** – Receita Federal do Brasil

**RIP** - Registro Imobiliário Patrimonial

**SAGA** – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes

**SERPRO** – Serviço Federal de Processamento de Dados

**SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

**SIAPE** – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

**SIASG** – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

**SICONV** – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

**SIORG** – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

**SISCAD** – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas

**SPIUNet** - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

**SPU** - Secretaria do Patrimônio da União

**STN** – Secretaria do Tesouro Nacional

**SUARA** – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil

**SUARI** – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil

**SUCOR** – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil

**SUFIS** – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil

**SUTRI** – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**TME** – Tempo Médio de Atendimento

**UG** – Unidade Gestora

**UJ** – Unidade Jurisdicionada

## **LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 150/2012)**

<b><u>Título</u></b>	<b><u>Página</u></b>
QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ.....	18
QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....	100
QUADRO 3 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	103
QUADRO 4 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	103
QUADRO 5 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	106
QUADRO 6 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	107
QUADRO 7 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	108
QUADRO 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) .....	109
QUADRO 9 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” e CPGF) .....	109
QUADRO 10 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ .....	113
QUADRO 11 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ .....	114
QUADRO 12 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ .....	115
QUADRO 13 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA.....	116
QUADRO 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	116
QUADRO 15 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES .....	117
QUADRO 16 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA .....	119
QUADRO 17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	121
QUADRO 18 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	123
QUADRO 19 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	128
QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	129
QUADRO 21 - BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ .....	129
QUADRO 22 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	134
QUADRO 23 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	136
QUADRO 24 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	141
QUADRO 25 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR .....	144
<b><u>Declarações</u></b>	
Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV .....	151

## SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO .....	8

### **Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 119/2012**

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada .....	18
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	18
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	19
1.3 Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.....	21
1.4 Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	25
1.5 Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada 46	46
1.6 Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade 65	65
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	67
2.1 Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada .....	67
2.2 Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos .....	70
2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício .....	81
2.4 Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada .....	85
3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	99
3.1 Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ .....	99
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	103
4.1 Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira .....	103
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	106
5.1 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	106
5.2 Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	107
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	112
6.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade.....	113
6.2 Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários.....	119
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	125
7.1 Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	125
7.2 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros .....	128
8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental .....	134
8.1 Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras.....	134
8.2 Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água.....	135
9. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	141

9.1	Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno .....	141
9.2	Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	143
9.3	Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas .....	144
9.4	Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.....	145
10.	Informações Contábeis .....	147
10.1	Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade .....	147
10.2	Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão .....	150

## INTRODUÇÃO

### ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal – SRRF07 e as 14 Unidades a ela jurisdicionadas.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119, de 2012, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 150, de 2012.

Em observância ao item 29 da Parte B do Anexo II da

Quanto ao item 17 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão designado para apresentar informações sobre este item) expediu Ofício-Circular nº 15/2012/SEGEPE-MP, de 10/09/2012, solicitando que todos os órgãos do Ministério da Fazenda, entre outros, incluíssem em seus Relatórios de Gestão informações acerca do processo gradual de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU nº 1.520/2006-Plenário). Com relação ao tema, esta Unidade Jurisdicionada (UJ) informa que não possui postos terceirizados em desacordo com o disposto no Decreto nº 2.271/1997, que normatiza a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

### ITENS QUE NÃO FORAM TRATADOS NESTE RELATÓRIO

**Não constam deste Relatório as seguintes informações, acompanhadas das correspondentes justificativas:**

<b>3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</b>	
3.3.	Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.
<b>Justificativa:</b> Por ser órgão da administração direta, a RFB não possui diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.	

<b>4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ</b>	
Quadro A.4.1	Programa de Governo Constante do PPA – Temático
Quadro A.4.2	Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ
Quadro A.4.3	Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ
Quadro A.4.4	Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ
<b>Justificativa:</b> Esta UJ, apesar de possuir ações vinculadas a Programa Temático, não recebeu orçamento nem executou recursos financeiros nestas ações. Em consequência, os quadros da Portaria TCU nº 150/2012 citados acima não foram preenchidos porque não se aplicam à natureza desta UJ ou porque não há conteúdo a ser declarado.	

## 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

**Justificativa:** Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, o preenchimento deste item, exceto as informações referentes ao Quadro A.5.23 – Fiscalizações Realizadas pela RFB. Entretanto, devido à incumbência de atender o disposto no § 6º do art. 165 da Constituição Federal, a RFB é detentora de muitas informações que podem contribuir para o processo de controle das renúncias. Assim, os seguintes Quadros foram preenchidos com as informações que se encontram disponíveis:

Quadro A.5.13 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;

Quadro A.5.14 - Valores Renunciados e Respectivas Contrapartida;

Quadro A.5.15 - Contribuintes beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas; e

Quadro A.5.16 - Contribuintes beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas.

### 5.6. Informações sobre a gestão de precatórios.

**Justificativa:** A RFB não faz gestão de precatórios (item b da página 59 da DN TCU nº 119/2012).

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

**Justificativa:** A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o item 6.1.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 150/2012:

Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos; e

Quadro A.6.8 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.

### 6.1 e) Demonstração do cadastramento, no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007;

**Justificativa:** Com relação ao item 6.1.7 da Portaria TCU nº 150/2012 deixaram de ser preenchidos os seguintes quadros, conforme justificativas a seguir:

Quadros A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac - não pode ser preenchido porque não existe consulta gerencial no Sisac que permita apurar a tempestividade do registro em relação ao prazo legal.

Quadros A.6.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (art. 14 da IN TCU nº 55/2007) e Quadros A.6.13 – Atuação do OCI sobre Atos Submetidos a Registro – a RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões.

### 6.1 f) providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/1998 e 34/2001);

g) providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93;

**Justificativa:** Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais. Não há como verificar via extração sistematizada, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.

O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

#### 6.2 Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

**Justificativa:** Os seguintes quadros não foram preenchidos porque não se aplicam à realidade da UJ, ou seja, a RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal:

Quadro A.6.14 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada;

Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional;

Quadro A.6.16 – Autorizações para Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados.

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.3.	Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades <b>que não executaram</b> sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
11.4.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.
11.5.	Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
11.6.	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

**Justificativa:** Estes itens não são aplicáveis aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, conforme disposto no item b da página 59 da DN TCU nº 119/2012.

Os seguintes Itens do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central:

### 3.1 - Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade;

**3.4** - Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade;

**3.5** - Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU;

**4.1** - Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada;

**4.3** - Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira (no Relatório de Gestão das Superintendências da RFB constarão, deste Item, os Quadros A 4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação e A 4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação);

**5.5** - Informações sobre Renúncia Tributária;

**8.1** - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ; e

**29 da Parte B do anexo II da DN TCU nº 119/2012** - Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

**Para o Item** do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, **5.1 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**, a Unidade Jurisdicionada não prestou informações porque durante o exercício de 2012, não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Os seguintes Itens do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada, no entanto, não houve ocorrência e deixarão de constar no presente Relatório de Gestão:

5.3 Transferências de Recursos	
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
QUADRO A.5.3	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios
QUADRO A.5.4	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três Últimos Exercícios
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes
QUADRO A.5.5	Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse
QUADRO A.5.6	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse
<b>5.4 Suprimentos de Fundos</b>	
QUADRO A.5.9	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

## **PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA 7<sup>a</sup> RF NO EXERCÍCIO 2012**

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7<sup>a</sup> Região Fiscal (SRRF 7<sup>a</sup>RF) é responsável por aproximadamente 17% da arrecadação nacional (receitas administradas pela RFB), possui cerca de 3,9 mil servidores e é constituída por 36 unidades administrativas, com atuação nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, nas áreas de administração tributária (tributos internos e contribuições previdenciárias) e aduaneira.

No exercício de 2012, foram executados 91,36% da dotação orçamentária destinada para a 7<sup>a</sup> Região Fiscal, assim distribuída: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e as Despesas de Capital.. Tal percentual expressa a gestão diligente da 7<sup>a</sup> RF.

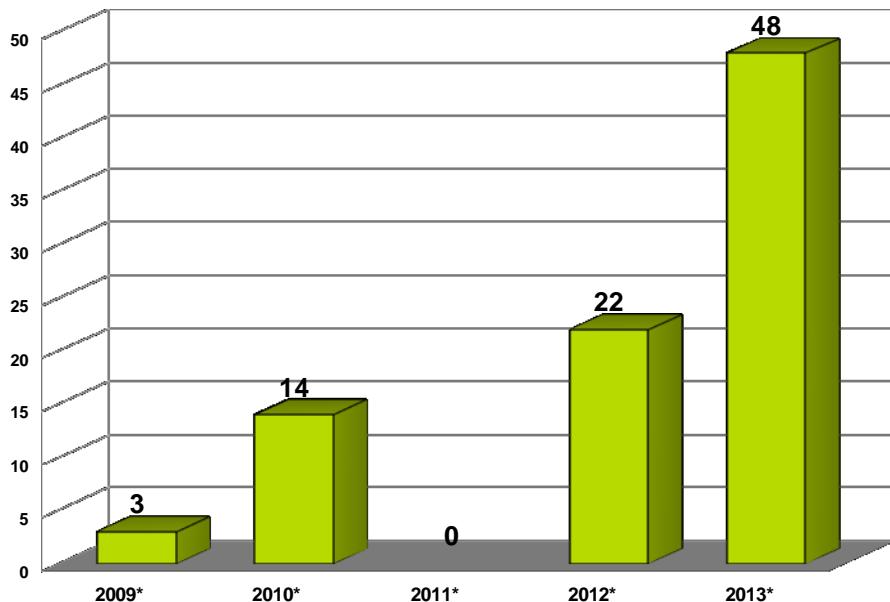
<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>VALORES PAGOS</b>	<b>RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS</b>
52.802.306,72	44.382.426,98	44.265.209,99	8.419.879,74

Fonte: Siafi-Siga Brasil

No decorrer de 2012, foram intensificadas as ações voltadas para disseminação do Planejamento Estratégico da Receita Federal do Brasil para o quadriênio 2012-2015, que teve início em 2011. A SRRF da 7<sup>a</sup> Região Fiscal, através da criação do Escritório de Projetos (Eproj), investiu em capacitação em Gestão Estratégica e na Metodologia de Gerenciamento de Projetos, ambas difundidas pelo órgão central. O Escritório de Projetos (Eproj) tem tido um trabalho destacado, que vem sendo realizado em conjunto com os Núcleos de Planejamento Estratégico (NPE), pequenas células criadas em cada Unidade Descentralizada para apoiar no âmbito local estas ações, e também merecem especial destaque neste trabalho.

No tocante às Iniciativas regionais, é importante destacar a elaboração de mais de 20 propostas de projetos e ações, com objetivos de melhoria e inovação em diversas áreas, o que por si só já representou um “salto” no crescimento da carteira de projetos e ações em relação aos anos anteriores. Importante também destacar que cerca de 70% destas iniciativas foram concluídas ainda em 2012.

## Portfólio da SRRF da 7ª Região Fiscal – Evolução anual



\* Dados consolidados em Janeiro de 2013 – Sistema SAGE

Tendo como base a Cadeia de Valor, e por Macroprocesso da RFB, valem ser destacadas as seguintes realizações no âmbito da 7ª Região Fiscal:

### **Arrecadação e Controle do Crédito Tributário:**

A realização da arrecadação no âmbito da 7ª RF, embora tenha atingido o previsto como meta pela Instituição (97% da previsão), conforme tabela de indicadores, foi prejudicada pela série de desonerações tributárias ocorridas ao longo de 2012, a exemplo das outras Regiões Fiscais. O resultado nominal alcançado, no acumulado do ano (R\$ 164,2 bi), foi pouco inferior à previsão feita no início do ano (R\$ 169,2 bi).

### **Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros:**

No que tange os procedimentos de fiscalização em pessoas jurídicas e físicas, incluídas as revisões de declaração, referentes aos tributos internos (tributos federais administrados pela RFB, exceto aqueles relacionados à área aduaneira), vale destacar a posição de destaque da 7ª RF com excelente aproveitamento no indicador estratégico (100%) relacionado.

Vale ressaltar o crescimento do crédito tributário lançado, que em 2012 alcançou cerca de R\$ 30 bi, representando um aumento nominal em relação ao ano anterior de 20%, e também registrar o aumento da participação no âmbito nacional, que passou de 22% (2011) para 26% em 2012.

Na parte referente aos tributos aduaneiros, vale destacar a atuação da fiscalização de zona secundária, com cerca de 200 procedimentos em operadores de comércio exterior, o que representou cerca de 20% do realizado em termos nacionais, e especificamente no que tange à repressão e vigilância aduaneira, foram realizadas cerca de 200 operações de vigilância e repressão na 7ª Região Fiscal, o que representou cerca de 6% do total realizado em termos nacionais. Em termos de valor de apreensões de mercadorias, foi registrado um aumento de 43% em relação ao

ano anterior, alcançando em 2012 cerca de R\$ 71,7 mi, somente na 7ª Região Fiscal (9% do consolidado em termos nacionais).

### **Administração Aduaneira:**

Os tempos médios brutos de despacho aduaneiro de exportação na 7ª Região Fiscal tiveram uma ligeira alta em relação ao ano anterior (35%), seguindo a tendência nacional (67% de incremento). Em relação à importação, vale destacar o alcance da meta do indicador, que mede o grau de fluidez dos despachos de Importação, pela 7ª Região Fiscal (100%).

Importante também ressaltar a participação da 7ª RF na coordenação regional das atividades da RFB na Conferência Rio+20, que foi bastante positiva pelo aprendizado que trouxe e pela visibilidade obtida pela instituição, junto a outros órgãos e à sociedade. Tivemos destaque, e consolidamos nosso papel como agentes da segurança do Estado e de suas fronteiras. Demonstramos a capacidade e o preparo de nossos profissionais para atuar de forma decisiva nas atividades de segurança nacional e de interesse estratégico e institucional. Crescemos muito como equipe, uma vez que os servidores selecionados de outras Unidades (cerca de 200, em todo o País) para trabalhar na cidade durante a conferência, apresentaram-se de maneira voluntária. Isso valoriza o trabalho do servidor e demonstra o seu espírito de colaboração.

### **Segurança Jurídica e Solução de Litígios:**

Neste segmento da Cadeia de Valor, vale destacar o alcance da meta regional da 7ª RF no que tange o índice de solução de consultas internas e externas (100%), conforme tabela do índice RFB.

Em relação à Tributação, regionalmente tem se trabalhado no sentido de adaptar-se às demandas exigidas pelo Regime Especial de Tributação para Reforma e Modernização de Estadios, o Recopa, por ocasião da Copa do Mundo de 2014. Os trabalhos de habilitação têm sido concentrados na Delegacia Rio de Janeiro II, unidade que jurisdiciona a representação da Fifa no País.

Além disso, há uma preocupação com a retenção de conhecimento nesta área. Para tal, existe um projeto em desenvolvimento (previsto para ser concluído em meados de 2013) de manualização das atividades do setor de tributação, com vistas a formar uma vasta documentação das atividades desenvolvidas, e com isso armazenar e compartilhar conhecimentos.

### **Interação com a Sociedade:**

Em relação a este tópico, merece destaque o alcance das metas regionais (100%), aplicadas aos indicadores estratégicos: tempo médio de atendimento, diminuição do tempo médio de estoque de processos de restituição, quantidade de acessos ao portal e-CAC e quantidade de eventos com foco em educação fiscal.

Também importante destacar o desenvolvimento de iniciativas (projetos e ações): projeto Reunir, que visa incentivar o uso da Internet pelo cidadão e consequente diminuição na quantidade de atendimentos presenciais, através da divulgação e criação do hábito de uso do portal e-CAC, a continuidade da realização das oficinas de gerenciamento de conflitos, com foco no relacionamento interpessoal, e capacitação no sistema SAGA – Sistema de Gerenciamento do Atendimento, que tem se mostrado uma eficiente ferramenta no dia a dia dos CACs, para melhorar o atendimento cidadão e contribuinte.

E ainda, a continuidade das reuniões de entidades parceiras, representativas de categorias como advogados, contabilistas e despachantes, visando o fortalecimento da imagem institucional da Receita, e os eventos como os Seminários de atualização no Simples Nacional, que possuem um forte viés de integração tributária.

### **Gestão Corporativa:**

Nesta seção, que é composta pela gestão de pessoas, gestão de materiais e logística, gestão orçamentária e financeira, gestão de tecnologia da informação, gestão institucional e gestão estratégica, os pontos a destacar são os seguintes:

#### Gestão de Pessoas:

O alcance da meta regional no que tange o indicador de desenvolvimento e capacitação de pessoas (100%), além do desenvolvimento do projeto para estruturar as Equipes de Gestão de Pessoas (EGP) em cada unidade da 7ª RF, que tem previsão de conclusão para Julho/2013. E ainda, a participação de mais de 200 servidores, que ocupam função de gestão, no programa de desenvolvimento gerencial (DGR), o que representa, no primeiro ano, mais de 50% do total de ocupantes de cargos e chefias na 7ª RF.

#### Gestão de Materiais e Logística:

O indicador referente à gestão de mercadorias apreendidas ficou um pouco abaixo da meta fixada para região (72,6%), ponto que deve ser melhorado para o ano de 2013. Entretanto, os resultados e experiências obtidas nesta área com a realização da Conferência RIO+20, bem como a aquisição de novos equipamentos, veículos e aparato tecnológico, principalmente para a área aduaneira, conferiu à 7ª RF uma maior segurança para a realização dos futuros eventos, que serão realizados na sua jurisdição (Copa das Confederações, Encontro Mundial da Juventude Católica, Copa do Mundo FIFA e Olimpíadas RIO 2016).

#### Gestão Orçamentária e Financeira:

Quanto ao índice de gestão da execução das despesas de custeio, há que se ressaltar o resultado do indicador pouco abaixo da meta regional, mas acima da média nacional (99,3%). Já o indicador voltado para medir o nível de execução de investimento ficou bem abaixo da meta regional e da média nacional (53,7%), o que reflete ainda uma dificuldade na execução, principalmente de projetos de infraestrutura (obras e reformas). Para mitigar estes problemas, já se iniciou em novembro o projeto INTEGRAR, que visa capacitar e integrar toda a rede de servidores alocados nas áreas financeiras e orçamentárias das Unidades Descentralizadas da 7ªRF, e tem previsão de conclusão em dezembro de 2013.

#### Gestão de Tecnologia da Informação:

A área de tecnologia é outra que tem sido grande parceira na consecução dos objetivos estratégicos de nossa Região Fiscal, quais sejam: parceria com o Escritório de projetos (Eproj) e a Assessoria de Comunicação regional, no desenvolvimento da nova Intranet Regional, que entrou no ar em 21/12/12; desenvolvimento do Sistema de Indicadores Maco – Maiores contribuintes; e participação ativa na Rio+20, com os trabalhos de ampliação da Rede Lógica dos sistemas das Bases Aéreas do Galeão e Santa Cruz; e em conjunto com a área de arrecadação, no desenvolvimento do sistema de resposta e encaminhamento eletrônico de demandas de informação (originadas em outros órgãos da esfera federal), cujo protótipo pode até mesmo ser expandido para o restante do País, conforme já manifestado pelas próprias Unidades Centrais.

#### Gestão Institucional:

O desenvolvimento do novo padrão de intranet regional, sendo uma das primeiras regiões fiscais a utilizar o padrão definido pelo órgão central, na linguagem Plone. Projeto este que foi concebido pela Assessoria de Comunicação Regional e teve o apoio da área de tecnologia e Escritório de Projetos, ambos da 7ª RF, e culminou com o lançamento do novo portal no final do mês de dezembro.

### **PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2012**

A continuidade da reestruturação das nossas Unidades do Município do Rio de Janeiro: Delegacia Rio de Janeiro 1, Delegacia Rio de Janeiro 2 e Delegacia Especial de Maiores Contribuintes, com destaque para a formalização do contrato de aluguel da nova sede da Delegacia Rio de Janeiro 2, no

bairro da Barra da Tijuca. Nesta mesma linha, importante também destacar os esforços para mitigar e resolver os obstáculos impostos ao projeto de construção da nova sede da Delegacia de Vitória, no Espírito Santo.

A contratação de empresas especializadas em digitalização de acervo em papel, no caso processos administrativos, a fim de agilizar e otimizar o tempo de tramitação dos mesmos.

A dificuldade de pessoal, principalmente para fazer frente aos grandes eventos que foram e ainda serão realizados na jurisdição da 7ª Região Fiscal, já que a lotação de pessoal encontra-se abaixo daquela definida como ideal pelo órgão central (Estudo do Grau de Lotação).

## **DESAFIOS PARA 2013**

O ano de 2013 será a grande prova para a 7ª RF. O Rio de Janeiro hospedará grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e a Copa das Confederações, no meio do ano. Estimativas dão conta que a JMJ irá reunir cerca de dois milhões de pessoas na cidade do Rio de Janeiro.

A continuidade da disseminação e solidificação da cultura do planejamento estratégico, através das metodologias e ferramentas difundidas pelo órgão central: gestão de projetos, gestão por processos e gestão de riscos.

A melhoria nos índices de gestão da execução orçamentária, especialmente no tocante ao item investimentos, dado o baixo desempenho em 2012, se comparado à média nacional.

A execução de mais de 40 projetos elaborados e previstos, sendo que a maioria com término ainda em 2013.

O desenvolvimento de um padrão para o plano tático ou plano de trabalho, já para ser utilizado em 2013, provendo maior eficácia e eficiente à gestão regional, e principalmente garantir uma maior aderência estratégica.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>. REGIÃO  
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 1: Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada** (Item 1 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

## 1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda		<b>Código SIORG:</b> 001929
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - SRRF07		
<b>Denominação abreviada:</b> Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal		
<b>Código SIORG:</b> 003158	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 170116
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		
<b>Principal Atividade:</b> Administração Tributária		<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(021) 3805 - 2372	(021) 3805 - 2388
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:internetrfb@receita.fazenda.gov.br">internetrfb@receita.fazenda.gov.br</a>		
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.receita.fazenda.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> Av. Presidente Antônio Carlos 375, S/320, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20020-010		
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>		
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007; Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.		
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>		
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012		
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>	
170102	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE VITÓRIA	
170103	DELEGACIA DA RFB EM VITÓRIA	
170118	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DO RIO DE JANEIRO	
170119	DELEGACIA DA RFB EM VOLTA REDONDA	
170120	DELEGACIA DA RFB EM CAMPOS GOYTACAZES	
170121	DELEGACIA DA RFB EM NITEROI	
170122	DELEGACIA DA RFB EM NOVA IGUACU	
170125	ALFÂNDEGA DA RFB AEROPORTO. INTERNACIONAL DO RIO JANEIRO	
170257	DELEGACIA DA RFB NO RIO DE JANEIRO I	
170258	INSPETORIA DA RFB NO RIO DE JANEIRO	
170316	DELEGACIA DA RFB DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO	
170317	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE ITAGUAÍ	
170383	DELEGACIA DA RFB NO RIO DE JANEIRO II	

170386	DELEGACIA DA RFB EM MACAÉ
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
00001	TESOURO NACIONAL
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
170102	00001
170103	00001
170118	00001
170119	00001
170120	00001
170121	00001
170122	00001
170125	00001
170257	00001
170258	00001
170316	00001
170317	00001
170383	00001
170386	00001

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

### **1.3 Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada**

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

#### **I - UNIDADES CENTRAIS**

1. ASSESSORAMENTO DIRETO

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECRETARIAS

## **II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS**

### **SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF**

A Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Estão subordinadas às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF's, as Unidades abaixo:

#### **1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF, ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial**

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF's, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

1.1 - Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de Classes "A" e "B", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, são inerentes as competências do artigo anterior, em seu caput e respectivos incisos, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

#### **1.2 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's**

Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

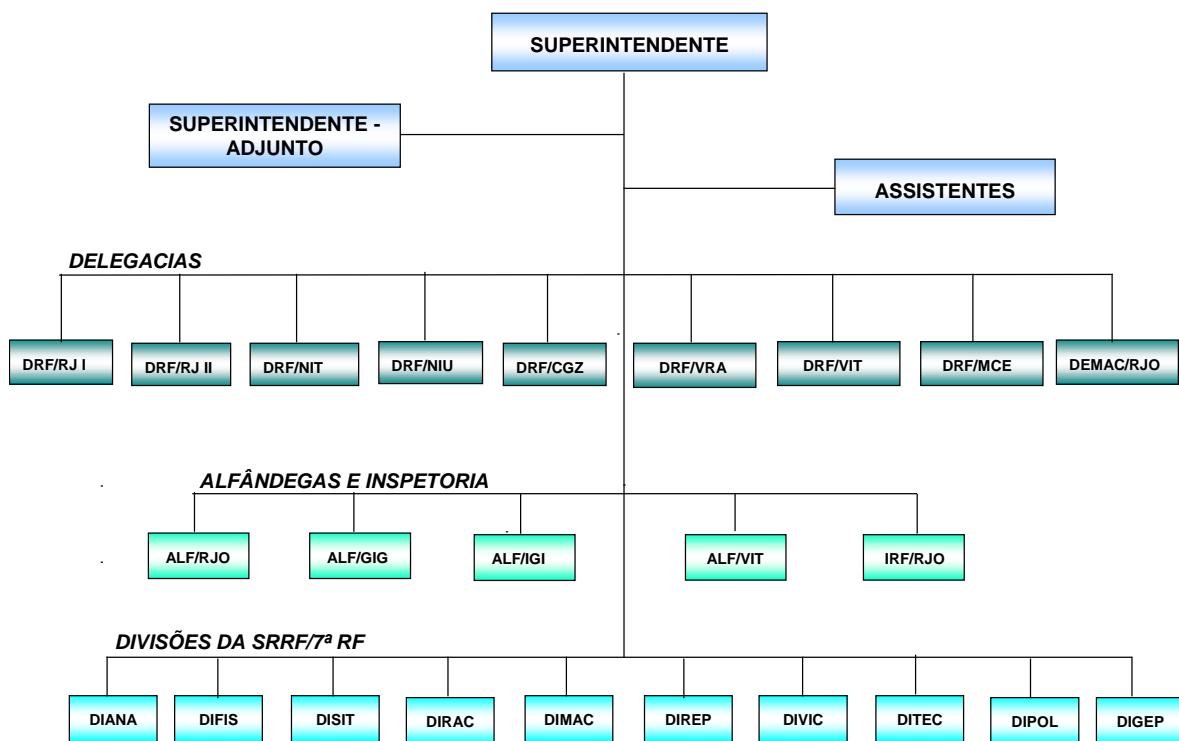
Obs.: a) As Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's são subordinadas às Delegacias da Receita Federal - DRF's.

b) As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF, são subordinadas às DRF's, ALF's ou às IRF's - Classe Especial.

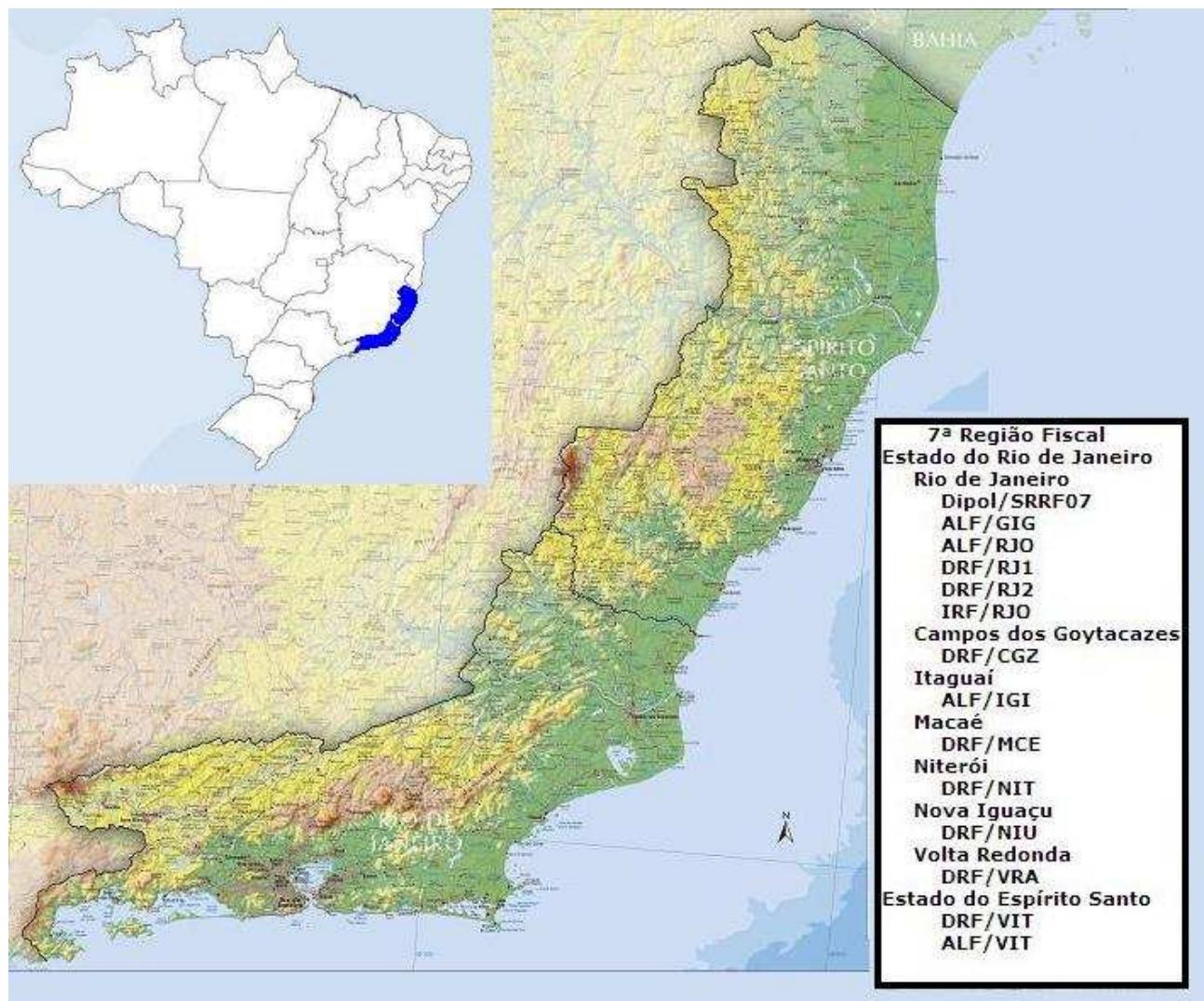
#### **2 - DELEGACIAS ESPECIAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES - DEMAC**

Às Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac compete, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, em relação aos contribuintes de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e aos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, desenvolver as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização e ainda, desenvolver as atividades de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

### **Organograma da Superintendência Regional Receita Federal do Brasil – 7<sup>a</sup>RF**

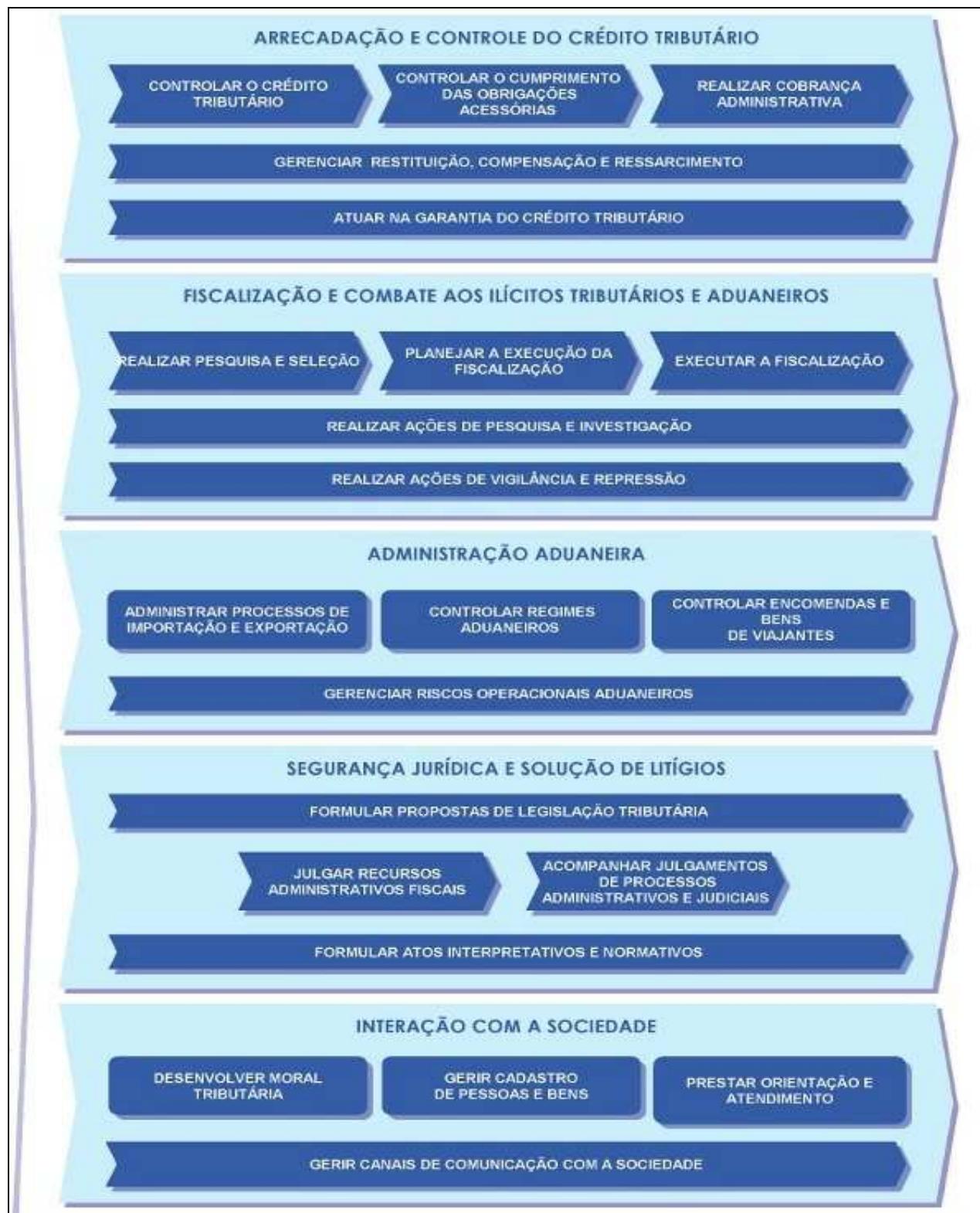


## Unidades Descentralizadas



UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB NA 7ªRF	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	1
Delegacias da Receita Federal (DRF)	8
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	1
Inspeções da Receita Federal (IRF)	1
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	4
Agências da Receita Federal (ARF)	21
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada



### 1.4.1 Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



#### a) Controlar o crédito tributário

##### Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

##### Arrecadação:

Em 2012 foram arrecadados R\$ 1,0 trilhão (um trilhão de reais) em pouco mais de 264 milhões de documentos de arrecadação, utilizados para extinção dos créditos tributários, resultantes do processamento de cerca de 11,3 milhões de declarações (DCTF). A Rede Arrecadadora manteve-se em 2012 com 28 instituições financeiras.

##### Redução dos custos com a Rede Arrecadadora:

Em dezembro de 2012 as tarifas pagas aos agentes arrecadadores foram unificadas e reduzidas para R\$ 0,40 (quarenta centavos) por documento de arrecadação. Esta redução permitirá uma economia anual estimada em cerca de R\$162 milhões.

##### Darf Numerado:

Em abril de 2012, iniciou-se a arrecadação com novo padrão de código de barras no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Nesse novo padrão, o documento de arrecadação recebe um número no momento de sua geração/impressão. Tal padrão permitirá ampliar a utilização do código de barras no Darf, reduzindo custos e erros de digitação.

## **b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias**

### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Foi implementado no ano de 2012 o Programa de Omissos Pessoa Física, no qual foi identificado e intimado por meio de processamento eletrônico os contribuintes obrigados a entrega de Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, que incidiram em um dos critérios de obrigatoriedade de entrega, tais como auferimento de rendimentos tributáveis acima do limite, operações em renda variável, entre outros.

## **c) Realizar cobrança administrativa**

### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a outubro/2012, 1.53 milhões de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 19,8 bi de créditos em cobrança;

Do total cobrado neste ano, foram recebidos em espécie R\$ 395 milhões (1,75% do total cobrado), foram parcelados R\$ 706,8 milhões (3,13%) e extintos por compensação R\$ 161,3 milhões (0,72%), totalizando R\$ 1.26 bilhões de créditos recuperados (5,60% do total de crédito tributário cobrado);

Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 79.122 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2012. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 115 milhões mil em pagamentos; R\$ 203 milhões em parcelamentos; e R\$ 8.9 milhões mil foram objeto de retificação;

Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União;

De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de

Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e

Foi desenvolvido, em parceria com o Ministério da Previdência e o INSS, o sistema Malha para a Declaração de Contribuições Previdenciárias (GFIP), que visa identificar fraudes relacionadas a retificação de valores, concessão de benefícios indevidos e reduções indevidas do número de vínculos empregatícios. Da mesma forma está sendo implantado no final deste mês o programa malha Declaração de Débitos da Pessoa Jurídica (DCTF), que visa identificar a omissão de informações e fraudes tributárias.

#### **d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Repcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2012 foram recepcionados 1.046.038 PER/DCOMP, sendo 632.870 declarações de compensação, 307.962 pedidos de restituição, 63.505 pedidos de ressarcimento e 41.701 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 74 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 185.479 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2012, foram emitidas 262.755 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações – SCC, sendo 97.466 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 4.219 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificadora e 161.070 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 5 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 78.677 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1 bilhão. Do total de processos, 78,81% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 62.010 processos, totalizando R\$ 964 milhões. Foi devolvido pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 41.193 processos, correspondendo a cerca de R\$ 53,3 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de R\$ 12,7 bilhões para pagamento de restituição de 11 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

#### **e) Atuar na garantia do crédito tributário**

##### **Descrição sucinta do processo de trabalho:**

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;

- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

**Iniciativas de natureza normativa e de orientação:**

Publicação da 1<sup>a</sup> etapa do material: “perguntas e respostas”, com enfoque didático às questões formuladas pelas unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens; e

Seminário Nacional, com a participação da PGFN - objetivando disseminar os novos conceitos legais e operacionais de controle de bens, os novos sistemas e sobretudo, e principalmente voltado à sensibilização dos Servidores para criação de nova cultura do processo de garantia do crédito tributário na instituição.

**Iniciativas de ordem operacional:**

disponibilização de listas - com os créditos tributários dos sujeitos passivos – às unidades descentralizadas, para a realização do arrolamento de bens;

homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia , COMPROVI, de gestão da Sufis; e

disponibilização de sistema informatizado - para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contagil, de gestão a cargo da Sufis.

**Iniciativas de natureza gerencial:**

criação do Índice de Garantia do Crédito Garantido (IGT), que medirá a relação entre montante de bens arrolados e passivo tributário a ser garantido.

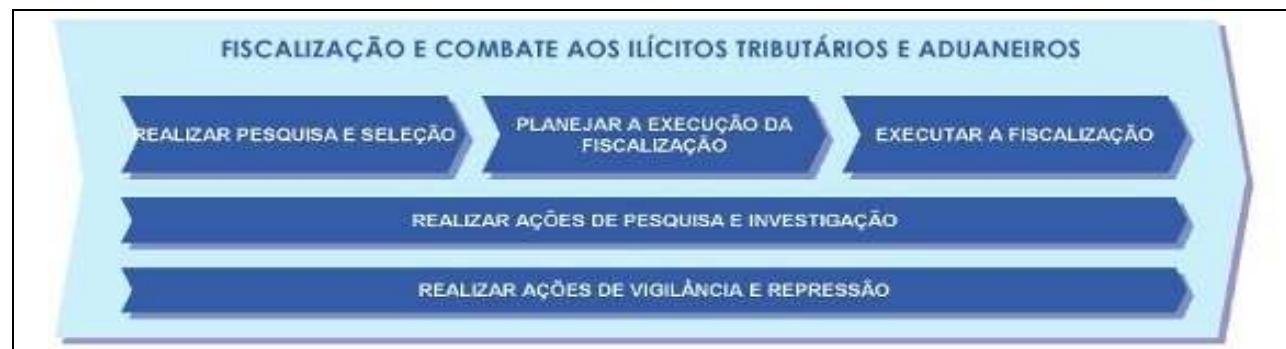
Como consequência das iniciativas mencionadas, observa-se fortalecimento das medidas para garantia do crédito tributário e que houve aumento do IGT do inicio para final do ano de 2012, e basicamente houve superação da meta proposta por todas regiões fiscais, conforme tabela 1:

Região Fiscal	Tabela 1: Apuração do ICTG					META 2012
	ICTG - 1º trim/2012	ICTG – 2º trim/2012 (*)	TOTAL DÉBITOS	Arrolamentos até 30/09/2012 (em R\$)	ICTG – 3º trim/2012 (*)	
1 <sup>a</sup>	8,4%	13,5%	11.388.243.757,61	1.971.635.014,80	17,3%	11,4%
2 <sup>a</sup>	2,1%	2,2%	10.388.685.449,02	267.720.025,70	2,6%	5,1%
3 <sup>a</sup>	1,0%	1,2%	5.708.067.695,43	70.255.038,00	1,2%	2,1%
4 <sup>a</sup>	2,1%	2,4%	9.107.801.116,06	837.311.175,70	9,2%	4,0%
5 <sup>a</sup>	3,4%	4,6%	13.137.216.613,83	617.068.661,70	4,7%	6,4%
6 <sup>a</sup>	4,8%	6,6%	23.076.111.393,08	1.586.944.969,60	6,9%	7,0%
7 <sup>a</sup>	4,1%	4,3%	56.795.473.662,37	2.506.748.301,30	4,4%	7,1%
8 <sup>a</sup>	5,4%	7,2%	182.579.887.582,03	13.773.181.331,90	7,5%	6,4%
9 <sup>a</sup>	7,0%	13,5%	19.764.892.770,20	3.004.970.338,10	15,2%	10,0%
10 <sup>a</sup>	7,9%	9,5%	10.915.386.095,01	1.154.890.224,10	10,6%	10,9%
Brasil	5,1%	6,8%	342.861.766.134,64	25.790.725.080,90	7,5%	6,9%
Indicador = Arrolamentos já realizados /Total Débitos						
(*) Para fins de comparação, foi considerado o total de débitos inicialmente levantados em janeiro/2012						

Também observa-se que houve aumento expressivo dos valores de bens arrolados ao longo do ano de 2012, em comparação com o ano anterior, conforme tabela 2, demonstrando expectativa de consolidação para o ano de 2013.

Bens Arrolados – Acumulado (em reais)			
Região Fiscal	Até 2011	Até 2012	Variação (%)
1*	1.243.719.184,20	2.085.627.836,30	67,7
2*	199.940.374,10	274.567.633,00	37,3
3*	57.627.924,60	284.090.599,90	393,0
4*	192.565.636,50	841.984.435,40	337,2
5*	358.853.299,70	955.939.989,90	166,4
6*	1.103.698.243,70	1.844.102.739,20	67,1
7*	2.095.164.829,20	2.563.068.740,90	22,3
8*	11.528.512.861,50	14.710.845.678,00	27,6
9*	1.653.748.227,40	3.527.408.422,20	113,3
10*	893.394.998,60	1.206.638.894,00	35,1
<b>Brasil</b>	<b>19.327.225.579,50</b>	<b>28.294.274.968,80</b>	<b>46,4</b>

#### 1.4.2 Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



##### a) Realizar pesquisa e seleção

###### Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;

- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

**Escopo:** todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do ‘Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS’, resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período.

Para o ano de 2012, a meta definida foi 85%, alcançando o resultado de 80,19%, representando 94,4% da meta estipulada.

Em 2012, foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar conhecimento para as equipes de pesquisa e seleção da área aduaneira, visando a mitigar as diferenças de estrutura entre as diferentes regiões fiscais do país, apontadas por levantamento prévio.

## **b) Planejar a execução da fiscalização**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

**Escopo:** todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do ‘Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS’, resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do ‘Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM’, que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 99,2% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 98,36%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2012, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização” - IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAf; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

### **c) Executar a fiscalização**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;

- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

**Escopo:** todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações.

A avaliação desse processo é realizada por meio do ‘Indicador Global da Fiscalização – IGF’, resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);
- Indicador do Crédito Tributário - ICT, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- Indicador de Presença Fiscal - IPF, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2012 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 85,60%, com alcance desdobrado de 81,7% para o IDF; 110,3% para o ICT e 91,9% para o IPC.

No ano de 2012, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 115,8 bilhões, superando em 10,3% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2012, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2012 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

#### **d) Realizar ações de pesquisa e investigação**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;

- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação- Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- I. à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- II. ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;
- III. ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2012, a Copei conduziu suas ações de maneira alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a instituição, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 8,60 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros;

- Em 2012 foram realizados procedimentos fiscais em decorrência de ações de pesquisa e investigação que apontaram indícios de interesse fiscal em 525 contribuintes;
- Durante o ano foram realizadas inúmeras operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações, as mercadorias apreendidas alcançaram a cifra de aproximadamente R\$ 100 milhões, número que pode ser considerado satisfatório no contexto dos resultados atingidos ao longo dos últimos anos;
- A partir de solicitações das Delegacias da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelas dívidas tributárias, em regra já existentes, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pelas DRF e a execução das dívidas já existentes. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, de um grupo econômico com atuação em diversas unidades da federação, principalmente Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul e com uma dívida bilionária junto à Fazenda Nacional. A Justiça determinou a indisponibilidade dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas neste esquema até o montante de R\$ 500 milhões.

Foi um ano marcado por um cenário de crise econômica mundial, restrições orçamentárias e movimentos paredistas, não apenas na RFB, mas também em órgãos parceiros. Estes últimos merecem atenção especial pois, dada a característica de nosso processo finalístico, calcado em parcerias com órgãos externos, provocaram a necessidade de ajustarmos nossa atuação com o adiamento de diversas ações planejadas para o ano. Ainda assim, no ano 2012 a atividade de pesquisa e investigação resultou em 20 operações de impacto, contabilizando-se aqui apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 370 mandados de busca e apreensão e realizadas 140 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2012, nos possibilitou também a apreensão de cerca de 12 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países.

Um dado relevante, que corrobora a consolidação do modelo de realização das ações de Pesquisa e Investigação, calcado na execução de trabalhos em regime de “força tarefa” com outros órgãos públicos, são as condenações obtidas. Há registros de 40 condenações em 1ª Instância em 2012, referentes a operações deflagradas entre 2003 e 2008, verificando-se desde 2009 um certo aumento das condenações decorrentes das investigações realizadas com a participação da Receita Federal, o que eleva significativamente a percepção de risco por parte dos contribuintes.

Em um ano marcado pela comemorada reformulação da Lei de Lavagem de Dinheiro, conduzimos diversas iniciativas na intenção de marcar a firme posição da RFB em reforçar a atuação do Estado brasileiro na prevenção e combate a tão danoso crime.

Demos início à implantação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro na RFB, fruto de acordo assinado entre a instituição e Secretaria Nacional de Justiça- SNJ. A implantação desta estrutura, voltada para a utilização de modernas soluções tecnológicas na investigação de

crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, trará excepcional ganho na capacidade investigativa da Receita Federal, proporcionando resultados mais rápidos e efetivos nas investigações e fiscalizações que realiza.

Homologamos o treinamento, modalidade EaD, em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, mecanismo que permitirá o aumento da capacidade da RFB de transmitir a seus servidores o conhecimento básico necessário para que atuem na luta contra tal crime e delitos conexos.

Iniciamos também o Projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que tem como escopo a definição de sistemática (rotinas, procedimentos e sistemas informatizados) voltada à identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, as quais possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB.

Ainda num ano em que o tema “Lavagem de Dinheiro” esteve bastante presente na RFB, fomos distinguidos pela ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro com a autorização para utilização, em nossos treinamentos na área, do selo de qualidade daquela organização. Tal distinção foi fruto do reconhecimento do trabalho que temos realizado no âmbito do programa de capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB.

No campo da cooperação internacional, conduzimos um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Na mesma linha de atuação, prestamos assessoria técnica à Direção Geral de Impostos Internos – DGII de El Salvador, consolidando a atividade de Inteligência Fiscal brasileira como referência na América Latina.

Realizamos diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de segurança no âmbito da RFB, tais como a retomada da campanha de divulgação de seu Manual de Segurança Institucional, a atualização e realização do treinamento EAD no tema, inclusive para novos integrantes da Carreira AFRFB, assim como a capacitação de servidores para atuarem como tutores e/ou multiplicadores.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

### **e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2012, a Receita Federal realizou 2.680 ações de vigilância e repressão, algumas contaram com a participação de outros órgãos, tais como: Inmetro, Polícia Federal,

Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro, dentre outros, em ações conjuntas ou sendo apoiadas por eles.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2012. Merecem destaque aquelas relacionadas com o Projeto Armamento Institucional, envolvendo treinamento e cautela de pistola em calibre .40 e equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; a renovação da frota de veículos; as aquisições de coletes balísticos; e o Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção - tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2012, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) bateu os recordes históricos e somou R\$ 2,02 bilhões.

#### **1.4.3 Macroprocesso Administração Aduaneira**



##### **a) Administrar processos de importação e exportação**

###### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembaraçou 3,67 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas podem ser destacadas as iniciativas de mapeamento dos processos, disponibilização na internet dos Manuais de Importação e Exportação para o público externo e atualizações nos manuais internos. Esses Manuais têm como objetivo uniformizar procedimentos e orientar os importadores e exportadores nas atividades relativas ao despacho, sendo útil também aos transportadores, depositários e demais intervenientes. Implementou também o exame de qualificação técnica para Despachantes

Aduaneiros (previsto no RA, art. 810, § 1º, inciso VI). Como consequência dessas ações, espera-se redução de erros por parte dos intervenientes e maior eficiência nos procedimentos aduaneiros relacionados ao despacho.

Efetuou melhorias no SISCOMEX, sistema utilizado para processar a importação e exportação, com a disponibilização do sistema na plataforma Web aos operadores de comércio exterior, proporcionando mais facilidade e comodidade em sua utilização, e a criação do Cadastro Aduaneiro de Intervenientes no Comércio Exterior - Módulo de Despachantes e Ajudantes de Despachantes.

Elaborou integralmente e publicou atos normativos associados ao despacho, dentre ele destacam-se as instruções normativas que dispõem sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel e sobre procedimentos de habilitação prévia de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

### **b) Controlar regimes aduaneiros**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Ao longo do ano de 2012, a RFB empenhou esforços para mapear os processos dos regimes aduaneiros com vistas ao seu aprimoramento. No caso do regime Admissão Temporária, por exemplo, iniciou-se a concepção de um novo modelo que contempla as necessidades de controle aduaneiro e fluidez do processo, combinadas com os aperfeiçoamentos solicitados pelo setor privado. Como consequência, será publicada uma nova Instrução Normativa em 2013.

Houve melhorias também nas Instruções Normativas referentes ao regimes aduaneiros especiais de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro - e de entreposto industrial sob controle informatizado - Recof.

### **c) Controlar encomendas e bens de viajantes**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 14,4 milhões de remessas postais internacionais e processou 4,7 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 51 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 18,7 milhões de passageiros no ano de 2012.

Para facilitar a regularização voluntaria dos bens pelo viajante, foi lançado o aplicativo “VIAJANTES NO EXTERIOR”, de disponibilização gratuita, para uso em dispositivos móveis.

Iniciou-se o mapeamento dos processos, e projetos importantes foram desenvolvidos durante o ano, dentre eles estão o e-DBV - Declaração eletrônica de Bens e Valores; o novo modelo de controle de

bagagem acompanhada e a criação de um novo sistema para controle de remessas postais internacionais.

#### **d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

O processo “Gerenciar riscos operacionais aduaneiros” tem vital importância para o desenvolvimento do Comércio Exterior, e a Receita Federal tem focado grandes esforços no seu aprimoramento. Foi implementado o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros – CERAD, ao qual compete, entre outras, coordenar, orientar e executar estudos e pesquisas com vistas à seleção fiscal aduaneira de zona primária e à determinação de áreas de risco aduaneiro.

Dentre várias ações iniciadas, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, e, ao longo do ano de 2012, deu grande avanço para implementar o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

#### **1.4.4 Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios**



##### **a) Formular propostas de legislação tributária**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2012, foram elaboradas pela Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri, Medidas Provisórias tratando de temas diversos, onde destacamos, a que institui o Programa INOVAR-AUTO e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações; a que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; e, a que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

A Sutri participou da elaboração de Decretos Legislativos, onde destacamos o que regulamenta o Programa de Inclusão Digital e o que dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel

Foi encaminhado pelo Ministro da Fazenda para a Casa Civil da Presidência da República o Decreto que aprova o novo Regulamento do Imposto de Renda (RIR). Também já se encontra na Casa Civil da Presidência da República uma atualização do Regulamento Aduaneiro (RA) em fase final de revisão.

Além do novo RIR e do RA, estão sendo atualizados todos os Regulamentos, numa parceria da Coordenação-Geral de Tributação com as Divisões de Tributação das Regiões Fiscais. O Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o Regulamento da Contribuição Previdenciária já estão em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda na RFB, sofrendo as últimas revisões pela Cosit e pelas respectivas Disit responsáveis, encontram-se atualmente o novo Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins e a atualização do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

### **b) Julgar recursos administrativos fiscais**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

No ano de 2012, as DRJ julgaram em torno de 71.000 processos, o que significa uma redução de aproximadamente 21% em comparação com o ano de 2011, quando foram julgados aproximadamente 90.000 processos. Porém, em termos de créditos tributários, foram julgados em 2012 cerca de R\$ 59 bilhões, representando o mesmo montante julgado em 2011, com 85% dos créditos mantidos em 2012, superior aos resultados atingidos em 2011 que foi de 78% dos créditos mantidos.

Foram implantadas em todas as DRJ as ferramentas de webconference, possibilitando a realização de sessões de julgamentos não presenciais. Julgadores localizados em cidades distintas poderão participar da mesma sessão de julgamento, conectados por meio desse aplicativo.

E, por fim, em 2012, as DRJ desenvolveram projetos específicos com vistas à melhora do desempenho de suas atividades, bem como, a formalização da melhoria de seus procedimentos. Destacamos o desenvolvimento dos projetos “Triagem das impugnações por assunto” e “Reforma do contencioso administrativo”, gerenciados pelas DRJ Ribeirão Preto e Florianópolis, respectivamente.

### **c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Foi realizado, em 2012, o acompanhamento dos processos acima de 5 milhões que ainda não tiveram a diligência concluída, com a atualização da situação desses processos e o repasse dessa informação aos Superintendentes de cada região fiscal. Esse acompanhamento permitiu concluir que a maioria dos processos levantados inicialmente tiveram suas diligências concluídas ou que foram adotadas providências necessárias para a conclusão das mesmas.

Também em 2012 foi reestruturada e ampliada a participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento, mediante a formação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de DRJs, atingindo-se os seguintes resultados:

- I) Acompanhamento de 55 sessões de julgamento (33 das 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Seções do CARF e 22 da CSRF);
- II) Cada sessão acompanhada dá origem a um Boletim de Decisões Administrativas publicado na Intranet. Até o mês de novembro de 2012, foram publicados 42 boletins; e
- III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Foram também publicados 56 boletins de decisões administrativas (das 3 Seções do CARF e das 3 Turmas da CSRF). Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

Foram realizados levantamento do acervo do CARF por faixa de valores, tributo e por maiores litigantes (processos acima de R\$ 100 milhões). Este trabalho possibilitou a identificação das teses tributárias discutidas pelos grandes litigantes, bem como a localização da concentração dos maiores valores de créditos tributários em litígio, a fase dos processos acima de R\$ 100 milhões e o tempo em cada atividade.

No que se refere ao acompanhamento das matérias judiciais relevantes e da evolução da jurisprudência emanada do Poder Judiciário, tocantes à matéria tributária e aduaneira, destacam-se os seguintes trabalhos:

- a) Elaboração e divulgação de boletins de decisões judiciais. Em 2012, 10 boletins de decisões judiciais foram divulgados por correio eletrônico aos interessados e disponibilizados na Intranet da RFB.
- b) Envio de matérias para acompanhamento especial no âmbito da PGFN. Foram encaminhados diversos temas à Divisão Nacional de Acompanhamento Especial Judicial e Estratégia de Defesa da PGFN, para avaliação da possibilidade de acompanhamento especial nacional e elaboração de defesa mínima.
- c) Atualização e divulgação da relação de Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida e de Recursos Especiais repetitivos.
- d) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Atos Declaratórios da PGFN.
- e) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Súmulas Vinculantes do STF e das Súmulas aprovadas pelo STJ.
- f) Consolidação e atualização da relação de matérias tributárias de interesse da RFB nas quais a PGFN não irá mais contestar/recorrer, por força do disposto nos arts. 1º e 2º da Portaria PGFN nº 294/2010, e que, por força do Parecer PGFN/CDA nº 2.025/2011, que justificam a dispensa de constituição e de cobrança administrativa de créditos por parte da RFB.
- g) Envio de subsídios para a defesa da Fazenda Nacional (PGFN) por meio de encaminhamento de informações prestadas em mandados de segurança cadastrados no Sicaj.
- h) Levantamentos de Mandados de Segurança no Sicaj para agilização da realização do crédito tributário.

#### **d) Formular atos interpretativos e normativos**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

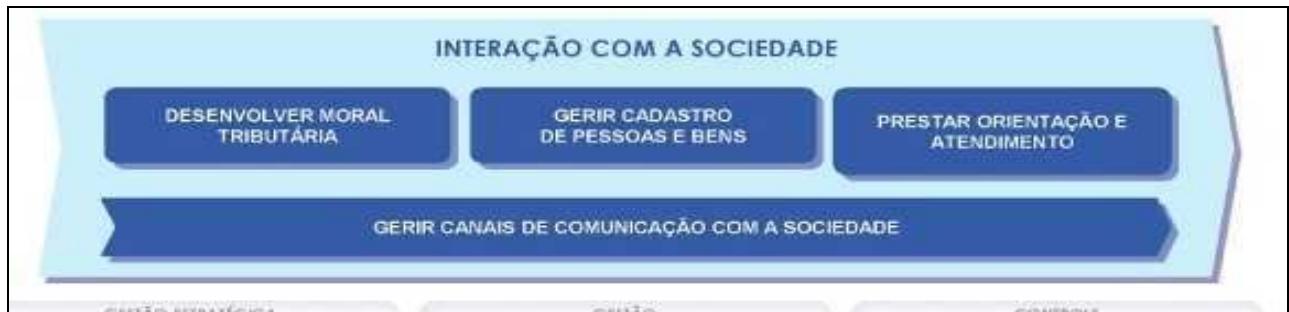
- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

Destacamos em 2012 a elaboração de mais de 80 Consultas cadastrados no SCI, mais de 1080 atos internos armazenados na Nova Intranet, mais de 1700 atos alimentados no Sijut e a publicação de 3 Pareceres Normativos. Também em 2012, foram respondidas 2.856 consultas pelas 10 Regiões Fiscais da RFB.

Foram também elaboradas diversas Instruções Normativas da RFB, onde destacamos a que dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação; a

que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições); a que estabelece procedimentos para habilitação ao benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e, a que dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014.

#### **1.4.5 Macroprocesso Interação com a Sociedade**



##### **a) Desenvolver moral tributária**

###### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Na área de educação fiscal, com o advento da Portaria RFB nº 896, de 05 de abril de 2012, que disciplinou atividades e definiu de diretrizes e público alvo, e, principalmente, institucionalizou o representante da mencionada área (educação fiscal) em todas as Delegacias e Inspetorias da Receita Federal, observou-se o incremento no número de eventos de educação fiscal: mais de 12.000 eventos em todo o Brasil.

O Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal encontra-se em sua 3<sup>a</sup> edição, demonstrou a importância do resgate de nossa história.

##### **b) Gerir cadastro de pessoas e bens**

###### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;

- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2012, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

-Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

-Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sintema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e Aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2012, e poderia ter entregado mais se não houvesse a forte restrição de ordem orçamentária.

### **c) Prestar orientação e atendimento**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

Em relação ao ano de 2011, verifica-se um importante incremento no volume de atendimento por todos os canais de atendimento da Receita Federal com menor tempo médio de espera, apesar do menor quantitativo de atendentes.

19 milhões de atendimentos presenciais, com tempo médio de espera de 11m32s;

Por meio do Portal e-CAC foram acessados 65,2 milhões de serviços - o atendimento a distância ocorreu de forma satisfatória, destacando-se que a maior parte dos serviços do Portal e-CAC implementados com certificado digital, conferiu mais segurança às transações;

As instituições conveniadas realizaram mais de 10 milhões de atendimentos de CPF;

atendimento telefônico (146) recebeu mais de 8,6 milhões de ligações no ano de 2012; e

Concomitantemente, vários projetos foram implementados, gerando melhorias na prestação de serviços pela Receita Federal, como, por exemplo:

sistema Visão Integrada do Atendimento (VIA);

implantação do Atendimento Integrado com a Procuradoria da Fazenda Nacional;

nova versão do Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SAGA);

e a utilização do Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (Siscac), agora na plataforma web (Siscac Web); e

Outro ponto positivo foi o início do trabalho de melhoria na comunicação com o contribuinte. A publicação do Manual de correspondências será a primeira etapa de um trabalho de efetiva melhoria nessa comunicação.

### **d) Gerir canais de comunicação com a sociedade**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Gerir ouvidoria;

- Gerir canais de interação com o cidadão; e
- Gerir a comunicação feita por mídia e redes sociais da RFB para a sociedade.

No que se refere ao indicador TME15 (Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos), a média do período indica que 94% dos serviços tiveram tempo médio de espera abaixo de quinze minutos.

Em 2012, o sítio da Receita teve mais de 2,58 bilhões de páginas visitadas, número 4% maior que o registrado em 2011.

Os indicadores do atendimento e da educação fiscal foram atingidos por todas as Regiões Fiscais.

## 1.5 Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada



### 1.5.1 Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



### **a) Acompanhar a execução da estratégia**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2012, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e dos superintendentes regionais e tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

### **b) Promover Melhoria nos Processos**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2012, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas quatro oficinas de mapeamento de processos, que capacitaram, em nível básico, 39 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Várias iniciativas relacionadas a mapeamento de processos e a projetos de melhoria e inovação em processos estão em andamento, desde o segundo semestre de 2012.

### **c) Gerir Portfólio de Projetos**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;

- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos;
- Gerenciar os projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida; e
- Realizar a execução dos projetos ou iniciativas estratégicas.

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Como novidade do processo de priorização em 2012, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de 'cestas' de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

A partir da priorização foram selecionadas 27 Projetos Estratégicos Institucionais, sendo que três deles foram encerrados ainda em 2012 (Projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet).

Uma iniciativa que se destacou em 2012 foi a migração da carteira de Projetos Estratégicos Institucionais para o Sistema de Gerenciamento de Projetos e Portfólio – Clarity, que ocorreu com a capacitação dos novos usuários, com realização de 'workshops' para capacitação dos gerentes e migração dos projetos.

Houve, também, a realização de três turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados cerca de 320 servidores em todo o Brasil, além de apoio para realização de dois treinamentos similares, um na Secretaria Executiva, ministrado para todo o Ministério da Fazenda com cerca de 100 servidores capacitados, e outro na SRRF07, onde foram capacitados cerca de mais 100 servidores.

Além disso, houve a realização de dois seminários em Gerenciamento de Projetos no ano de 2012, um no mês de Maio e outro em Novembro, com participação de cerca de 100 pessoas em cada evento.

#### **d) Prospectar Inovações**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

O Canal de Inovação, por meio do ambiente Tempestade de Ideias, ainda em fase de teste, permitirá a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

### **1.5.2 Macroprocesso Gestão Institucional**



#### **a) Gerir políticas e diretrizes institucionais**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

#### **b) Gerir Relações Institucionais**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 – 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal-Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos, além de participar, na qualidade de porta-voz da RFB, dos diversos fóruns de discussão que objetivam promover a harmonização tributária e administrativa. Destaca-se a atuação junto ao CONFAZ, com participação em 15 dos 27 Grupos de Trabalho da COTEPE/ICMS.

O Encontro Nacional de Administradores Tributários – Enat, realizado anualmente e coordenado pela RFB, tem-se consolidado como um dos principais eventos de cooperação e integração do País, envolvendo as três esferas de governo.

Em 2012, no âmbito do VIII Enat, várias ações foram negociadas, cabendo destacar a possibilidade de acesso, pelos municípios conveniados, à contabilidade das empresas no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a assinatura de protocolo criando Grupo de Trabalho para analisar as principais questões relativas à normatização e à execução da tributação das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações. Foram constituídos 11 grupos de trabalho dos quais 3 foram finalizados.

Ressalte-se, também, a conclusão de protocolo para a implantação do Portal Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, que reduzirá os entraves burocráticos relacionados ao Processo de Registro de Empresas e Negócios. O Portal Redesim garantirá a entrada única de dados e de documentos. Cabe destacar a construção do Portal do ITR, como facilitador no trabalho de descentralização da fiscalização e da cobrança desse imposto.

O Portal do ITR juntamente com o Repositório Nacional da Nfe-Serviço, esse articulado com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, são importantes vetores na realização do primeiro eixo do Plano ‘Municípios Fortes, Brasil Sustentável’ do Governo Federal.

A Cocif tem trabalhado, em articulação com as áreas operacionais da RFB, na racionalização de recursos e procedimentos, com o intuito de facilitar o atendimento de convênios celebrados pela RFB.

Regra geral, os convênios celebrados pela RFB são por tempo indeterminado, mas, como os contratos dos convenentes com o Serpro são por prazo determinado, exigia-se abertura de demanda no SCD - Sistema de Controle de Demandas para que o Serpro continuasse prestando as informações.

Em 2012 este procedimento foi alterado. No caso de simples renovação contratual entre o convenente e o Serpro, a RFB não mais abrirá demandas.

No 2º semestre de 2012 iniciou-se o trabalho de padronização de fornecimento de informações às administrações tributárias estaduais e municipais, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2013.

Sempre com a visão no objetivo estratégico "Fortalecer as relações institucionais", a Cocif faz a interlocução no caso de demandas de órgãos externos nacionais, com convênios celebrados, que envolvam mais de uma área operacional da RFB, e acompanha a execução, em articulação com as áreas operacionais.

Foram atendidos neste formato o IBGE, onde o uso dos dados econômico-fiscais fornecidos pela RFB ajuda a melhorar a qualidade da produção estatística oficial, além de reduzir custos; e o Sebrae, parceiro na prestação de serviços para o desenvolvimento de sistemas informatizados para implantação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

### **c) Gerir Comunicação Institucional**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição através da modernização dos veículos de que dispõe. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2012 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é uma dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do layout e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recarão sobre o público externo que terá à sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Essa uniformização permite que a “palavra” da instituição para a sociedade seja única e ao mesmo tempo eficaz.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição através dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades.

### 1.5.3 Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e

administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que, as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas, com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

### **a) Gerir a integridade funcional**

#### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares, em *stricto sensu*, abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar (de que são espécies a investigação patrimonial e a sindicância patrimonial); a análise em sede de juízo de admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores; e a apuração do cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sob o rito ordinário ou sumário, ou de Sindicância Acusatória. O PAD (Procedimento Administrativo Disciplinar) englobará tanto a espécie do processo administrativo disciplinar, em seus dois ritos legais, quanto a espécie da sindicância acusatória, visto todos terem a mesma natureza e seguirem idêntica instrumentalização.

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos PADs em curso e aos servidores neles acusados; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90. Conforme disciplinado internamente pela Portaria Coger nº 219/06, a atividade compreende o

emprego dos mais diversos procedimentos investigatórios e instrumentos preliminares de coleta de informações (internas e externas) acerca do fato denunciado, seguido de um parecer conclusivo, propondo à autoridade competente a instauração de PAD ou o arquivamento do feito, em função de terem sido confirmados ou não os indícios de materialidade e de autoria de possível infração disciplinar.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correcional em decorrência da falibilidade humana; e
- c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de juízo de admissibilidade, evitando-se a instauração de sede disciplinar, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

**b) Gerir conformidade de procedimentos internos e Gerir Riscos Institucionais**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” têm como principal atuante a Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, bem como o atendimento e controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias continuadas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual da RFB.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e metodologia de gestão de risco, os estudos e prospecção de melhores práticas e métodos em Gestão de Riscos, e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos.

#### **1.5.4 Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira**



##### **a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira**

###### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de orçamento, os recursos disponíveis para a RFB passaram de R\$ 800 milhões para R\$ 1,4 bilhão. Após dois árduos anos de plantio, 2013 pode ser considerado um ano de colheita, em que a RFB terá reais possibilidades de investimento na sua estrutura.

Desde 2007, o orçamento da RFB para as despesas de custeio e investimento ficou estagnado no patamar de R\$ 800 milhões, valor bem aquém das necessidades essenciais para o desempenho das atividades básicas da RFB. Considerando que a maioria das despesas sofre incremento de valor, no mínimo, pelos índices inflacionários, o seu orçamento deveria ter sido elevado em, pelo menos, 30%, que foi a inflação acumulada neste período.

Além disso, a criação da RFB, em 2007, ocasionou de imediato, o aumento do quantitativo de servidores, cidadãos e contribuintes nos prédios da RFB e do volume de atividades até então desempenhadas, com reflexos diretos na elevação das despesas, mas sem uma maior disponibilização de créditos orçamentários na Lei Orçamentária Anual – LOA. Não bastassem estes fatores, foram realizados investimentos à luz do Programa de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - PMATA entre os anos de 2005 e 2006, aplicados em grande parte na aquisição de bens permanentes (veículos, lanchas, helicópteros, escâneres, etc.), porém, sem a correspondente elevação das despesas de custeio no orçamento dos anos subsequentes, já que foram necessários gastos com serviços de manutenção, contratação de serviços terceirizados, dentre outros.

Diante deste cenário, foi empreendido, desde 2010, um programa de ações para reversão desse quadro. A primeira e principal delas foi o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, até então esquecido no momento das negociações para obtenção de mais recursos orçamentários, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão. Como resultado de um longo processo de negociação com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o objetivo de recomposição das fontes orçamentárias do Fundaf e sua vinculação à LOA da RFB foi alcançado, o que representou um importante passo na gestão orçamentária, com prognósticos positivos para a LOA da RFB em 2013.

## **b) Realizar Gestão Contábil**

### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Tomada de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2012 foi de profissionalização das equipes de programação e logística das Regiões Fiscais da RFB, com base no paradigma de que a gestão contábil é uma ferramenta indispensável

para a gestão de negócios, reafirmando que amplitude das informações contábeis vai além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e fiscais.

As setoriais de contabilidade passaram a utilizar a premissa de geração contínua de geração de informações gerenciais a partir da escrituração contábil, levando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

### 1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



#### a) Realizar Governança de TI

##### Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No que diz respeito à Governança de TI, a RFB recebeu a pontuação de 0,48, o que corresponde ao estágio Intermediário. Já em 2012, houve um salto de qualidade: o iGovTI da RFB passou para 0,69, o que atribui à Instituição o nível aprimorado de Governança de TI. Na área de Gestão de Contratos, o reconhecimento veio de fora. Foram dois os elogios feitos pelo TCU a respeito do contrato com o Serpro.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Tanto assim que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação da RFB, para o período de 2012 a 2015, foi construído com a participação das demais áreas usuárias e das Regiões Fiscais.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 300 mil acomodamentos na Central de Serviços. Nesta área, foi elaborado o trabalho Modelo GSERV - Modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, que recebeu o Prêmio Schöntag 2012. Também com o objetivo de buscar uma melhoria da satisfação do usuário, foi realizado trabalho conjunto com a Oracle para identificar os sistemas que utilizam as ferramentas da empresa e as interações existentes entre os diversos aplicativos. Isso possibilitou que fosse traçado um panorama a respeito e propostas soluções de melhoria.

### **b) Gerir sistemas da informação**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Entre eles, merecem destaque o novo Siscomex, o Leilão Eletrônico, a nova Intranet, o novo Sítio da RFB e a APP, que disponibiliza serviços ao cidadão através de dispositivos móveis. Além disso, houve um grande esforço organizacional na Gestão das Demandas de Desenvolvimento de Aplicações Corporativas, com a criação do Portfólio de Produtos de TI e incremento no planejamento.

Ainda nessa área, a contratação da Fábrica de Software abriu grandes possibilidades de desenvolvimento, permitindo que novos aplicativos possam ser priorizados sem onerar a escassa mão de obra de nossos prestadores de serviço. Outro avanço há muito almejado diz respeito à regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Interno, que abre novas frentes de desenvolvimento de sistemas, aproveitando a expertise dos desenvolvedores que temos nos quadros da RFB e com a garantia de qualidade, manutenção e continuidade dos aplicativos desenvolvidos.

### **c) Gerir segurança da informação**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Segurança da Informação, diversas capacitações foram realizadas, com o objetivo de manter a equipe constantemente alinhada com os Objetivos Estratégicos da RFB. Um avanço importante realizado em 2012 foi a evolução das chaves de certificado digital, que passaram de 1.024 bits para 2.048. Outra melhoria realizada foi a revisão das políticas de segurança aplicadas às estações de trabalho, servidores de rede e usuários do Ambiente Informatizado da RFB, com incremento dos níveis de segurança e adaptações necessárias à implantação dos sistemas operacionais Windows 7 (estações de trabalho) e Windows 2008 (equipamentos servidores).

#### **d) Gerir Infraestrutura de TI**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Infraestrutura, houve uma grande expansão da utilização dos recursos de videoconferência, com a licitação de mais de 400 equipamentos visando fortalecer sobremaneira a Comunicação Institucional na RFB em 2013. Além disso, foi firmado contrato de manutenção, suporte e garantia com a fornecedora IBM, para os produtos Lotus Notes e Lotus Notes Sametime, garantindo à RFB o aprimoramento e utilização de novos recursos em termos de ferramentas de correio eletrônico e mensagens instantâneas.

Já dentro do programa de atualização permanente do parque tecnológico, buscando adequar permanentemente a infraestrutura tecnológica às necessidades institucionais, foram entregues neste ano 92 equipamentos servidores de rede, adquiridos em 2011.

Outra grande evolução na área de Infraestrutura de TI realizada neste ano foi a criação do NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e do NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais".

### 1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



#### a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas.

##### Descrição sucinta das principais atividades:

- • Gerir Recrutamento Externo;
- • Gerir Seleção Interna;
- • Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- • Gerir Estagiários; e
- • Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Com relação ao corpo gerencial da RFB, em 2012 foram realizados 31 Processos Simplificados de Seleção para dirigentes em unidades descentralizadas locais da RFB, conforme Portaria RFB nº 1987/12, com o preenchimento efetivo de 29 vagas, o que representa uma renovação de quase 20% dos delegados e inspetores-chefes da RFB.

Outro ponto de destaque foi a operacionalização de dois grandes concursos, um interno de remoção, e outro externo, público, nos quais foram ofertadas 200 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal da RFB e 750 vagas de Analista-Tributário.

#### b) Reconhecer e Valorizar Pessoas

##### Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e

- Promover Reconhecimento e Valorização.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012 tivemos ainda a implantação do Espaço do Servidor e do Portal de Educação Corporativa na Intranet, que marcam uma nova etapa no relacionamento com os servidores da RFB. Os dois espaços foram concebidos a partir do ponto de vista das principais necessidades de informação dos servidores. Nesse sentido, o projeto buscou apresentar os conteúdos de maneira amigável, tanto na disposição das informações quanto na linguagem adotada, de modo a facilitar o acesso às informações pelos servidores.

Em seu segundo ano de existência o Programa de Preparação para Aposentadoria – Caminhos - contou com aproximadamente 500 participantes, dos quais 54,5% concluíram todas as etapas previstas. Do quantitativo restante, 40,8% chegaram a participar de 50% das atividades. Para 2013 pretendemos trabalhar na expansão do Programa.

### **c) Administrar e Avaliar Pessoas**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB deu continuidade ao processo de amadurecimento das informações cadastrais do seu quadro de servidores como ferramenta de gestão para tomada de decisões do seu corpo gerencial.

Desenvolvimentos dos novos módulos do Sief-RH, com inovações da estruturação, tabulação e inteligência na gestão dos bancos de dados dinâmicos da área de gestão de pessoas foram os maiores destaques na estrutura de administração de pessoas da RFB.

### **d) Capacitar e Desenvolver Pessoas**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Planejar Proeduc;
- Executar Proeduc;
- Acompanhar e Avaliar Ações de C&D;
- Programa de Formação Profissional - PFP; e

- Gerir Competências.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Gestão de Pessoas, um dos marcos foi a consolidação do novo modelo de capacitação por competências, com a instituição dos Programas Nacionais de Capacitação - PNC, que consiste em um conjunto articulado de ações de capacitação, transformando-se num instrumento estratégico, uma vez que permitem reduzir as principais lacunas de competências e favorecer o desempenho dos servidores.

Dentre os PNC geridos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep, destacamos o Programa de Desenvolvimento Gerencial - DGR, instituído com o objetivo de desenvolver de forma continuada as competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB, abrangendo as dimensões organizacionais, comportamentais e técnicas. Até o presente momento, aproximadamente 2.000 gerentes participaram e concluíram alguns dos diversos eventos de formação do Programa, cerca de metade do corpo gerencial da RFB, dos diversos níveis gerenciais.

Tendo em vista que o desenvolvimento dos servidores é um dos principais meios de se atingir os objetivos estratégicos, dado que o capital humano é o principal recurso da instituição, os números comprovam a eficácia dos esforços desenvolvidos pela Cogep nesse sentido. Em 2012 foram realizadas 3.610 ações de capacitação em todo o Brasil, com aproximadamente 18.000 servidores capacitados, atingindo as metas estabelecidas com um grau de amplitude de 70,18% e um grau de aprofundamento de 34,57 horas de capacitação por servidor. Os investimentos em desenvolvimento de servidores ultrapassaram 18 milhões de reais.

### 1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



#### a) Realizar aquisições e contratações

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;

- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de sedimentação dos manuais e rotinas operacionais, bem como a capacitação dos novos auditores nas diversas unidades regionais de programação e logística. Além disso, a performance das unidades administrativas passa a ser parte de um rol de indicadores operacionais para aferição do nível de eficiência e de aderência aos modelos de gestão de logística da RFB.

### **b) Gerir patrimônio e obras**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB quebrou uma série de paradigmas históricos no que diz respeito ao modelo de gestão do patrimônio e obras, com amadurecimento do projeto Agencia Modelo, que oferece vantagens e agilidades sem precedentes no processo de obras de engenharia na RFB, e que será expandido em 2013 para outros tipos de unidade administrativa.

O Plano PILAR de intervenção em obras críticas de construção e reforma de unidades da RFB promoveu maior agilidade, maior nível de aderência aos níveis de serviço e de qualidade e forneceu subsídios para a elaboração do Plano de Engenharia de 2013, o qual é diretamente vinculado aos objetivos estratégicos e diretrizes da RFB para o ciclo de 2012-2015.

### **c) Gerir mercadorias apreendidas**

**Descrição sucinta das principais atividades:**

- Gerir mercadorias apreendidas.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, em dezembro de 2012, ocorreu encerramento do Projeto Estratégico Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadoria Apreendida - AMMA, com a entrega de todos os produtos previstos no escopo original, com custo menor do que o esperado;

O Sistema de Leilão Eletrônico - SLE, a legislação e a minuta de Edital-Padrão foram aperfeiçoados para permitir a participação de pessoas físicas. O 1º leilão eletrônico misto ocorreu em 6 de dezembro de 2012, e houve outros cinco certames destinados a ambas as clientelas. Com esta iniciativa, com um maior número de contribuintes tendo acesso aos leilões promovidos RFB, espera-se democratizar a participação dos licitantes e ampliar a competitividade.

O SLE foi reconhecido internacionalmente: obteve o 1º lugar na última edição do concurso de inovação de administração tributária promovido pelo Centro Interamericano de Administraciones Tributarias - Ciat, cuja finalidade foi identificar e reconhecer práticas inovadoras.

Foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA. A nova página de Mercadorias Apreendidas foi implantada na Intranet, estando sob constante atualização. Também foram realizados dois Mutirões de Destrução, que totalizaram a destruição de mais de 10 mil toneladas, o que corresponde a mais de R\$ 415 milhões em autuações fiscais.

Foram arrecadados mais de R\$ 204 milhões em leilões de mercadorias apreendidas.

Houve redução de cerca de 34% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 15% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia).

Mais de R\$ 150 milhões em bens apreendidos foram incorporados a órgãos públicos, e mais de R\$ 118 milhões foram doados a entidades sem fins lucrativos;

Também foi iniciado o mapeamento do processo de trabalho "Gerir mercadorias apreendidas", em alinhamento com as diretrizes repassadas em treinamento realizado pela Copav.

#### **d) Realizar gestão documental**

##### **Descrição sucinta das principais atividades:**

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

**Escopo:** todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de continuidade do projeto relacionado com a Tabela de temporalidade, instrumento com o qual se determina o prazo de permanência de um documento em um arquivo e sua destinação após este prazo, pois existem documentos que devem ser guardados por mais tempo como os relacionados às áreas contábil, fiscal, financeira e pessoal. Trata-se de um projeto de grande porte, transversal e que envolve diversos órgãos externos à RFB e ao Ministério da Fazenda.

A Tabela de temporalidade documental deve ser vista como um documento institucional e normativo, servindo de suporte para questões que se referem a períodos de permanência de documentos no arquivo da mesma. Os processos de arquivamento que não estejam orientados por

uma TTD, necessitam frequentemente de novas reorganizações, pois o crescimento em volume passa a não ter limites, ser descontrolado e desordenado.

São inúmeras as vantagens da aplicação de uma TTD, como por exemplo, diminuição da ocupação do espaço físico, agilidade na recuperação da informação, definições de responsabilidade para com a gestão dos processos de arquivamento, diminuição com custos operacionais, controle geral da massa documental e eficácia sobre a gestão documental.

## **1.6 Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade**

**Os principais parceiros da RFB são:**

- Ministério da Fazenda: SAMF/RJ, SAMF-ES, PRFN – 2<sup>a</sup> Região, ESAF, Carf, Serpro, STN e Comitê Gestor do Simples Nacional;
- Ministério da Previdência: INSS e Dataprev;
- Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior: Secex, Camex e CZPE;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Defesa;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério Público Federal;
- Departamento de Polícia Federal;
- Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP;
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais;
- Cartórios de Registro Civil; e
- SEBRAE.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 2: Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações (Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

## 2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.

### 2.1 Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2012 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

### **Descrição dos Objetivos Estratégicos**

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

#### **I) Perspectiva de Resultados:**

- 1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade**  
- Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

#### **II) Perspectiva de Processos Internos:**

- 6) Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 7) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 8) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito

administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

**10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.

**11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

**12) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

**13) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

**14) Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

**15) Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

**16) Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

### **III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:**

**17) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

**18) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

**19) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

**20) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais** - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

**21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação** - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

## **2.2 Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos**

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

No decorrer de 2012, a **Cadeia de Valor** foi referência para elaboração e execução de diversas iniciativas institucionais, entre as quais pode-se destacar: A reestruturação da Intranet da RFB, projeto gerenciado pela Ascom; que, entre outras modificações, passou a dispor os temas de acordo com os Macroprocessos e Processos; A vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização; trabalho gerenciado pela Copav; A vinculação das Competências Individuais Específicas da RFB aos Macroprocessos e Processos; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Cogep e Copav; A estruturação do Índice RFB; trabalho gerenciado pela Copav; A estruturação do Plano de Contribuição; trabalho gerenciado pela Copav; Levantamento de custos dos processos da RFB; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Copol e Copav

Diferentemente do Mapa estratégico do ciclo de planejamento anterior, o atual **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores (ver item 2.4) que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O **Painel de Desempenho**, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 55 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 46 estão disponíveis para apuração e tiveram, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião, metas estabelecidas para o ano de 2012. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2012						
RESULTADOS						
Aproximar a Arrecadação Eficativa da Potencial	índice de atingimento da arrecadação potencial	índice de realização da meta global da arrecadação				
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Hábito de eventos de sensibilização em educação fiscal com participação da RFB	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação		
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	índice de fortalecimento do comércio exterior					
Aumentar a percepção de equidade na ação da instituição	índice de percepção de equidade					
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	índice de inserções positivas da RFB na mídia	Percepção da RFB pelo público externo				
PROCESSOS INTERNOS						
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	índice de recuperação da cobrança	índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento	
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global de desempenho da fiscalização (IGDF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Indicador de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IOAIF)	índice de cobertura da fiscalização aduaneira	
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenções no comércio exterior				
Reducir litígios tributários e aduaneiros	índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	índice de litigância administrativa	índice de variação da litigância judicial	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	índice de crédito tributário garantido	Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente	Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC	Grau de fluidez no despacho de exportação	Grau de fluidez no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário		Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira			
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira		Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira	Número de estudos setoriais			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	índice de integração de informações nos cadastros				
Conhecer o perfil integral do contribuinte	índice de integração do cadastro com os estados	Grau de produtividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer as relações institucionais	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB					
Fortalecer a comunicação institucional						
PESSOAS E RECURSOS						
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento					
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Grau de adequação da lotação					
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	índice de integração de soluções informatizadas					
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)			
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos			

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização. Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB.

Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas - AMMA	Implantar na RFB ferramenta destinada à realização de licitação na modalidade leilão, permitindo a alienação realizada por meio da Rede Mundial de Computadores a usuários portadores de certificado digital válido.
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.
*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	<p>Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ.</li> <li>- Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios</li> </ul>

	<p>Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP.</li> <li>- Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.</li> </ul>
*Melhoria da intranet	Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo.
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, resarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e

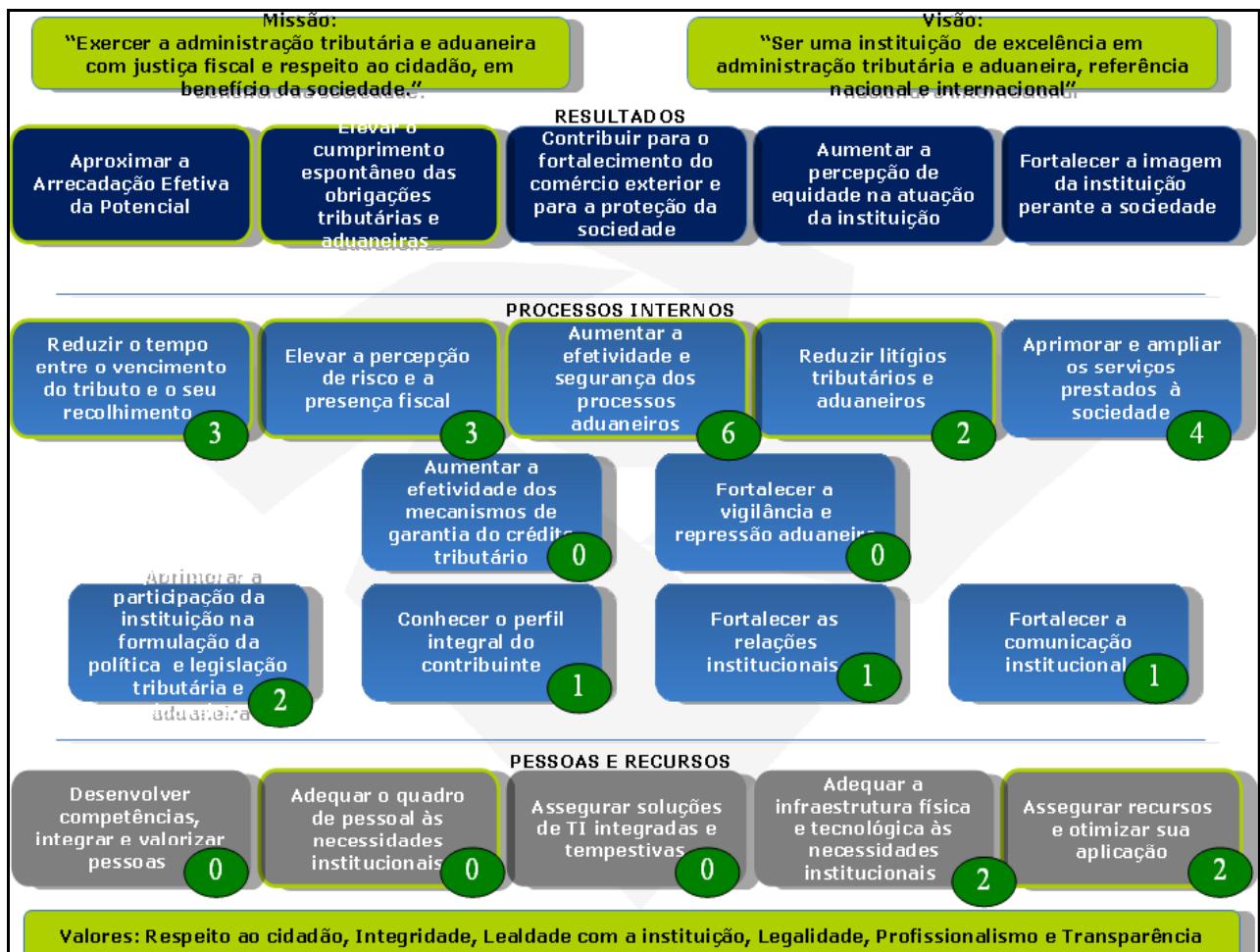
	compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, resarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur	Implementar o Sistema Wikijur (Wikipédia dos regulamentos) e o Sigi (Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento e Integração).
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Siscomex	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que

	permitirão construir um ambiente articulado, logicamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos PIS/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC - Sistemas Integrados do MCT	Coordenar os projetos de integração e controle do CT e dos créditos públicos acompanhados e administrados pelos respectivos entes públicos envolvidos [RFB, PGFN e PGF].

\* Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

\* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Os quadros apresentados a seguir mostram: a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo estratégico; e por Macroprocesso.

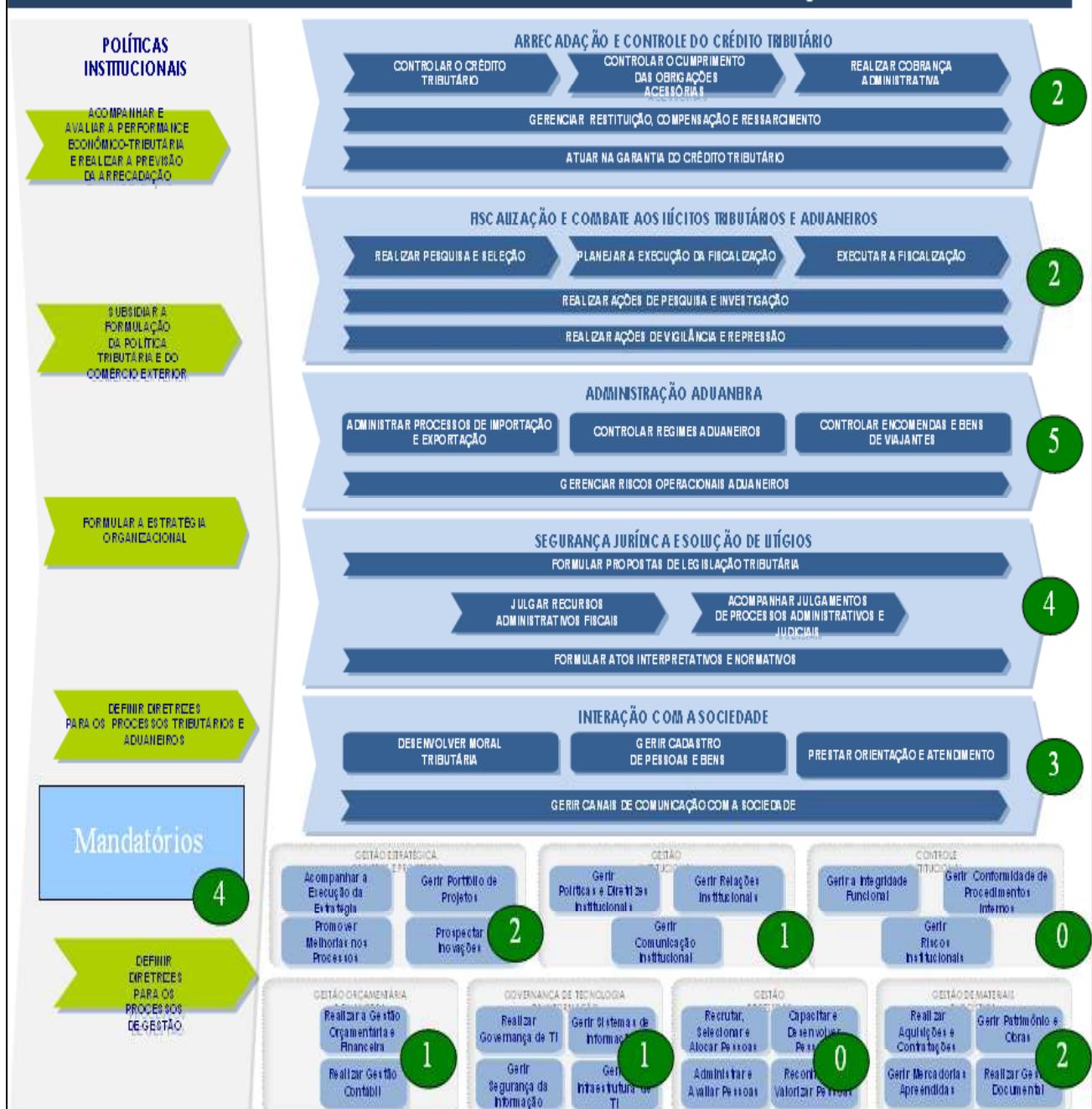


Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

## Cadeia de Valor



Receita Federal



Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

## Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Banner do Mapa Estratégico;
- Banner da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com Mapa Estratégico (imagem referente ao mês de janeiro); e



- Notas no Informativo Interno da Receita Federal do Brasil (Informe-se). Como exemplo, na imagem a seguir, apresentamos a 1ª nota publicada em 05/01/2012):

A captura de tela mostra a interface do site do Informativo Interno da Receita Federal. No topo, há o logotipo da RFB, o título 'INFORME-SE' e a subtituição 'Informativo Interno da Receita Federal do Brasil'. À direita, há uma barra com o link 'Buscar no' e uma caixinha com a opção 'apenas'. Abaixo, uma barra com links para 'Página Inicial', 'Edições Anteriores' (destacado) e 'Sobre o Informe-se'. Um menu suspenso mostra a 'Edição nº 101 - 5/1/2012'. Abaixo, uma seção destaca o 'Mapa Estratégico para 2012-2015 está pronto'. A descrição diz: 'A RFB concluiu a formulação de sua estratégia para o período de 2012 a 2015. Os principais administradores, secretário, secretária-adjunta, assessores, subsecretários, coordenadores-gerais e superintendentes participaram ativamente do processo.' À direita, há uma visualização do Mapa Estratégico.

Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.



The screenshot shows the 'Receita Federal INTRANET' homepage with a search bar. The search term 'RAE' is entered, and the results page displays 46 items. The results are categorized into several links, including '3ª RAE Nacional 2012', '1ª RAE N - 2012', '2ª RAE Nacional de 2012', 'Apresentações COPAV na 1ª RAE N', 'Pauta da 3ª RAE Nacional 2012', '3ª RAE Nacional 2012', and 'Pauta da 2ª RAE Nacional de 2012'. The page also includes a 'Buscar' button and a note about using the advanced search for refinement.

Fonte: Informativo Interno da Receita Federal do Brasil - 05/01/2012

No exercício de 2012, os seguintes fatores, dentre outros, geraram dificuldades à realização e/ou retardaram o cronograma de cumprimento de projetos e objetivos estratégicos, tais como:

#### **Restrições orçamentárias, financeiras e contingenciamento.**

- Indisponibilidade orçamentária e/ou financeira para execução de algumas atividades e projetos;
  - a) Limitação de diárias (40 diárias no ano) impedindo novos deslocamentos e gerando atraso no cumprimento de cronograma de projetos. Como medida para minimizar o impacto da restrição, cita-se a distribuição de ferramentas de especificação e homologação à distância para equipes; e
  - b) Inadequação das instalações físicas das unidades - devido a cortes sucessivos de orçamento, a instituição se depara com uma situação de inadequação física, deterioração generalizada das suas instalações físicas, comprometendo o cumprimento de suas atividades.

### **Incompatibilidade de agendas**

Devidos a outras atividades, dificuldade no estabelecimento de agenda comum para planejar, avaliar, decidir e executar o encaminhamento de projetos que tenham produtos a serem utilizados, em comum, com outros órgãos públicos.

### **Necessidade Recomposição dos Quadros de pessoal**

Dificuldade para a formação de equipes de trabalho devido à contínua diminuição do quadro de pessoal do órgão, principalmente devido a aposentadorias, sobrecarregando as equipes existentes.

### **Limitação de mão de obra dos prestadores de serviço**

O Serpro e a Dataprev não possuem capacidade operacional para atender, simultaneamente, a todas as demandas geradas pelas diversas áreas técnicas da RFB, no prazo considerado adequado. Como medida para minimizar este impacto, a partir de critérios técnicos de priorização das demandas, procura-se compatibilizar os recursos disponíveis dos prestadores de serviço com os projetos prioritários da RFB.

### **Termo de Ajuste de Conduta nº 1.30.012.000011/2004-06**

O Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre Dataprev e Ministério Público Federal, para migração dos sistemas previdenciários para plataforma baixa restringem ou impede algumas melhorias de sistema, até a conclusão da migração.

### **Alteração da legislação**

Necessidade de alterações legais e normativas.

Por intermédio da Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, o Ministério da Fazenda aprovou o novo Regimento Interno da RFB. Esse normativo contemplou algumas mudanças pontuais e outras mais significativas, destacando-se:

- a reestruturação da Coordenação-Geral da Administração Aduaneira, necessária para o aprimoramento do desempenho da RFB, cumprindo de forma mais adequada as atribuições previstas no Regimento Interno do Ministério da Fazenda;
- a criação da Coordenação Operacional Aduaneira, da Coordenação Técnica Aduaneira, da Divisão de Suporte e Infraestrutura Aduaneira, da Divisão de Sistemas Aduaneiros, do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, da Divisão de Processamento Comercial, da Gerência de Fiscalização e Controle de Intervenientes, da Divisão de Normas e Procedimentos Aduaneiros e da Divisão de Valoração Aduaneira e Origem de Mercadorias;
- A reestruturação da Coana também contribuiu, em 2012, e contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos da RFB previstos em seu Mapa Estratégico, nos próximos exercícios;
- a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais, vinculada à Copav, conhecida como Escritório de Processos.

## 2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se em análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, que dão subsídios para a tomada de decisões, e na realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis.

De uma forma geral o Mapa Estratégico da RFB apresentou resultado muito bom no segundo semestre de 2012. Nenhum objetivo apresentou comportamento muito abaixo do esperado. Somente o objetivo estratégico Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade indica situação de alerta.

Para uma análise mais aprofundada dos resultados da instituição, do que ocorreu no ano de 2012 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo:

- Total de Indicadores Estratégicos – 55;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 9 (3 na perspectiva Resultados e 6 na Processos Internos), a saber: Índice de atingimento da arrecadação potencial, Índice de fortalecimento do comércio exterior, Índice de percepção de equidade, Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício, Índice de recuperação da cobrança, Tempo médio de contencioso de primeira instância, Índice de litigância administrativa, Grau de fluidez no despacho de exportação, Índice de integração de informações nos cadastros;
- Indicadores Estratégicos disponíveis, mas fora do período de apuração – 2 (1 na perspectiva Resultados e 1 na Processos Internos), a saber; Percepção da RFB pelo público externo, nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB;
- Indicadores Estratégicos disponíveis, dentro do período de apuração - 44 (6 na perspectiva Resultados; 29 na Processos Internos, 9 na perspectiva Pessoas e Recursos), a saber: Índice de realização da meta global da arrecadação, Índice de adimplência do crédito tributário, Índice de adimplência das obrigações acessórias, Números de eventos de sensibilização com educação fiscal com participação da RFB, Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação, Índice de inserções positivas da RFB na mídia, Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes, Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento, Indicador global de desempenho da seleção (IGDS), Indicador global de desempenho da fiscalização (IGDF), Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF), Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF), Índice de cobertura da fiscalização aduaneira, Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação, Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior, Índice de solução de consultas, Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso, Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos, Índice de variação da litigância judicial, Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15), Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente, Quantitativo de serviços acessados no portal e- CAC, Grau de fluidez no despacho de importação, Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação, Índice de crédito tributário garantido, Valor das apreensões provenientes de

operações de vigilância e repressão aduaneira, Índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira, Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira, Número de estudos setoriais, Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM), Índice de integração do cadastro com os estados, Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias, Grau de cobertura dos convênios, Grau de ativação de convênios, Grau de inserção internacional, Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento, Grau de adequação da lotação, Índice de integração de soluções informatizadas, Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF), Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas, Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT), Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA), Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio, Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimento.

Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2011, foram realizadas, com referência ao ano de 2012, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas; e
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas (O item 2.4 a seguir contém a análise de cada um dos indicadores disponíveis).

Abaixo, podem ser identificados, no Mapa Estratégico, em quais RAE Nacionais os Objetivos Estratégicos foram analisados.

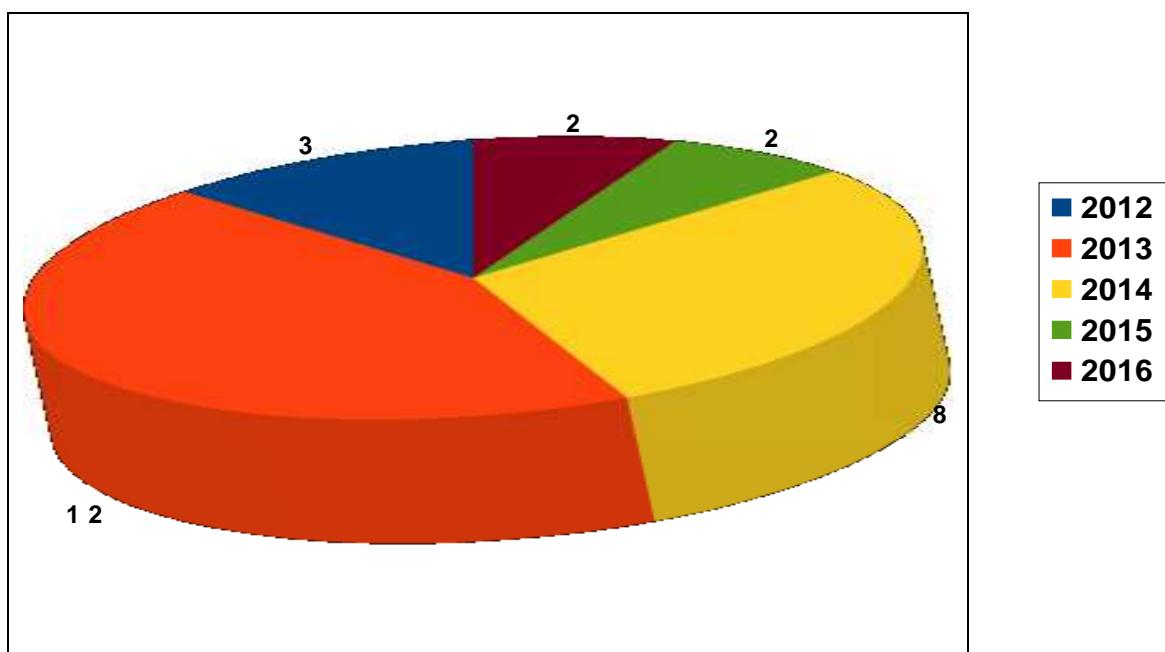


Sobre a imagem acima, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status “Disponível” foram marcados como “ND” e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o objetivo estratégico selecionado para discussão; e
- Não há indicação da 1ª RAE Nacional, pois esta reunião teve como pauta exatamente a finalização da construção da Estratégia.

Apresentamos a seguir a Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais no que se refere à Previsão de Encerramento, Percentual Executado e Status.

- Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2013, porém muitos deles (25%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2013, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues em 2014. Os projetos Wikijur, Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Intranet foram encerrados em 2012.

- Percentual Executado:

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

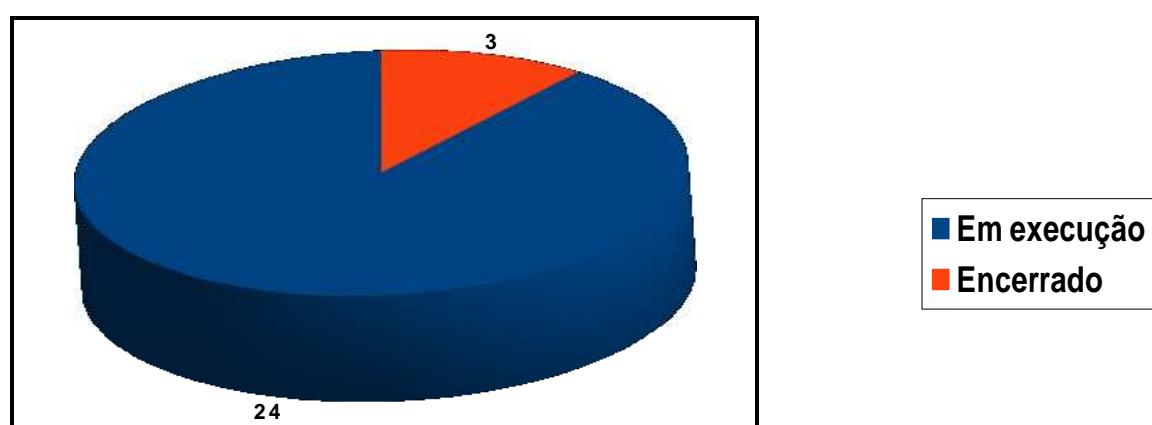
	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Inicio	Término	%
Mandatório	Grandes Eventos	Suari	01/01/12	01/07/16	15%
	SCC – Pis/Cofins	Suara	07/07/08	31/01/13	98%
	SCC – Reintegra	Suara	19/09/11	03/07/13	68%

	SIC – MCT	Suara	07/01/08	06/02/14	82%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	19/03/14	38%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	13/02/13	62%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	19/03/13	70%
	Sped – EFD Social	Sufis	01/07/10	18/02/14	10%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	18/10/13	60%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	20/12/13	75%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	28/06/13	50%
	Siscomex Carga	Suari	01/03/04	31/12/15	35%
	Programa Portal Siscomex	Suari	01/11/12	23/12/15	5%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	28/06/13	79%
	Wikijur	Sutri	18/02/11	30/10/12	100%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	01/12/14	10%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	25%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	17/11/11	31/12/14	7%
	Redesim	Suara	05/07/11	28/06/14	34%
	m-RFB	Sucor	01/03/12	30/06/13	5%
Gestão	Mercadorias Apreendidas	Sucor	04/01/10	31/12/12	100%
	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/12/14	50%
	Seg. da Inform.	Sucor	20/03/09	31/12/12	65%
	Intranet	Ascom	01/03/11	28/09/12	100%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	29/04/13	75%
	e-Processo	Suara	27/02/06	26/12/13	85%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	14/11/16	9%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

- Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Os projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet foram encerrados em 2012. Os programas Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos encontram-se em fase de execução.

## 2.4 Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada

### Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,93%	99,95%	98,80%	97,13%	98,47%	97,36%	96,84%	96,80%

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** o indicador atingiu em nível regional 96,80% da meta estabelecida para 2012, em função do cenário macroeconômico adverso com reflexo negativo na arrecadação.

**Pontos críticos:** o ano foi marcado por desonerações tributárias, em especial, as desonerações do IPI, da CIDE sobre combustíveis e da receita previdenciária; crescimento da economia em 2012, em especial do PIB inferior aos parâmetros adotados nas estimativas de receita; e, queda na lucratividade de grandes empresas.

**Observações:** Cerca de 85% da arrecadação da 7ª RF está concentrada em grandes empresas.

### Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,60	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
97,10%	97,40%	97,60%	97,50%	97,60%	97,50%	97,50%	97,50%	97,60%	97,50%	97,50%	97,90%

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A meta regional foi atingida.

Indicador: **Índice de adimplência das obrigações acessórias**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

#### **RESULTADOS**

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
NI	NI	96,95%	97,26%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A meta regional foi atingida.

Indicador: **Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	590	TRIMESTRAL

#### **RESULTADOS**

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
147	420	700	822

- **Finalidade:** Aferir o esforço para os eventos de educação fiscal integralmente realizados ou com participação da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A RF superou a meta estabelecida para o ano. Com o objetivo de envolver e comprometer toda a Região Fiscal, a meta foi distribuída por todas as unidades.

A Divisão de Interação com o Cidadão (Divic), dando continuidade ao projeto Reunir, promoveu palestras de divulgação do PNEF e do atendimento eletrônico ao público externo. (Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro - SINDICONT, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Sindicato as Empresas de Serviços Contábeis - SESCON, Camara dos Dirigentes de Nova Friburgo, Universidade Estácio de Sá e Universidade Carioca).

**Pontos críticos:** Algumas Unidades não conseguiram realizar eventos em alguns meses do ano.

**Observações:** A SRRF07/Divic continuará a incentivar todos os representantes das Unidades a promoverem eventos de Educação Fiscal.

**Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	82,20	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	Dez
78,00%	80,00%	78,00%	78,00%	78,00%	78,00%	78,00%	78,00%	78,00%	78,00%	78,00%	78,00%

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** O grau de cumprimento das obrigações aduaneiras (conformidade) no despacho de importação ficou em 78% na região, o que representa 95% de atingimento da meta de 82,20% para 2012.

**Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	30,00	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
15,80%	26,00%	30,40%	37,10%

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** [(Saldo inicial DCOMP – saldo atual DCOMP) / (saldo inicial DCOMP)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** Ao final do 4º trimestre de 2012, a Região conseguiu atingir a meta, reduzindo em 37,10%

**Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
80,78%	82,20%	83,23%	82,68%	83,61%	84,65%	84,81%	84,74%	83,08%	82,99%	84,47%	84,84%

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização IQSF x 0,5) + (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês IFGED x 0,5), sendo IQSF = R2 e IFGED = S1 a S5.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região praticamente atingiu a meta anual.

**Indicador: Indicador global da fiscalização (IGF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
5,40%	10,10%	18,30%	23,40%	31,60%	43,12%	48,90%	53,80%	62,30%	72,70%	80,90%	100,80%

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região atingiu a meta anual.

Indicador: **Índice de cobertura da fiscalização aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	17,36	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
3,75%	6,57%	7,27%	11,20%

- **Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objeto de fiscalização a posteriori, no período indicado.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)] x 100,  
onde:

Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro;

Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.

- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

**Pontos críticos:** O índice de cobertura da fiscalização aduaneira em 2012 foi altamente impactado na 7ª RF pela liberação de servidores de equipes exclusivas de fiscalização para Rio+20;

**Observações:** Será discutida a não liberação de AFRFBs lotados em equipes de fiscalização de zona secundária para auxílio de eventos de grande porte e o aumento do efetivo na fiscalização de zona secundária.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	41,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
39,44%	41,58%	42,80%	40,49%	38,78%	39,07%	39,51%	39,60%	39,64%	39,41%	39,38%	39,84%

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** No despacho aduaneiro de importação, o grau de eficácia fechou o ano de 2012 mantendo-se em 39,84, o que representa 97,2% de atingimento da meta de 41% de eficácia.

**Observações:** Com a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco - Cerad - espera-se uma melhoria na seleção. O Cerad está implementando um trabalho de acompanhamento e avaliação dos parâmetros cadastrados para revisar e expurgar aqueles cuja eficácia não seja comprovada ao longo de determinado período.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
82,81%	83,93%	83,06%	79,58%

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A eficácia da seleção ficou em 79,58%, o que representa 88,4% de atingimento da meta de 90%, dentro da faixa considerada aceitável (acima de 80% da meta)

Indicador: **Índice de solução de consultas**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	65,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
37,00%	39,00%	40,00%	67,00%

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas / (acervo de consultas aguardando solução + número de consultas recebidas no período).

- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** o resultado do índice alcançado em 2012, 67%, superou a meta estabelecida que foi de 65%.

Indicador: **Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	77,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
93,90%	86,30%	86,40%	88,20%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** a região superou a meta estabelecida de 77%.

Indicador: **Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	80,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
50,22%	82,77%	87,71%	68,71%	95,06%	89,52%	95,95%	98,43%	97,44%	96,50%	95,17%	96,73%

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A meta foi atingida em todos os meses, exceto em janeiro e abril. Em janeiro, há redução na quantidade de atendentes em razão da concentração de férias dos servidores. Em abril, há forte aumento de demanda por atendimento, em razão do prazo de entrega de declarações pelas pessoas físicas.

**Pontos críticos:** dificuldade em compatibilizar o atendimento da demanda à escala de férias dos servidores, em especial em razão do calendário escolar.

**Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Dias	Negativa	714,00	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
819,00	787,00	678,00	649,00

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, resarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A meta foi atingida, com redução de 215 do tempo de médio do estoque de pedidos pendentes.

**Indicador: Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	8300000	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
690655	1222992	1907962	2828576	3755136	4517970	5245658	5963234	6575118	7286806	7877612	8405847

- **Finalidade:** Mensurar a quantidade de serviços acessados por meio do Portal e-CAC.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de serviços acessados no Portal e-CAC.
- **Fonte dos Dados:** Estatísticas de serviços do portal e-CAC.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região atingiu a meta..

**Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	72,84	TRIMESTRAL

## RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
70,46%	71,30%	70,97%	66,31%	67,58%	70,67%	75,08%	77,45%	75,65%	75,54%	72,45%	75,25%

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** Este indicador é reflexo da quantidade de declarações parametrizadas em canal verde; logo, procedimentos locais pouco influenciam no comportamento do mesmo, sendo que eventuais operações da RFB em 2013 que impliquem em parametrização específica nos canais de conferência é que definirão seu resultado;

**Observações:** Melhorar a seleção local de declarações de importação sem impactar a fluidez do canal verde (implantação do ANIITA)

### Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,24	TRIMESTRAL

## RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,31	0,23	0,22	0,42	0,26	0,35	0,56	0,57	0,69	0,61	0,38	0,47

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

**Pontos críticos:** Os tempos referentes a despachos fracionados e despachos a *posteriori* contribuem para o aumento do indicador, apesar de não prejudicarem o fluxo das cargas.

### Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	7,10	TRIMESTRAL

## RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
4,10%	4,30%	4,40%	4,50%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** Para medir o resultado do índice, foi fixado o valor total de débitos levantados em janeiro de 2012 e verificado trimestralmente o registro, no sistema Conprovi, do valor de bens arrolados.

Indicador: **Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

#### RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
133,33%	129,17%	115,38%	112,28%	103,66%	108,00%	117,92%	124,79%	123,88%	120,41%	109,94%	113,37%

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:  
Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).
- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região atingiu a meta.

Indicador: **Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

#### RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
18,98%	40,00%	61,60%	98,43%

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:**  $(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$ .
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região atingiu praticamente a meta.

Indicador: **Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	105,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
25,74%	49,20%	67,22%	113,37%

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:**  $\{0,6 \times [(\text{carga horária total de capacitação} / \text{total de treinados sem repetições}) / \text{meta}]\} + \{0,4 \times [(\text{total de treinados capacitados sem repetições} / \text{total de servidores em exercício}) / \text{meta}]\}$ .
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região atingiu a meta.

**Pontos críticos:**

**Observações:**

Indicador: **Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	70,00	TRIMESTRAL

### RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
66,19%	66,19%	66,19%	66,19%

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
  - **Fórmula de cálculo:**  $(\text{Quantidade de unidades adequadas} / \text{total de unidades avaliadas da RFB}) \times 100$ ,
- onde:
- Unidades adequadas são aquelas com pontuação igual ou superior a 60.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.

➤ **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região atingiu 95% da meta.

**Pontos críticos:** Como este indicador está associado a projetos e obras, muitas vezes a execução extrapola o tempo previsto.

Indicador: **Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
45,00%	71,90%	79,41%	72,66%

➤ **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).

➤ **Fórmula de cálculo:**  $[(0,4 \times \text{ILE}) + (0,3 \times \text{IEB}) + (0,3 \times \text{IPF})]$ ,  
onde:

ILE = valor arrecadado em leilões;

IEB = estoque base;

IPF = processos fiscais antigos.

➤ **Fonte dos Dados:** CTMA.

➤ **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A região apresentou dificuldades em atingir a meta em função da maior parte de seu estoque ser composto de mercadorias contrafeitas, cuja destinação é a destruição, uma vez que o contrato para tal finalidade só foi formalizado em dezembro de 2012.

Indicador: **Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	66,30%	82,80%	93,60%	105,90%	75,50%	95,00%	99,30%

➤ **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.

➤ **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.

➤ **Fonte dos Dados:** Siafi.

➤ **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** A meta foi atingida.

Indicador: **Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

**RESULTADOS**

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	28,70%	29,50%	29,60%	29,80%	29,50%	35,50%	53,70%

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de investimento (obras destacadas, pequenos investimentos, TI e Outros) anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

**Situação atual:** O indicador ficou abaixo da meta em função de que a maior parcela de recursos se destinava à construção de uma nova unidade, cuja finalização do projeto sofreu grande atraso na fase de aprovação de licenças junto a órgãos externos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 3: Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão (Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

### **3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão**

#### **3.1 Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ**

O preenchimento do Quadro Avaliação do Sistema de Controles da UJ (A.3.1), requerido no item 3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos, da Portaria TCU nº 150/2012, é o resultado da consolidação das informações prestadas por todas as unidades vinculadas a Superintendência Regional da RFB na 7ª Região Fiscal (Delegacias, Alfândegas e Inspetorias).

O trabalho foi coordenado pela Assessoria do Gabinete da Superintendência Regional da RFB na 7ª Região Fiscal que distribuiu o referido Quadro A.3.1 às unidades mencionadas, via mensagem eletrônica, solicitando que cada uma das áreas avaliasse internamente as afirmativas com base nas orientações de preenchimento constantes do referido Quadro, e as classificasse de acordo com a percepção da administração.

As informações recebidas foram consolidadas pela Assessoria, utilizando a moda estatística, e se encontram reproduzidas no Quadro a seguir.

Destacamos que algumas valorações se situaram em patamares abaixo daqueles informados no exercício anterior, devido a uma avaliação mais criteriosa por parte dos gestores.

Considerando a natureza das atividades finalísticas desenvolvidas pela RFB – auditoria fiscal e o perfil exigido do seu quadro técnico, por tradição, o “Ambiente de Controle” é um dos elementos que demanda especial atenção da Alta Administração e da maioria dos servidores da instituição, principalmente no que diz respeito à temas como: formalidade, definição de objetivos, hierarquia, padronização de procedimentos, normatização de atos, segurança da informação e retidão de conduta.

Com relação à “Avaliação de Riscos”, de modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última ainda é feita com base na experiência, ou seja, não está sistematizada nem uniformizada internamente.

Ano a ano, a RFB vem aprimorando os seus “Procedimentos de Controle”, com ênfase para as ações preventivas, tais como: padronização de procedimentos, manualização de rotinas, controle de acesso a sistemas e informações, capacitação de servidores, divulgação de boas práticas, informatização de documentos e processos, mapeamento de processos, implementação da gestão de riscos, melhoria da comunicação interna, entre outras. Na área de detecção, podemos citar: o trabalho da corregedoria e da área de pesquisa e investigação, a atuação da auditoria interna, as ações de acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle externo e interno e a atuação da ouvidoria.

Devido à amplitude de sua atuação, à necessidade de interação com diferentes públicos, à capilaridade de suas unidades, ao expressivo número de servidores, a “Informação e Comunicação” têm fundamental importância para o desenvolvimento das atividades da RFB. Conforme já mencionado na Introdução deste Relatório, no ano de 2012, a Receita Federal implementou algumas ações relevantes nessa área, tais como: a reformulação da Internet e da Intranet e a publicação do caderno Fato Gerador. Apesar dos esforços já empreendidos no sentido de aprimorar a comunicação interna e externa e de agilizar a informação, a RFB ainda não conseguiu atingir o nível de excelência desejado.

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					<b>X</b>
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				<b>X</b>	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				<b>X</b>	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.(*)				<b>X</b>	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				<b>X</b>	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				<b>X</b>	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				<b>X</b>	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				<b>X</b>	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				<b>X</b>	
<b>Avaliação de Risco (**)</b>	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					<b>X</b>
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				<b>X</b>	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				<b>X</b>	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				<b>X</b>	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				<b>X</b>	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				<b>X</b>	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. (***)				<b>X</b>	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					<b>X</b>
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					<b>X</b>
<b>Procedimentos de Controle</b>	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				<b>X</b>	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				<b>X</b>	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			<b>X</b>		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				<b>X</b>	
<b>Informação e Comunicação</b>	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				<b>X</b>	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				<b>X</b>	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				<b>X</b>	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>X</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>X</b>	
<b>Monitoramento</b>	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade				<b>X</b>	

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES	
e qualidade ao longo do tempo.			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>			
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.			
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.			
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.			
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.			
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.			
<b>Análise Crítica:</b>			
(*) Item 4 – Código de Ética: Esclarecemos que a RFB ainda não possui um código de ética ou conduta próprios. No entanto, cumpre destacar que seus servidores observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990), razão da atribuição da nota 5.			
Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB nº 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS em seu Plano de Ação está prevista a elaboração do Código de Conduta da RFB (complementar à legislação citada acima) e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB.			
A primeira versão do Código de Conduta da RFB foi consolidada em outubro de 2012 e ficará disponível no período de 4 a 28 de março do corrente ano para consulta interna, por meio de um plano de comunicação que possibilitará o envio de sugestões por parte dos servidores e colaboradores da RFB. Esta ação objetiva promover ampla discussão do tema no âmbito de todas as unidades da RFB, de modo a resultar em um código que traduza a conduta de integridade com a qual os agentes públicos da RFB se identificam e querem ser reconhecidos pela sociedade.			
(**) <b>Avaliação de Riscos:</b> A 7ª Região Fiscal está imbuída em implementar a Política de Gestão de Riscos, estabelecida pelo Secretário da RFB, por meio da Portaria 2027/12. Está em fase de implementação o projeto, aprovado em 2012, que cria a Rede de Gerenciamento de Riscos da 7ª RF, que será formada por dois representantes de cada uma das Unidades Locais, cujo objetivo é desenvolver, disseminar e implementar a metodologia de gerenciamento de riscos institucionais para que os processos de trabalho julgados estratégicos tenham seus riscos identificados, avaliados e mitigados.			
Como a metodologia de gestão de riscos está em fase de disseminação na Região, as afirmativas “parcialmente válidas” referentes aos quesitos 12 a 15, tomaram como parâmetro avaliações de riscos feitas com base na experiência e na percepção de seus servidores ( <i>feeling</i> ) e podem estar, aparentemente, desalinhadas do questionário do Órgão Central.			
(***) <b>Item 16</b> – A RFB investe permanentemente em controles internos de modo a evitar/minimizar o acontecimento de fraudes e perdas. Cabe complementar que eventuais ocorrências são sucedidas pela abertura de processo administrativo, formalmente constituído, documentado e que segue os ritos processuais e legais previstos, vindo a gerar registros históricos.			

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 4: Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira (Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

## 4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

### 4.1 Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

#### 4.2.2 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

QUADRO 3 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f)</b>	<b>40.644.672,55</b>	<b>32.876.188,40</b>	<b>33.027.315,09</b>	<b>25.017.193,48</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	245.646,45	112.072,50	0,00	23.500,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	40.399.026,10	32.764.115,90	33.027.315,09	24.993.693,48
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g +h)</b>	<b>6.710.268,91</b>	<b>7.354.906,94</b>	<b>5.848.200,43</b>	<b>6.556.017,22</b>
g) Dispensa	5.368.456,90	6.333.656,46	4.640.321,21	5.616.882,61
h) Inexigibilidade	1.341.812,01	1.021.250,48	1.207.879,22	939.134,61
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>58.075,79</b>	<b>60.886,73</b>	<b>58.075,79</b>	<b>60.886,73</b>
i) Suprimento de Fundos	58.075,79	60.886,73	58.075,79	60.886,73
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>1.713.017,55</b>	<b>1.140.668,49</b>	<b>1.711.909,28</b>	<b>1.140.668,49</b>
j) Pagamento em Folha	96.516,75	63.974,37	96.516,75	63.974,37
k) Diárias	1.616.500,80	1.076.694,12	1.615.392,53	1.076.694,12
<b>5. Outros</b>	<b>3.676.271,92</b>	<b>5.146.072,56</b>	<b>3.619.709,40</b>	<b>4.859.239,44</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>52.802.306,72</b>	<b>46.578.723,12</b>	<b>44.265.209,99</b>	<b>37.634.005,36</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.2.2 - Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 4 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não Processados	Valores Pagos	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>96.516,75</b>	<b>63.974,37</b>	<b>0,00</b>	<b>96.516,75</b>	<b>63.974,37</b>			
08 - Outros Benef.Assistenciais	96.516,75	63.974,37	0,00	96.516,75	63.974,37	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>48.597.164,07</b>	<b>42.750.917,67</b>	<b>6.218.920,00</b>	<b>5.138.144,84</b>	<b>42.287.872,92</b>	<b>36.118.740,00</b>		
37 - Locação de Mão-de-obra	22.381.550,43	18.200.900,81	20.138.418,45	16.046.669,84	2.243.131,98	2.154.230,97	20.085.223,49	15.204.972,06
39 –	20.157.951,66	18.421.076,37	16.837.696,80	16.265.514,90	3.320.254,86	2.155.561,47	16.817.979,91	15.731.994,91

Outros.Serv.Pes.Jurídica								
30 - Material de Consumo	1.914.769,19	2.071.161,01	1.497.737,06	1.459.111,13	417.032,13	612.049,88	1.496.041,06	1.422.129,81
Demais elementos do grupo	4.142.892,79	4.057.779,48	3.904.391,76	3.841.476,96	238.501,03	216.302,52	3.888.628,46	3.759.643,22
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquida		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>	<b>4.108.625,90</b>	<b>3.763.831,08</b>	<b>1.907.666,16</b>	<b>1.537.690,86</b>	<b>2.200.959,74</b>	<b>2.226.140,22</b>	<b>1.880.820,32</b>	<b>1.451.290,99</b>
52 – Equip.Material Permanente	3.580.811,85	3.323.519,46	1.638.698,56	1.178.751,74	1.942.113,29	2.144.767,72	1.611.852,72	1.092.351,87
51 – Obras e Instalações	504.914,05	436.648,63	259.267,60	355.276,13	245.646,45	81.372,50	259.267,60	355.276,13
39 – Outros Serviços de Terc. PJ	22.900,00	3.662,99	9.700,00	3.662,99	13.200,00	0,00	9.700,00	3.662,99
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>							
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>							
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Em 2012, a execução orçamentária da Região não sofreu alterações significativas em relação ao exercício anterior, no que diz respeito às modalidades licitatórias existentes. O crescimento significativo de gastos oriundos de Tomada de Preços, com incremento de 119,18%, se deve a tendência iniciada em 2011 e derivada da realização de licitações para contratações de projetos básicos, já que com a implantação do Sistema Edifica, a RFB, como um todo e a 7ª Região Fiscal, tem como uma de suas principais ações a adequação das instalações físicas de suas Unidades.

Consolidou-se a forte predominância da utilização do pregão, aproximadamente 99,40% da execução no exercício, em consonância com as normas vigentes, que orientam seu uso para os casos comuns, restando a utilização das demais modalidades de contratação para situações específicas.

Na análise da contratação direta, o decréscimo de aproximadamente 10,00% para a modalidade de dispensa de licitação, em relação a 2011, assim como a diminuição dos gastos com suprimentos de fundos, da ordem de 5%, refletem os padrões regionais normais de gastos possíveis nas respectivas modalidades e demonstram um amadurecimento da Região para o planejamento de suas ações de contratações/aquisições, não havendo nenhuma situação pontual digna de registro.

O acréscimo, de aproximadamente 50% dos gastos com diárias no exercício, é decorrente da flexibilização para os deslocamentos referentes à treinamentos que envolvam Escolas de Governo, que passaram a permitir uma maior quantidade de participantes por evento. Ainda no aspecto diárias, há que se registrar que, durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, a Região recebeu reforço de servidores de outras Regiões, para compor equipes aduaneiras, que receberam diárias aumentadas, no período do evento, por força de legislação.

O aumento na execução orçamentária regional, de 14% em relação à execução de 2011, foi decorrente de incrementos nas novas contratações regionais (23,30%), folha de pagamento (50,87%) e diárias (50%).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 5: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira (Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

## 5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

### 5.1 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 5 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.560.140,95	0,00	1.557.199,48	2.941,47
2010	1.811.421,80	416,56	1.811.005,24	0,00
2009	991.920,00	48.970,44	942.949,56	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	7.713.323,29	613.537,10	6.787.230,83	312.555,36
2010	6.064.182,41	429.717,18	5.285.427,00	349.038,23
2009	8.997.583,68	1.143.937,68	7.853.646,00	0,00

Fonte: SIAFI Operacional

#### Observações:

##### 1) Restos a Pagar Não Processados:

- O saldo a pagar de RP Não Processados em 31/12/2012 é igual ao somatório dos saldos das contas 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR no ano de 2012;
- A conta 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR de 2012 não será uma conta de RP NÃO PROCESSADO em 2013. Como houve liquidação, no ano posterior os valores constantes nesta conta serão RP PROCESSADOS. Portanto, no ano seguinte apenas o saldo da conta 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR será reinscrita na conta 1.9.5.1.2.00.00 REINSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES;
- O saldo a pagar em 31/12/2012 está considerando os valores das contas 2.9.5.1.1.02.00 RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR no ano de 2012 e 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR.

##### 2) Restos a Pagar Processados:

- O saldo a Pagar em 31/12/2012 de RP Processados é a soma dos empenhos da conta 1.9.5.2.1.01.00 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS de 2011 e anos anteriores.

##### 3) As contas utilizadas para obtenção dos saldos são as descritas nos quadros abaixo.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195210100	195240000	295210200	(MI - C - P)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195110000 e 195120000	195140000	295110300	(MI - C - P)

### Legenda

**MI - Montante Inscrito**

**C - Cancelamentos Acumulados**

**P - Pagamentos Acumulados**

## **5.2 Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal.**

QUADRO 6 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Código da UG	Nome da UG	Suprimento de Fundos			Total Geral	
		Conta Tipo “B”	Valores			
			CPGF	Saque		
170116	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal	0,00	0,00	5.427,72	5.427,72	
170102	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Vitória	0,00	0,00	14.032,85	14.032,85	
170103	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória	0,00	578,64	3.692,15	4.270,79	
170118	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro	0,00	0,00	6.020,88	6.020,88	
170119	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda	0,00	0,00	3.995,24	3.995,24	
170120	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes	0,00	0,00	3.208,82	3.208,82	
170121	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói	0,00	0,00	7.258,83	7.258,83	
170122	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu	0,00	0,00	13.711,94	13.711,94	
170125	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Galeão	0,00	0,00	1.294,70	1.294,70	
170386	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé	0,00	480,00	697,00	1.177,00	
<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>			<b>1.058,64</b>	<b>59.340,13</b>	<b>60.398,77</b>	

**Fonte:** SIASGNet  
**Observações:**  
As unidades gestoras 170257, 170316, 170317, 170383 e 170386 não utilizaram suprimentos de fundos.

QUADRO 7 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

<b>Código da UG</b>	<b>170116</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 24.000,00</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Jorge Teixeira da Luz Pinto	103.213.067.91		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.989,74	R\$ 4.989,74	
Maria Clara F. O. Leitão	550.337.687.00		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 437,98	R\$ 437,98	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 0,00</b>		<b>R\$ 5.427,72</b>	<b>R\$ 5.427,72</b>	
<b>Código da UG</b>	<b>170102</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>R\$ 28.000,00</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Paulo Dias Mattioli	244.375.651.34		R\$ 16.000,00	R\$ 0,00	R\$ 9.695,35	R\$ 9.695,35	
Osmir Gomes de Carvalho	420.990.807.04		R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.337,50	R\$ 4.337,50	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 0,00</b>		<b>R\$ 14.032,85</b>	<b>R\$ 14.032,85</b>	
<b>Código da UG</b>	<b>170103</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 16.000,00</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Regina Célia Barcelos	704.861.587.72		R\$ 8.000,00	R\$ 578,64	R\$ 1.706,84	R\$ 2.285,48	
Luiz Cláudio Peixoto Lobo	818.274.077.00		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.985,31	R\$ 1.985,31	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 578,64</b>		<b>R\$ 3.692,15</b>	<b>R\$ 4.270,79</b>	
<b>Código da UG</b>	<b>170118</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>R\$ 8.000,00</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Paulo Roberto de O. Pinto	607.736.187.91		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.020,88	R\$ 6.020,88	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 0,00</b>		<b>R\$ 6.020,88</b>	<b>R\$ 6.020,88</b>	
<b>Código da UG</b>	<b>170119</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>R\$ 8.000,00</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Maria Cristina de Almeida	909.495.527.04		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.995,24	R\$ 3.995,24	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 0,00</b>		<b>R\$ 3.995,24</b>	<b>R\$ 3.995,24</b>	
<b>Código da UG</b>	<b>170120</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 11.232,18</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Derli Manhães de Santana Nascimento	537.988.307.97		R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.641,00	R\$ 1.641,00	
Ana Melo Oliveira	778.423.087.72		R\$ 5.232,18	R\$ 0,00	R\$ 1.567,82	R\$ 1.567,82	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 0,00</b>		<b>R\$ 3.208,82</b>	<b>R\$ 3.208,82</b>	
<b>Código da UG</b>	<b>170121</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>R\$ 24.000,00</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Lucia Helena P. O. Movschowitz	486.249.777.20		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.339,76	R\$ 1.339,76	
Saulo Henrique Alexandrino Borges	099.234.867.61		R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.392,83	R\$ 3.392,83	
Maria de Lourdes de Castro Martins	641.551.707.44		R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.429,68	R\$ 2.429,68	
Glivaneide Aparecida Mendonça	626.182.457.68		R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 96,56	R\$ 96,56	
Jose Claudionor Portela	432.016.367.20		R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 0,00</b>		<b>R\$ 7.258,83</b>	<b>R\$ 7.258,83</b>	
<b>Código da UG</b>	<b>170122</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>R\$ 32.000,00</b>		
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>	
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>		
Edneia Lino da Silva	771.108.627.04		R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 13.711,94	R\$ 13.711,94	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>R\$ 0,00</b>		<b>R\$ 13.711,94</b>	<b>R\$ 13.711,94</b>	

<b>Código da UG</b>	<b>170125</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 24.000,00</b>				
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>			
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>				
Eduardo Leal	363.243.537.53		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.294,70	R\$ 1.294,70			
<b>Total Utilizado pela UG</b>				<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.294,70</b>	<b>R\$ 1.294,70</b>			
<b>Código da UG</b>	<b>170386</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>R\$ 8.000,00</b>				
<b>Portador</b>		<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>			
				<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>				
Jairo Nunes Luiz	593.443.477.53		R\$ 8.000,00	R\$ 480,00	R\$ 697,00	R\$ 1.177,00			
<b>Total Utilizado pela UG</b>				<b>R\$ 480,00</b>	<b>R\$ 697,00</b>	<b>R\$ 1.177,00</b>			
<b>Total Utilizado pela UJ</b>				<b>R\$ 1.058,64</b>	<b>R\$ 59.340,13</b>	<b>R\$ 60.398,77</b>			
<b>Fonte: SIASGNet e SIAFI</b>									
<b>Observações:</b> As unidades gestoras 170257, 170316, 170317, 170383 e 170386 não utilizaram suprimentos de fundos.									

QUADRO 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	NA	NA	2	1.058,64	270	59.340,13	60.398,77
2011	NA	NA	10	2.869,00	209	57.508,05	60.377,05
2010	NA	NA	3	395,42	208	46.737,18	46.737,18

Fonte: SIASGNet e SIAFI

QUADRO 9 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos										
	Conta Tipo “B”						CPGF				
	2012		2011		2010		2012		2011		
Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas											
PC Aguardando Análise											
PC em Análise						2	1.294,70				
PC não Aprovadas											
PC Aprovadas						43	59.104,07	45	60.377,05	41	46.737,18

Fonte: SIAFI

#### Análise Crítica:

As Unidades da 7ª Região Fiscal não utilizam contas do tipo "B". Para o uso do CPGF, são verificadas as seguintes condições: não existência dos materiais no Almoxarifado, se os materiais não podem ser adquiridos de outra forma, se a classificação das despesas está correta e é legalmente possível e se os limites de gastos por classificação estão sendo respeitados. Ao final do período de utilização, analisamos as prestações de contas de cada concessão de Suprimento de Fundos,

O uso de Suprimento de Fundos restringe-se às despesas que não justificam um procedimento de Dispensa de Licitação ou Pregão, por serem de pequeno vulto e ocasionais, sendo os supridos orientados acerca de todas as alterações na legislação vigente sobre a matéria.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 6: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados (Item 6  
do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

## **6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.**

O trabalho de confecção dos quadros relativos a Recursos Humanos (Gestão de Pessoas) foi executado dentro do modelo de trabalho do Relatório de Tomada de Contas RFB adotado desde 2010. Dessa forma foram realizadas extrações dos dados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep da RFB, que foram subsidiados e homologados em parceria com as 10 Regiões Fiscais.

As extrações só foram possíveis em âmbito nacional com apoio das Regiões Fiscais e a utilização de sistema interno de controle de atividades administrativas, cujos dados não são contemplados pelo Siape de forma gerencial.

As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal.

Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

As alterações dos quadros novamente trouxeram novos desafios para o grupo de extração, especialmente em relação aos novos quadros do SISAC, que tratam de um processo de trabalho ainda recente na estrutura de atividades de Gestão de Pessoas da RFB.

O quadro da folha de pagamento foi ajustado totalmente à nova instrução de execução da Tomada de Contas 2012/2013, com uso do DW Siape associado ao tratamento da conversão dos resultados de UPAG para RF, inclusive para a extração dos valores relativos aos dois anos anteriores. Tal implantação tem por objetivo reduzir os impactos da extração nos processos futuros e facilitar a conversão de conhecimento necessário para extração da informação.

As remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada” conforme solicitado na Tomada de Contas. Porém, acreditamos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional nos parece sem sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Considerando-se as Regiões Fiscais, a informação também não nos parece coerente, pois há remoções dentro da própria região e não se quantifica quantos servidores estão entrando, apenas os que saem. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, todavia poderiam estar em quadro separado.

Foram superadas barreiras de extração de dados relativas à classificação de escolaridade dos servidores das DRJ e também em relação aos servidores ocupantes de funções comissionadas. Também foi aperfeiçoada a extração do nível de escolaridade dos cargos vinculados às carreiras administrativas do Ministério da Fazenda.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. O problema é agravado após a saída do servidor para o novo

órgão pela perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede, por exemplo, identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

## 6.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 10 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada*	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	4.376	3.362	3	223
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1		
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112**		20		
1.2.6 Outros ***		54		
<b>2. Servidores em Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		3		
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	4.376	3.442	3	223

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

\* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

\*\* “Outros” abrange cedidos e anistiados

### NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
2. A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Detalhamento da linha 1.2.1		
Carreira	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva
Carreira ARFB	4.376	2.310
Carreira PECFAZ	0	1.052

3. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2013 em relação ao dia 31/12/2012. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

QUADRO 11 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

<b>Tipologias dos Afastamentos</b>	<b>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>41</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	ND
1.2. Exercício de Função de Confiança	ND
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)*	41
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)**</b>	<b>173</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	123
3.2. A pedido, a critério da Administração	44
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	3
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	2
3.6. Por Decisão Judicial	1
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>3</b>
4.1. Doença em pessoa da família	3
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>3</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	2
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>86</b>
6.1. Licença Prêmio por assiduidade	12
6.2. Licença Gestante	4
6.3. Licença para tratamento de saúde	70
6.4. Reclusão	
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>307</b>

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

#### NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:  
 DECRETO N° 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.  
 LEI N° 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.  
 NOTA TÉCNICA N° 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.  
 INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) N° 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.  
 DECRETO N° 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.  
 OFÍCIO-CIRCULAR N° 69/SRH/MP.  
 NOTA TÉCNICA N° 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.  
 NOTA TÉCNICA N° 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.  
 NOTA TÉCNICA N° 101/2011/DENOP/SRH/MP.

3. Para todos os itens, exceto Remoção, foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 6 de fevereiro de 2013 e vigentes em 31 de dezembro de 2012. Eventos iniciados em 2012, mas encerrados até 30 de dezembro de 2012 foram desconsiderados do número. Ocorrências lançadas após o dia 6 de fevereiro de 2013, retroativas ao ano de 2012, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Tomada de Contas.
4. As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente.
5. Para Remoção foram considerados todos os processos concluídos em 2012. Os números são computados de acordo com a origem do servidor removido, independentemente do destino.
6. Incluído item 3.6 para Remoções via decisão judicial.
7. De acordo com instrução da Tomada de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (16 a 18), por serem considerados relevantes quanto ao número de ocorrências ou quanto ao tempo de duração do afastamento.
8. ND = informação não disponível.

QUADRO 12 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	150	144	34	35
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas			1	
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório				
<b>2. Funções gratificadas</b>				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	297	284	85	88
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>447</b>	<b>429</b>	<b>119</b>	<b>123</b>

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro 16.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.

QUADRO 13 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	105	327	829	1.298	375
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Outros*		18	19	31	11
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	20	72	47	5
2.3. Funções gratificadas	6	35	123	96	24
<b>3. Totais (1+2)</b>	112	400	1.043	1.472	415

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

\*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro 16 - Força de Trabalho.

QUADRO 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				41	888	2005	312	68	9
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Outros*					12	42			
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					5	139	63	8	1
2.3. Funções gratificadas					51	233	35	10	
<b>3. Totais (1+2)</b>				41	956	2419	410	86	10

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

\* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2. Para as tipologias Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

#### NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do banco de talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

QUADRO 15 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>										
Exercícios	2012	499.643.404,52	2.291,91	41.048.613,93	14.665.023,94	14.525.229,27	17.098.077,86	129.420,48	68.267,68	2.664.479,22
	2011	516.106.253,22	1.077,87	42.557.922,37	15.180.295,99	15.738.933,62	16.887.306,83	135.264,00		3.252.950,68
	2010	500.957.690,64	1.532,26	43.294.959,58	15.472.576,70	16.033.499,51	13.572.651,62	147.085,99	83.945,49	3.831.816,22
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2012	12.994.293,26	8.560,01	826.678,64	419.228,46	279.595,61	526.979,61		882,52	102.354,16
	2011	15.686.666,10	20.529,12	1.154.943,53	415.824,94	368.612,81	313.320,03	70,15		132.858,83
	2010	15.175.705,90	16.162,42	1.237.185,02	437.982,59	372.916,04	583.778,46	423,10		151.568,99
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2012									0,00
	2011									0,00
	2010									0,00
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2012	36.798.127,42	3.113.105,97	3.282.573,92	1.178.692,83	696.916,76	795.588,27	14.324,58	7.320,68	149.532,38
	2011	36.898.298,16	3.090.778,66	3.340.234,57	1.147.213,07	710.820,48	808.133,21	15.167,96	0,00	180.396,74
	2010	36.228.771,75	3.104.544,90	3.405.637,93	1.147.468,39	725.565,38	625.024,84	27.103,28	0,00	160.507,35
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>										
Exercícios	2012	50.507.500,13	1.358.738,34	4.368.686,77	1.517.342,38	1.208.073,18	1.414.672,39	53.744,06	9.048,22	219.321,39
	2011	50.286.214,16	1.340.633,92	4.345.198,04	1.452.252,29	1.247.401,70	1.320.671,47	51.894,22	0,00	252.698,78
	2010	49.522.162,92	1.332.861,05	4.340.423,60	1.547.616,06	1.253.073,23	1.029.783,92	37.977,71	8.000,00	298.960,14

#### NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.
2. Os dados referentes a 2010 e 2011 foram extraídos no modelo da Tomada de Contas 2012/2013. Com a reclassificação de rubricas de acordo com as definições da Decisão Normativa TCU 119/2012, não é possível comparar os resultados dos anos de 2010 e 2011 com as Tomadas de Contas anteriores.
3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
  - a) As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
  - b) Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
  - c) As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
  - d) A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC;
  - e) Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real; e
  - f) As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

#### Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2012

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	TOTAL
7ª RF	197.786,99	1.623.166,17	434,58	0,00	96.516,75	1.917.904,49

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.
2. Em relação à Tomada de Contas anterior, foi incorporada a rubrica para auxílio funeral.

## Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

### Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{Nº de servidores} \times \text{Nº de dias do ano}}$
--

UNIDADE	2010	2011	2012
7ª RF	2,29%	1,62%	2,09%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extraído em 28/01/2013

O aumento do indicador de absenteísmo pode ser resultado do impacto da redução do quadro da RFB (diminuição do denominador na fórmula), bem como do aumento do perfil etário dos servidores (maior probabilidade de licenças médicas).

As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente, o que pode agravar o resultado do indicador.

Para sanar o problema de tempestividade do lançamento das ocorrências SIASS, foi encaminhada mensagem eletrônica ao Ministério do Planejamento comunicando o fato e solicitando ações corretivas e instruções de como proceder na coordenação entre o trabalho das unidades da RFB e as unidades SIASS.

### Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicador apurado no Relatório Nacional.

### Rotatividade (turnover)

Indicador apurado no Relatório Nacional.

### Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2012 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2012 a 7ª RF capacitou 71,28% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2012. Dessa forma, em 2012 a 7ª RF alocou em média 38,74 horas de capacitação em cada um dos 71,28% dos seus servidores capacitados em 2012.

UNIDADE	AMPLITUDE	APROFUNDAMENTO
7ª RF	71,28%	38,74H

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

## **Disciplina**

Indicador apurado no Relatório nacional.

## **Aposentadoria versus reposição do quadro**

Grau de Reposição de Aposentadorias em 2012.

Fórmula:  $(\sum \text{entradas} - \sum \text{vacâncias} - \sum \text{exonerações}) / \sum \text{aposentadorias}$

As entradas consideraram provimento originário e derivado.

UNIDADE	GRAU 2011	GRAU 2012
RF07	-39,34%	-31,65%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Resultado:

Negativo significa que os ingressos não foram suficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Zero significa que as aposentadorias foram supridas com as novas entradas, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Positivo significa incremento do quadro em relação às aposentadorias, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Os resultados de 2012 evidenciam o agravamento da situação relativa à reposição do quadro, seja pela não realização dos concursos públicos, seja pelo aumento crescente dos índices de aposentadoria.

## **6.2 Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários**

### **6.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada**

QUADRO 16 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.
					Início	Fim	F	M	S	
					P	C	P	C	P	
<b>Unidades Contratantes</b>										

<b>Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal – SRRF07</b>										
<b>UG/Gestão: 170116/00001</b>						<b>CNPJ: 00.394.460/0107-08</b>				
2011	L	O	SRRF07 02/2011	05.956.304/0001-40	01/10/12	01/06/14	12	12		P
2010	V	O	SRRF07 38/2010	31.376.361/0001-60	31/08/12	01/05/14	33	33		P

<b>Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Vitória – ALF/VIT-ES</b>										
<b>UG/Gestão: 170102 / 00001</b>						<b>CNPJ: 00.394.460/0359-56</b>				
2010	L	O	06/2010	05.261.183/0001-12	28/02/12	01/03/13	8	8		P

2010	V	O	05/2010	05.040.410/0001-80	28/02/12	01/03/13	11	11				P
------	---	---	---------	--------------------	----------	----------	----	----	--	--	--	---

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória – ES – DRF/VIT-ES**
**UG/Gestão: 170103 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0113-48**

2010	L	O	2010CTO2	07.709.197/0001-81	01/02/10	31/05/13	7	7				P
------	---	---	----------	--------------------	----------	----------	---	---	--	--	--	---

**Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro – ALF/RJO**
**UG/Gestão: 170118 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0055-34**

2011	V	O	SRRF/7ªRF nº 31/2011	31.376.367/0001-60	01/09/11	30/04/13	15	15				A
2011	L	O	SRRF/7ªRF nº 05/2011	08.003.201/0001-54	01/11/12	30/06/14	25	25	1	1		P

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda – DRF/VRA**
**UG/Gestão: 170119 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0112-67**

2011	V	O	1701162-2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	30/04/13			10	10		A
2011	L	O	1701168-2011	36.529.998/0001-63	01/02/11	31/05/14	9	9				P

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes – DRF/CGZ**
**UG/Gestão: 170120 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0111-86**

2011	L	O	SRRF07RJ09/2011	68.565.530/0001-10	01/02/11	30/10/13	16	16				P
2011	V	O	SRRF07RJ29/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	30/04/13		9	11			A

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói – DRF/NIT**
**UG/Gestão: 170121 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0109-61**

2011	L	O	07/2011	10.243.854/0001-52	01/03/11	31/10/12	22	22				P
2011	V	O	33/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	30/04/13	21	21				A

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu – DRF/NIU**
**UG/Gestão: 170122 / 0001** **CNPJ: 00.394.460/0110-03**

2011	L	O	SRRF706/2011	10.243.854/0001-52	10/02/11	09/10/13	20	20				P
2011	V	O	SRRF728/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	30/04/13			19	19		A

**Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão – ALF/GIG**
**UG/Gestão: 170125 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0114-29**

2011	L	O	11/2011	06.263.083/0001-98	01/03/11	31/10/12		11				E
2011	V	O	30/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	30/04/13		18				A
2012	L	O	03/2012	13.334.753/0001-85	01/11/12	30/06/14		6		1		A
2012	L	O	05/2012	03.383.287/0001-74	01/11/12	30/06/14		4				A

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I - DRF/RJO I**
**UG/Gestão: 170257 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0346-31**

2011	L	O	SRRF0703/2011	68.565.530/0001-10	01/02/11	01/06/14	7	7				P
2011	V	O	SRRF0724/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	30/04/13	10	10				A

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro – DEMAC/RJO**
**UG/Gestão: 170316 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0478-81**

2010	L	O	03/2010	00.987.137/0001-81	02/09/10	30/06/12	10	10				E
2010	V	O	01/2010	07.872.373/0001-00	13/07/11	31/08/12	4	4				E
2012	L	O	05/2012	03.383.287/0001-74	01/09/12	31/08/13	10	10				A
2012	V	O	04/2012	01.301.890/0001-34	01/09/12	31/08/13	4	4				A

**Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itaguaí – ALF/IGI**
**UG/Gestão: 170317 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0452-42**

2010	V	O	DRF/VRA01/2010	31.376.361/0001-60	01/05/10	01/05/15	3	3				P
------	---	---	----------------	--------------------	----------	----------	---	---	--	--	--	---

**Observações:**

Contrato sub-rogado para a ALF/IGI em 2011.

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II – DRF/RJO II**
**UG/Gestão: 170383 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0434-60**

2011	L	O	01/2011	10.243.854/0001-52	03/10/11	03/10/13	7	7				P
2011	V	O	25/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	01/05/13			13	13		A

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé - DRF/MCE**
**UG/Gestão: 170386 / 00001** **CNPJ: 00.394.460/0432-07**

2011	V	O	32/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	30/04/13			10	10		A
2011	L	O	10/2011	36.529.998/0001-63	01/10/12	08/02/13			15	15		P e E

**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG

## QUADRO 17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim	F	M	S			
Unidades Contratantes												

<b>Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal – SRRF07</b>												
<b>UG/Gestão: 170116/00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0107-08</b>		
2010	2, 4, 5, 12	O	SRRF07 21/2010	04.737.058/0001-53	01/09/12	30/04/14	33	33				P

<b>Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Vitória – ALF/VIT</b>												
<b>UG/Gestão: 170102 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0359-56</b>		
2010	2, 4, 5, 6, 7, 12	O	SRRF0732/10	07.855.231/0001-26	01/09/12	30/04/14	24	24				P

<b>Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória – DRF/VIT</b>												
<b>UG/Gestão: 170103 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0113-48</b>		
2010	1	O	2010CT12	10.330.894/0001-31	26/10/10	25/01/14			6	6		P

<b>Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro – ALF/RJO</b>												
<b>UG/Gestão: 170118 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0055-34</b>		
2012	4, 5, 7, 12	O	ALF/RJO nº 05/2012	07.544.068/0001-80	26/11/12	26/07/14	10	10	17	17		A

<b>Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda – DRF/VRA</b>												
<b>UG/Gestão: 170119 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0112-67</b>		
2010	4, 5, 12	O	170116 25-2010	07.855.231/0001-26	01/01/11	30/04/14			25	25		P

<b>Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes – DRF/CGZ</b>												
<b>UG/Gestão: 170120 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0111-86</b>		
2010	4, 5, 6, 12	O	30/2010	68.565.530/0001-10	22/12/10	01/09/13			32	32		P

<b>Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói – DRF/NIT</b>												
<b>UG/Gestão: 170121 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0109-61</b>		
2010	2, 4, 5, 6, 7, 12	O	26/2010	68.565.530/0001-10	01/01/11	30/08/12		33	33			P

<b>Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu – DRF/NIU</b>												
<b>UG/Gestão: 170122 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0110-03</b>		
2011	2, 4, 5, 6, 7	O	DRF/NIU 01/2011	05.956.304/0001-40	05/01/11	04/09/13	13	13	18	18		P
2012	9	O	DRF/NIU 02/2012	13.452.748/0001-77	13/07/12	12/07/13	1					A

<b>Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão – ALF/GIG</b>												
<b>UG/Gestão: 170125 / 00001</b>										<b>CNPJ: 00.394.460/0114-29</b>		
2010	4, 5, 6, 12	O	01/2011	06.090.065/0001-51	01/01/11	31/08/12		2		21		E

2012	4, 5 6, 12	O	01/2012	13.134.882/0001-20	01/10/12	31/05/14		5		6		1	A
2012	4, 5, 6, 12	O	02/2012	13.185.303/0001-78	03/10/12	02/06/14		1		5		1	A

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I – DRF/RJO I**

**UG/Gestão: 170257 / 00001**

**CNPJ: 00.394.460/0346-31**

2010	2, 4, 5, 12	O	SRRF07 22/2010	68.566.530/0001-10	01/01/11	01/05/14			61	61			P
------	----------------	---	----------------	--------------------	----------	----------	--	--	----	----	--	--	---

**Observações:**

No contrato de prestação de serviços terceirizados inicialmente previu-se a realização da execução por 16 recepcionistas, posteriormente, em 2011, o quantitativo foi aumentado para 20.

**Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro – IRF/RJO**

**UG/Gestão: 170258 / 00001**

**CNPJ: 00.394.460/0347-12**

2012	4, 5, 6, 12	O	IRF/RJO 02/2012	11.683.755/0001-54	01/10/12	31/05/14	12	12					A
------	----------------	---	-----------------	--------------------	----------	----------	----	----	--	--	--	--	---

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro – DEMAC/RJO**

**UG/Gestão: 170316 / 00001**

**CNPJ: 00.394.460/0478-81**

2010	2, 4, 5, 12	O	02/2010	07.855.231/0001-26	26/07/11	25/07/12	12	12					E
2010	6, 12	O	33/2010	07.855.231/0001-26	01/01/11	31/08/12	4	4					E
2011	9	O	04/2010	10.431.209/0001-63	01/12/11	30/11/12			2	2			E
2012	5, 12	E	03/2012	68.582.709/0001-86	26/07/12	02/09/12	4	4					E
2012	2, 4, 5, 6 12	O	02/2012	02.931.592/0001-90	03/09/12	31/08/13	17	17					A

**Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itaguaí – ALF/IGI**

**UG/Gestão: 170317 / 00001**

**CNPJ: 00.394.460/0452-42**

2010	2, 4, 6	O	SRRF0728/2010	68.565.530/0001-10	01/01/11	01/08/13	15	17					P
------	------------	---	---------------	--------------------	----------	----------	----	----	--	--	--	--	---

**Observações:**

O contrato foi assinado inicialmente com a quantidade de 15 funcionários e aumentado para 17. Foi realizado pela SRRF07 e subrogado para a ALF/IGI.

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II – DRF/RJO II**

**UG/Gestão: 170383/00001**

**CNPJ: 00.394.460/0434-60**

2010	4, 5, 6, 12	O	23/2010	68.565.530/0001-10	01/01/11	01/09/13	31	31	28	28			P
------	----------------	---	---------	--------------------	----------	----------	----	----	----	----	--	--	---

**Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé - DRF/MCE**

**UG/Gestão: 170386 / 00001**

**CNPJ: 00.394.460/0432-07**

2010	4, 5, 6, 7, 12	O	27/2010	07.855.231/0001-26	01/10/12	31/05/14			15	15			P
------	----------------------	---	---------	--------------------	----------	----------	--	--	----	----	--	--	---

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental;

(M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG

## 6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 18 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1. Área Fim					
1.2. Área Meio	319	325	262	235	<b>1.845.831,33</b>
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1. Área Fim					
2.2. Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>					

Fonte: DW Siape

### NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais.
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio e Auxílio Transporte Estagiário, sem considerar os descontos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário (Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU Nº 119/2012)**

## 7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

### 7.1 Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

A frota de veículos utilizada pela 7ª Região Fiscal é, basicamente, oriunda da última aquisição promovida em 2005 e, acrescida ao longo dos anos, de veículos apreendidos, em atendimento à diretriz nacional de incorporação desses bens.

Muitas das atividades desenvolvidas na região dependem do uso da frota, tais como: as ações de fiscalização, repressão, transporte de mercadorias, selos de controle, etc. Logo, a Região dispõe de 171 (cento e setenta e um veículos), sendo 108 (cento e oito) veículos de serviços comuns, incluindo scanners móveis, caminhões, ônibus e 2 (duas) lanchas, e 63 (sessenta e três) veículos de serviços especiais, estes últimos, primordialmente utilizados nas ações de repressão e fiscalização na zona primária. O uso dos veículos respeita ao contido no Decreto nº 6.403/2008 e, o controle dos pedidos para utilização é efetuado em setores/servidores dedicados a gerir a frota em todos os seus aspectos, inclusive quanto a abastecimento, manutenção, pagamento de seguro DPVAT e demais componentes associados.

A Região possui, na maioria das Unidades, contrato de manutenção preventiva e corretiva, assim como contrato de fornecimento de combustíveis, através de abastecimento informatizado, o que facilita a gestão dos veículos.

Em consonância com a diretriz nacional, a política de substituição da frota, quando os carros são considerados antieconômicos tem sido a incorporação de veículos apreendidos, uma vez que há grande oferta dos mesmos na RFB, o que traz o ônus das regularizações de pendências de ordem financeira, administrativa e judicial dos mesmos.

Durante o exercício de 2012, como forma de facilitar as atividades de repressão e vigilância aduaneira, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio +20, houve autorização do Órgão Central para que a Região adquirisse 12 veículos de serviços especiais (tipo pick-up), distribuídos entre as unidades aduaneiras ou mistas.



Seguem abaixo as informações quantitativas sobre os veículos, os respectivos consumos e gastos com manutenção, que foram acrescidos em R\$ 20.023,83 (vinte mil vinte e três reais e oitenta e três centavos) pagos a título de seguro obrigatório (DPVAT).

7ª Região Fiscal										
Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	108	75.839,80	2004	2005	650,90	1.155,96	2.328,14	61.183,40	107.504,03	228.157,93
Serviço Especial	63	77.553,70	2006	2006	1.982,60	1.414,24	3.348,46	120.936,40	86.268,49	194.210,81
<b>Totais</b>	<b>171</b>	<b>76.476,10</b>	<b>2005</b>	<b>2005</b>	<b>1.175,00</b>	<b>1.258,26</b>	<b>2.707,49</b>	<b>182.119,80</b>	<b>193.772,52</b>	<b>422.368,74</b>
<b>UG 170116 – SRRF07</b>										
Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	35	76.657,10	2005	2005	361,30	846,02	2.015,82	10.115,30	22.842,44	70.553,63
Serviço Especial	7	22.109,30	2010	2011	380,60	840,37	554,54	2.664,00	5.882,61	3.881,78
<b>Totais</b>	<b>42</b>	<b>67.565,80</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>365,10</b>	<b>844,85</b>	<b>1.772,27</b>	<b>12.779,40</b>	<b>28.725,05</b>	<b>74.435,41</b>
<b>UG 170102 – ALF/VIT</b>										
Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	9	10.407,40	2004	2004	1.457,50	1.666,97	71,69	13.117,50	15.002,72	645,23
Serviço Especial	4	5.991,00	2005	2005	18.563,00	1.611,42	0,00	74.251,90	6.445,67	0,00
<b>Totais</b>	<b>13</b>	<b>9.048,50</b>	<b>2004</b>	<b>2004</b>	<b>6.720,70</b>	<b>1.649,88</b>	<b>49,63</b>	<b>87.369,40</b>	<b>21.448,39</b>	<b>645,23</b>
<b>UG 170103 – DRF/VIT</b>										
Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	10	56.539,20	2001	2001	300,30	758,10	1.489,37	3.002,60	7.580,96	14.893,74
Serviço Especial	2	61.759,50	2005	2006	282,80	626,66	8.449,95	565,50	1.253,32	16.899,89
<b>Totais</b>	<b>12</b>	<b>57.409,30</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>297,30</b>	<b>736,19</b>	<b>2.649,47</b>	<b>3.568,10</b>	<b>8.834,28</b>	<b>31.793,63</b>
<b>UG: 170118 ALF/RJO</b>										
Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	11	47.727,00	2004	2004	457,50	1.176,26	2.917,59	5.032,80	12.938,87	32.093,44
Serviço Especial	5	62.560,00	2005	2006	425,20	886,18	7.670,15	2.126,10	4.430,91	38.350,75
<b>Totais</b>	<b>16</b>	<b>52.671,30</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>447,40</b>	<b>1.085,61</b>	<b>4.402,76</b>	<b>7.158,90</b>	<b>17.369,78</b>	<b>70.444,19</b>
<b>UG: 170119 DRF/VRA</b>										
Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço	4	134.434,50	2005	2005	129,20	277,89	4.172,63	516,80	1.111,57	16.690,50

comum									
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>134.434,50</b>	<b>2005</b>	<b>2005</b>	<b>129,20</b>	<b>277,89</b>	<b>4.172,63</b>	<b>516,80</b>	<b>1.111,57</b>

**UG: 170120 DRF/CGZ**

Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	3	95.193,30	2004	2005	993,00	2.033,57	560,00	2.979,00	6.100,71	1.680,00
Serviço Especial	1	123.279,00	2005	2006	1.326,90	2.736,73	2.612,97	1.326,90	2.736,73	2.612,97
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>102.214,80</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>1.076,50</b>	<b>2.209,36</b>	<b>1.073,24</b>	<b>4.305,90</b>	<b>8.837,44</b>	<b>4.292,97</b>

**UG: 170121 DRF/NIT**

Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	5	80.942,00	2004	2006	616,80	1.683,33	5.400,00	3.084,00	8.416,63	27.000,00
Serviço Especial	2	72.175,50	2005	2006	454,00	908,86	7.500,00	908,00	1.817,71	15.000,00
<b>Totais</b>	<b>7</b>	<b>78.437,30</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>570,30</b>	<b>1.462,05</b>	<b>6.000,00</b>	<b>3.992,00</b>	<b>10.234,34</b>	<b>42.000,00</b>

**UG: 170122 DRF/NIU**

Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	6	134.433,30	2004	2005	1.142,10	2.674,15	6.721,77	6.852,40	16.044,92	40.330,61
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>134.433,30</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>1.142,10</b>	<b>2.674,15</b>	<b>6.721,77</b>	<b>6.852,40</b>	<b>16.044,92</b>	<b>40.330,61</b>

**UG: 170125 ALF/GIG**

Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	3	41.949,00	2006	2006	2.286,30	1.804,73	3.176,70	6.859,00	5.414,18	9.530,11
Serviço Especial	20	81.196,30	2006	2006	1.426,40	1.816,17	2.658,88	28.527,30	36.323,35	50.518,71
<b>Totais</b>	<b>23</b>	<b>76.077,00</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>1.538,50</b>	<b>1.814,68</b>	<b>2.729,49</b>	<b>35.386,40</b>	<b>41.737,53</b>	<b>60.048,82</b>

**UG: 170257 DRF/RJ1**

Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	9	145.524,80	2005	2006	107,60	267,21	2.033,45	861,10	2.137,66	18.301,06
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>145.524,80</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>107,60</b>	<b>267,21</b>	<b>2.033,45</b>	<b>861,10</b>	<b>2.137,66</b>	<b>18.301,06</b>

**UG: 170258 IRF/RJO**

Grupo	Quant.	Quilome-tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	3	41.949,00	2006	2006	2.286,30	1.804,73	3.176,70	6.859,00	5.414,18	9.530,11
Serviço Especial	15	110.398,90	2004	2004	662,90	1.736,24	3.589,73	9.943,60	26.043,62	50.256,21
<b>Totais</b>	<b>18</b>	<b>98.990,60</b>	<b>2005</b>	<b>2005</b>	<b>933,50</b>	<b>1.747,66</b>	<b>3.516,84</b>	<b>16.802,60</b>	<b>31.457,80</b>	<b>59.786,32</b>

**UG: 170317 ALF/IGI**

Grupo	Quant.	Quilometragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	9	85.431,30	2004	2005	140,50	430,94	796,42	561,80	1.723,74	7.167,82
Serviço Especial	3	54.003,00	2005	2006	106,20	223,00	456,68	106,20	223,00	1.397,03
<b>Totais</b>	<b>12</b>	<b>79.145,60</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>133,60</b>	<b>389,35</b>	<b>631,05</b>	<b>668,00</b>	<b>1.946,74</b>	<b>8.564,85</b>
<b>UG: 170383 DRF/RJ2</b>										
Grupo	Quant.	Quilometragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	2	109.823,50	2002	2003	720,00	1.461,60	1.800,00	1.440,00	2.923,20	3.600,00
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>109.823,50</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>720,00</b>	<b>1.461,60</b>	<b>1.800,00</b>	<b>1.440,00</b>	<b>2.923,20</b>	<b>3.600,00</b>
<b>UG: 170386 DRF/MCE</b>										
Grupo	Quant.	Quilometragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	3	91.225,00	2004	2005	209,40	481,91	0,00	418,80	963,82	0,00
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>91.225,00</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>209,40</b>	<b>481,91</b>	<b>0,00</b>	<b>418,80</b>	<b>963,82</b>	<b>0,00</b>

## 7.2 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 19 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
<b>BRASIL</b>	<b>UF: ES</b>	<b>99</b>
Cachoeiro	1	1
Colatina	1	1
São Mateus	1	1
Serra	1	1
Vila Velha	1	1
Vitória	94	94
	<b>UF: RJ</b>	<b>42</b>
Angra dos Reis	1	1
Campos dos Goytacazes	1	1
Itaguaí	1	1
Itaboraí	1	1
Macaé	2	1
Niterói	1	1
Nova Iguaçu	1	1
Petrópolis	1	1
Resende	1	1
Rio de Janeiro	29	28
Santo Antonio de Pádua	1	1
São Gonçalo	1	1

	Volta Redonda	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>141</b>	<b>139</b>
<b>EXTERIOR</b>	-	-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>141</b>	<b>139</b>

Fonte: SPIUNET

QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ		
	EXERCÍCIO 2012		EXERCÍCIO 2011
<b>BRASIL</b>	<b>UF ES</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Linhares	1	1
	Vila Velha	1	1
	<b>UF RJ</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
	Barra do Piraí	4	4
	Cabo Frio	1	1
	Duque de Caxias	1	1
	Itaboraí	0	1
	Itaperuna	1	1
	Nova Friburgo	1	1
	Rio Bonito	1	0
	Teresópolis	1	1
	Três Rios	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>13</b>	<b>13</b>
<b>EXTERIOR</b>	-	-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>13</b>	<b>13</b>

Fonte: SPIUNET

QUADRO 21 - BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
170102	5705.00090.500-6	3	3	4.114,15	11/11/2011	57.576,62		279.275,91
170102	5705.00091.500-1	3	3	3.899,79	11/11/2011	63.526,78		
170102	5705.00092.500-7	3	3	4.017,92	11/11/2011	56.212,74		
170102	5705.00093.500-2	3	3	3.833,04	11/11/2011	59.883,16		
170102	5705.00094.500-8	3	3	3.978,52	11/11/2011	55.684,89		
170102	5705.00095.500-3	3	3	3.848,36	11/11/2011	53.868,40		
170102	5705.00096.500-9	3	3	3.997,14	11/11/2011	55.936,10		
170102	5705.00097.500-4	3	3	4.465,34	11/11/2011	62.486,72		
170102	5705.00098.500-0	3	3	5.306,53	11/11/2011	74.283,24		
170102	5705.00099.500-5	3	3	4.114,15	11/11/2011	57.576,62		
170102	5705.00100.500-9	3	3	3.899,79	11/11/2011	60.918,10		
170102	5705.00101.500-4	3	3	3.833,04	11/11/2011	56.027,86		
170102	5705.00102.500-0	3	3	3.833,04	11/11/2011	53.655,37		

170102	5705.00103.500-5	3	3	3.978,52	11/11/2011	62.148,18	
170102	5705.00104.500-0	3	3	3.848,36	11/11/2011	60.120,90	
170102	5705.00105.500-6	3	3	3.997,14	11/11/2011	62.428,47	
170102	5705.00106.500-1	3	3	4.465,34	11/11/2011	62.486,72	
170102	5705.00107.500-7	3	3	5.306,53	11/11/2011	74.283,24	
170102	5705.00108.500-2	3	3	4.114,15	11/11/2011	57.576,62	
170102	5705.00109.500-8	3	3	5.538,07	11/11/2011	62.556,38	
170102	5705.00110.500-3	3	3	4.017,92	11/11/2011	56.212,74	
170102	5705.00111.500-9	3	3	3.833,04	11/11/2011	53.655,37	
170102	5705.00112.500-4	3	3	3.978,52	11/11/2011	55.684,89	
170102	5705.00113.500-0	3	3	3.848,36	11/11/2011	53.868,40	
170102	5705.00114.500-5	3	3	3.997,14	11/11/2011	55.936,10	
170102	5705.00115.500-0	3	3	4.465,34	11/11/2011	62.486,72	
170102	5705.00116.500-6	3	3	5.306,53	11/11/2011	74.283,24	
170102	5705.00117.500-1	3	3	4.114,15	11/11/2011	57.576,62	
170102	5705.00118.500-7	3	3	38.997,86	11/11/2011	89.680,80	
170102	5705.00119.500-2	3	3	4.017,92	11/11/2011	57.480,39	
170102	5705.00120.500-8	3	3	3.833,04	11/11/2011	59.883,16	
170102	5705.00121.500-3	3	3	3.978,52	11/11/2011	55.335,99	
170102	5705.00122.500-9	3	3	339.670,03	11/11/2011	395.942,57	
170102	5705.00123.500-4	3	3	39.971,35	11/11/2011	98.402,68	
170102	5705.00124.500-0	3	3	4.465,34	11/11/2011	62.486,72	
170102	5705.00125.500-5	3	3	5.306,53	11/11/2011	74.283,24	
170102	5705.00126.500-0	3	3	18.427,18	11/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00127.500-6	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00128.500-1	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00129.500-7	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00130.500-2	3	3	18.427,18	10/11/2011	48.922,05	
170102	5705.00131.500-8	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00132.500-3	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00133.500-9	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00134.500-4	3	3	183.608,10	9/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00135.500-0	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00136.500-5	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.701,56	
170102	5705.00137.500-0	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.707,20	
170102	5705.00138.500-6	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00139.500-1	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00140.500-7	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.707,20	
170102	5705.00141.500-2	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00142.500-8	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00143.500-3	3	3	8.799,65	11/11/2011	27.805,94	
170102	5705.00144.500-9	3	3	8.799,65	11/11/2011	27.805,94	
170102	5705.00145.500-4	3	3	8.799,65	11/11/2011	27.805,94	
170102	5705.00146.500-0	3	3	8.799,65	10/11/2011	27.805,94	
170102	5705.00147.500-5	3	3	8.799,65	10/11/2011	31.033,23	
170102	5705.00148.500-0	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00149.500-6	3	3	8.799,65	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00150.500-1	3	3	8.799,65	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00151.500-7	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00152.500-2	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00153.500-8	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00154.500-3	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	
170102	5705.00155.500-9	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76	

170102	5705.00156.500-4	3	3	18.427,18	11/11/2011	48.922,05		
170102	5705.00157.500-0	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00158.500-5	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00159.500-0	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00160.500-6	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00161.500-1	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00162.500-7	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00163.500-2	3	3	17.604,42	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00164.500-8	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00165.500-3	3	3	18.427,18	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00166.500-9	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00167.500-4	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00168.500-0	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00169.500-5	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.707,20		
170102	5705.00170.500-0	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00171.500-6	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00172.500-1	3	3	18.427,18	10/11/2011	48.922,05		
170102	5705.00173.500-7	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00174.500-2	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00175.500-8	3	3	18.427,18	10/11/2011	48.922,05		
170102	5705.00176.500-3	3	3	18.427,18	10/11/2011	48.922,05		
170102	5705.00177.500-9	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00178.500-4	3	3	18.427,18	10/11/2011	48.922,05		
170102	5705.00179.500-0	3	3	18.427,18	10/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00180.500-5	3	3	95.197,01	9/11/2011	124.991,10		
170102	5705.00247.500-4	3	3	19.876,47	9/11/2011	45.694,76		
170102	5705.00407.500-8	3	3	1.280.550,17	11/11/2011	1.644.180,95		
170103	5623.00011.500-7	12	3	188.129,00	26/10/2011	580.930,98		6.836,79
170103	5629.00024.500-7	13	3	289.538,79	26/10/2011	202.743,17		523,62
170103	5697.00011.500-0	13	3	86.828,44	27/10/2011	278.652,15		695,70
170103	5699.00005.500-4	11	3	376.371,12	26/10/2011	856.249,23		4.772,16
170103	5703.00035.500-0	13	3	293.710,27	26/10/2011	396.647,36		70.347,87
170103	5705.00183.500-1	13	3	1.656.341,70	27/10/2011	2.239.246,57		0,00
170103	5705.00198.500-3	13	3	3.141.320,29	27/10/2011	5.017.122,97		0,00
170116	6001.01560.500-1	13	4	1.523.029,47	25/10/2011	11.660.000,00		0,00
170116	6001.01309.500.6	13	1	256.070,22	26/10/2011	1.333.148,11		
170116	6001.01310.500-1	13	1	256.070,22	26/10/2011	1.213.475,76		
170116	6001.01311.500-7	13	1	256.070,22	26/10/2011	1.213.475,76		
170116	6001.01312.500-2	13	1	291.727,22	26/10/2011	740.951,26		
170116	6001.01313.500-8	13	1	58.324,07	26/10/2011	1.479.422,03		
170116	6001.01314.500-3	13	1	285.244,13	26/10/2011	1.284.425,89		
170116	6001.01316.500-4	13	1	275.519,49	26/10/2011	1.411.379,55		
170116	6001.01317.500-0	13	1	337.955,02	26/10/2011	1.284.425,89		
170116	6001.01318.500-5	13	1	314.098,11	26/10/2011	1.333.148,11		
170116	6001.01319.500-0	13	1	314.098,11	26/10/2011	1.213.475,76		
170116	6001.01320.500.6	13	1	298.197,96	26/10/2011	1.280.296,48		
170116	6001.01321.500-1	13	1	302.174,11	26/10/2011	1.110.514,55		
170116	6001.01556.500-0	13	3	6.274.512,72	31/10/2011	25.000.000,00		0,00
170116	6001.01558.500-0	13	3	711.074,20	25/10/2011	6.810.000,00		221.112,29
170116	6001.01711.500-1	13	1	266.145,78	26/10/2011	578.620,95		0,00
170116	6001.01561.500-7	13	3	742.844,18	24/10/2011	5.310.000,00		96.816,75
170116	6001.03598.500-4	11	4	15.467.768,12	20/12/2010	43.753.321,73		0,00
170116	6001.04531.500-1	10	3	4.420.000,00	27/10/2011	4.420.000,00		26.641,59

170118	6001.00476.500.2	13	4	506.234,97	31/10/2011	3.300.000,00		0,00
170118	6001.01557.500.5	13	4	10.254.093,37	31/10/2011	21.500.000,00		652.081,09
170119	5883.01645.500-6	13	3	201.048,83	21/10/2011	306.993,57		34.767,94
170119	5925.00004.500-4	13	3	1.410.322,22	21/10/2011	3.908.720,11		101.879,11
170120	5819.00087.500-6	13	3	15.794.117,80	31/10/2011	4.727.254,40		144.048,14
170120	5893.00003.500-7	13	3	258.007,76	31/10/2011	2.046.724,41		25.023,06
170121	5865.00044.500-5	13	2	7.215.202,87	31/10/2011	15.075.000,00		381.707,03
170121	5897.00078.500-9	13	2	353.232,75	31/10/2011	1.906.830,00		15.463,32
170121	5885.00046.500-0	13	2	903.870,00	31/10/2011	1.200.000,00		16.554,03
170122	5839.00035.500-7	13	3	215.215,97	26/10/2011	1.600.000,00		14.627,35
170122	5869.00006.500-0	13	3	5.195.434,00	26/10/2011	9.200.000,00		312.979,54
170122	5877.00012.500-4	13	3	944.176,74	26/10/2011	8.000.000,00		68.940,96
170257	6001.00477.500-8	13	2	5.809.686,58	31/10/2011	27.516.000,00		87.280,67
170257	6001.00493.500-5	13	3	1.378.474,02	31/10/2011	5.596.000,00		60.607,74
170257	6001.00896.500-6	13	3	1.266.817,76	31.10.2011	5.722.000,00		52.932,06
170257	6001.00899.500-2	13	4	1.974.089,73	31/10/2011	1.989.000,00		42.496,04
170257	6001.00903.500-2	13	3	1.319.472,42	31/10/2011	1.633.000,00		30.639,27
170257	6001.00961.500-9	13	3	1.806.175,38	31/10/2011	4.893.000,00		66.941,07
170257	6001.01559.500-6	13	2	955.250,00	31/10/2011	1.452.000,00		12.283,14
170317	5801.00148.500-4	12	3	1.454.105,96	28/10/2011	5.900.018,10		62.467,76
170386	5847 00025.500-3	13	3	401.237,37	31/10/2011	17.165.000,00		128.068,89
170386		13	2	2.857.000,00	31/10/2011	2.857.000,00		125.575,33
<b>Total</b>							<b>0,00</b>	<b>3.347.527,20</b>

## Análise Crítica:

### SRRF07

Estão pendentes de regularização junto a SPU os imóveis da DRF/Macaé, sobre o qual havia divergência quanto à propriedade (União/INSS) e os andares (21º, 25º e 26º) do Edifício Municipal, situado na Avenida 13 de Maio, 13 – Centro, recebidos do INSS por ocasião da junção das Receitas Fazendária e Previdenciária, cuja transferência para a União não está finalizada mas, já são utilizados pela SRRF07, tendo apresentado gastos com manutenção de R\$ 42.586,74 (quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

### DRF/VIT

Estão programadas para 2013 reformas (como adequação às normas de acessibilidade e banheiros) bem como manutenção.

### DRF/RJO I

Os imóveis abaixo passaram a ser utilizados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II – DRF-RJ II, a partir de 2011, em função da reestruturação das antigas Derat/RJO e Defis/RJO. A transferência dos imóveis e a emissão dos novos termos de entrega já foram solicitados a Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro através do Ofício/DRF/RJ I/Gabin nº 3.944/2012, de 16/07/2012 e reiterados, no dia 04/02/2013. O valor histórico se refere ao ano de 2004.

RIP	Nome	Localização
6001.01559.500-6	CAC/Meier	Rua Dias da Cruz, 457 - Meier
6001.00493.500-5	CAC/Campo Grande	Rua Campo Grande, 1110 – Campo Grande
6001.00899.500-2	CAC/Madureira	Praça Armando Cruz, 66 - Madureira

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 8: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental (Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

## 8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

### 8.1 Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

QUADRO 22 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
↳ Exigências incluídas nos editais e contratos (DRF/VIT);					
↳ Implantação de logística reversa no recolhimento de cartuchos de impressão (DRF/VRA);					
↳ Reciclagem papel (ALF/GIG);					
↳ Quando há descarte, o edital prevê que este seja feito conforme a legislação ambiental. (ALF/VIT).					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
↳ Substituição de aparelhos de ar refrigerado com menor consumo de energia. (DRF/VRA);	X				
↳ Redução custo energia (ALF/GIG);					
↳ Redução de consumo de água em virtude da locação de purificadores de água em substituição aos bebedouros de galão (DRF/RJO I)					
↳ Redução de mais de 11% no consumo de energia elétrica além de diminuição do consumo de água de 18%. (DRF/NIT).					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
	Sim ( )		Não (X)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 8.2 Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Ainda que não formalmente instituídas campanhas, para redução de consumo de papel, água e energia elétrica, muitas das Unidades da 7ª RF apresentam significativos decréscimos no consumo destes itens, apenas pelo aumento da percepção individual dos servidores e colaboradores para as questões de sustentabilidade ambiental, como se verifica nos quadro a seguir.

Merece especial destaque a acentuada queda no consumo de papel da Região comparativamente aos anos de 2010 e 2011 e, aí, fundamenta-se a ocorrência na implantação e sedimentação dos processos em meio digital, através do sistema denominado *e-processo*.

QUADRO 23 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

7º Região Fiscal						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010			
<b>Papel</b>	33.896 resmas	44.921 resmas	50.067 resmas	279.055,71	378.813,90	412.383,50
<b>Água</b>	47.928 m <sup>3</sup>	53.773 m <sup>3</sup>	45.638 m <sup>3</sup>	336.795,49	404.297,49	361.563,19
<b>Energia Elétrica</b>	5.570.833 kWh	5.355.943 kWh	5.682.216 kWh	3.906.751,99	3.769.998,93	3.039.192,94
				<b>Total</b>	<b>4.522.603,19</b>	<b>4.553.110,32</b>
<b>SRRF07 – UG 170116</b>						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	5.000 resmas	5.000 resmas	5.000 resmas	40.250,00	40.250,00	39.350,00
<b>Água</b>	2.136 m <sup>3</sup>	2.369 m <sup>3</sup>	2.115 m <sup>3</sup>	11.773,78	13.825,96	11.475,80
<b>Energia Elétrica</b>	258.950 kWh	274.213 kWh	317.970 kWh	160.082,36	152.419,92	156.897,81
				<b>Total</b>	<b>212.106,14</b>	<b>206.495,88</b>
<b>ALF-VIT – UG 170102</b>						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	1.114 resmas	1.409 resmas	814 resmas	11.038,66	15.624,80	8.295,51
<b>Água</b>	1.806 m <sup>3</sup>	1.970 m <sup>3</sup>	1.777 m <sup>3</sup>	8.515,73	10.131,12	8.295,93
<b>Energia Elétrica</b>	325.398 kWh	148.723 kWh	83.601 kWh	229.374,42	227.339,00	267.559,88
				<b>Total</b>	<b>248.928,81</b>	<b>253.094,92</b>
<b>DRF/VIT – UG 170103</b>						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	0 resmas	6.000 resmas	7.000 resmas	0,00	49.698,00	55.860,00
<b>Água</b>	330 m <sup>3</sup>	399 m <sup>3</sup>	338 m <sup>3</sup>	3.258,05	3.694,84	3.179,87
<b>Energia Elétrica</b>	306.275 kWh	274.721 kWh	279.886 kWh	124.213,05	278.137,38	125.601,11
				<b>Total</b>	<b>127.471,10</b>	<b>331.530,22</b>
<b>ALF/RJO – UG 170118</b>						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	1.021 resmas	520 resmas	1.486 resmas	8.219,05	4.539,60	13.002,50
<b>Água</b>	4.749 m <sup>3</sup>	7.949 m <sup>3</sup>	6.668 m <sup>3</sup>	54.414,11	80.339,64	66.727,56
<b>Energia Elétrica</b>	11.069,52 kWh	9.347,92 kWh	10.126,37 kWh	515.767,35	363.521,40	11.069,52
				<b>Total</b>	<b>578.400,51</b>	<b>448.400,64</b>
<b>DRF/VRA – UG 170119</b>						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	2.100 resmas	600 resmas	1.700 resmas	18.703,00	5.635,00	14.520,00
<b>Água</b>	2.181 m <sup>3</sup>	2.512 m <sup>3</sup>	2.786 m <sup>3</sup>	1.501,71	14.018,00	15.028,67
<b>Energia Elétrica</b>	359.159 kWh	379.454 kWh	327.906 kWh	165.500,73	175.228,10	156.897,81
				<b>Total</b>	<b>185.705,44</b>	<b>194.881,10</b>
<b>DRF/CGZ – UG 170120</b>						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	1.371 resmas	1.604 resmas	1.569 resmas	7.988,00	13.660,00	6.296,00
<b>Água</b>	2.008 m <sup>3</sup>	2.508 m <sup>3</sup>	2.136 m <sup>3</sup>	14.462,00	18.964,03	12.964,48
<b>Energia Elétrica</b>	553.523 kWh	619.561 kWh	640.557 kWh	366.283,44	411.118,18	416.813,49
				<b>Total</b>	<b>388.733,44</b>	<b>443.742,21</b>
<b>DRF/NIT – UG 170121</b>						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	2.000 resmas	2.000 resmas	8.000 resmas	15.960,00	16.100,00	62.960,00
<b>Água</b>	4.999 m <sup>3</sup>	6.082 m <sup>3</sup>	6.063 m <sup>3</sup>	54.820,16	61.448,39	56.346,00

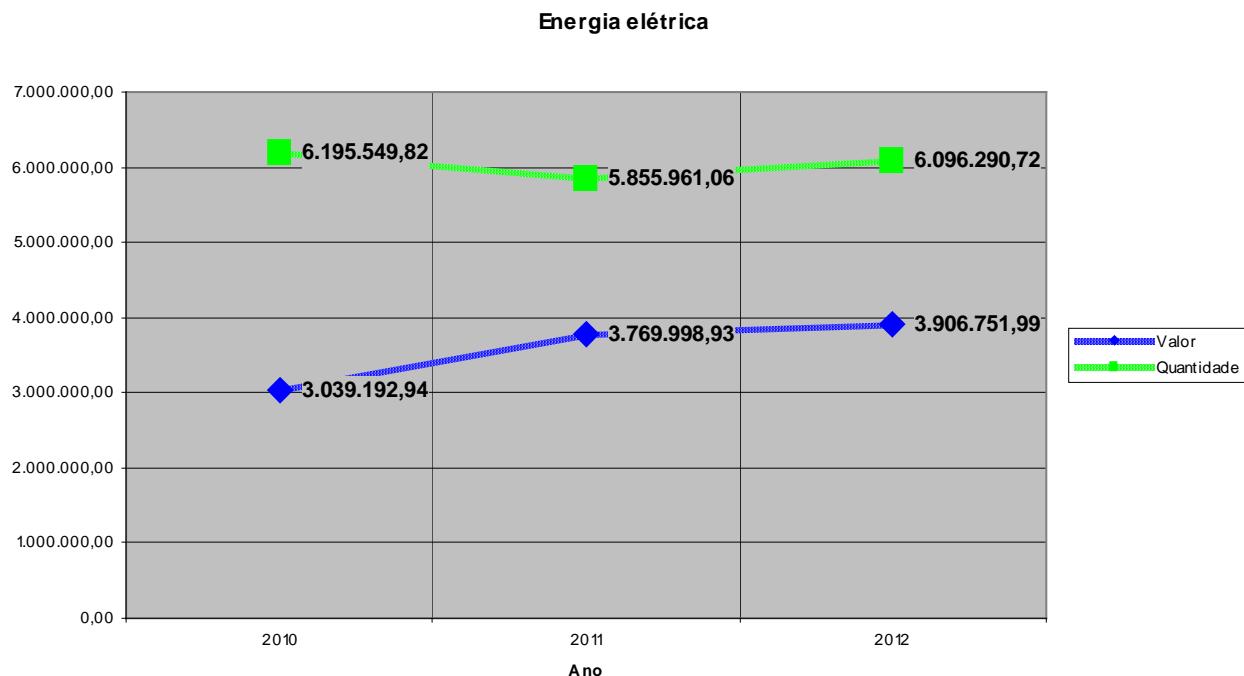
<b>Energia Elétrica</b>	1.153.877 kWh	1.304.350 kWh	1.366.344 kWh	649.709,79	641.519,40	632.439,00
				<b>Total</b>	<b>720.489,95</b>	<b>719.067,79</b>
<b>DRF/NIU – UG 170122</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	6.350 resmas	10.740 resmas	8.278 resmas	52.705,00	90.121,00	69.026,22
<b>Água</b>	7.575 m <sup>3</sup>	8.108 m <sup>3</sup>	4.514 m <sup>3</sup>	70.380,57	66.118,22	31.077,54
<b>Energia Elétrica</b>	1.192.218 kWh	1.131.913 kWh	927.292 kWh	507.861,12	468.781,53	446.228,06
				<b>Total</b>	<b>630.946,69</b>	<b>625.020,75</b>
<b>ALF/GIG – UG 170125</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	300 resmas	0 resmas	4.000 resmas	3.306,00	0,00	32.760,00
<b>Água</b>	0 m <sup>3</sup>	0 m <sup>3</sup>	0 m <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00
<b>Energia Elétrica</b>	0 kWh	0 kWh	0 kWh	0,00	0,00	0,00
				<b>Total</b>	<b>3.306,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DRF/RJO I – UG 170257</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	10.000 resmas	10.000 resmas	9.000 resmas	80.500,00	82.500,00	79.230,00
<b>Água</b>	3.930,50 m <sup>3</sup>	5.611 m <sup>3</sup>	12.565,1 m <sup>3</sup>	41.879,57	60.771,44	141.703,10
<b>Energia Elétrica</b>	544.640 kWh	581.440 kWh	1.952.715 kWh	263.762,11	265.219,44	536.802,95
				<b>Total</b>	<b>386.141,68</b>	<b>408.490,88</b>
<b>757.736,05</b>						
<b>IRF/RJO – UG 170258</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	0 resmas	1.500 resmas	1.500 resmas	0,00	12.075,00	13.020,00
<b>Água</b>	0 m <sup>3</sup>	0 m <sup>3</sup>	0 m <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00
<b>Energia Elétrica</b>	0 kWh	0 kWh	0 kWh	0,00	0,00	0,00
				<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>12.075,00</b>
<b>13.020,00</b>						
<b>DEMAC/RJO – UG 170316</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	1.600 resmas	1.500 resmas	2.010 resmas	0,00	12.075,00	13.020,00
<b>Água</b>	3.342 m <sup>3</sup>	2.931 m <sup>3</sup>	1.239 m <sup>3</sup>	24.388,14	22.421,29	12.973,67
<b>Energia Elétrica</b>	942.000 kWh	739.600 kWh	226.492 kWh	452.444,37	337.334,78	103.516,04
				<b>Total</b>	<b>491.140,51</b>	<b>371.981,07</b>
<b>124.979,71</b>						
<b>ALF/IGI – UG 170317</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	300 resmas	220 resmas	125 resmas	4.170,00	0,00	1.572,27
<b>Água</b>	7.704 m <sup>3</sup>	7.927 m <sup>3</sup>	7.356 m <sup>3</sup>	1.720,80	1.778,80	1.790,57
<b>Energia Elétrica</b>	65.387 kWh	69.366 kWh	62.661 kWh	128.262,00	133.604,32	133.842,09
				<b>Total</b>	<b>134.152,80</b>	<b>135.383,12</b>
<b>137.204,93</b>						
<b>DRF/RJO II – UG 170383</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	2.100 resmas	3.300 resmas	1.060 resmas	17.913,00	26.565,00	8.001,00
<b>Água</b>	4.987 m <sup>3</sup>	5.350 m <sup>3</sup>	0 m <sup>3</sup>	38.563,08	50.785,76	0,00
<b>Energia Elétrica</b>	303.560 kWh	323.272 kWh	0 kWh	296.336,49	315.775,48	0,00
				<b>Total</b>	<b>352.812,57</b>	<b>393.126,24</b>
<b>8.001,00</b>						
<b>DRF/MCE – UG 170386</b>						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Papel</b>	500 resmas	1.055 resmas	xx	3.995,00	9.820,50	xx
<b>Água</b>	261,80 m <sup>3</sup>	xx	xx	1.117,79	xx	xx

<b>Energia Elétrica</b>	80.234 kWh	xx	xx	47.157,76	xx	xx
			<b>Total</b>	<b>52.270,55</b>	<b>9.820,50</b>	<b>xx</b>

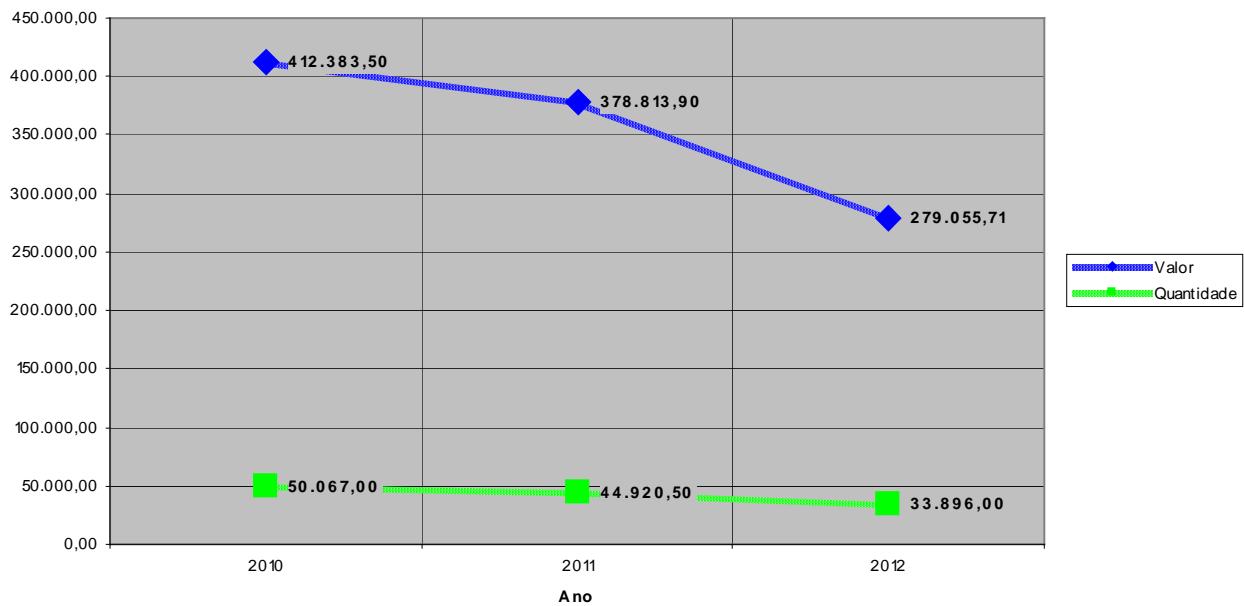
Fonte: SIASG, SIAFI e SIADS.

#### Observações:

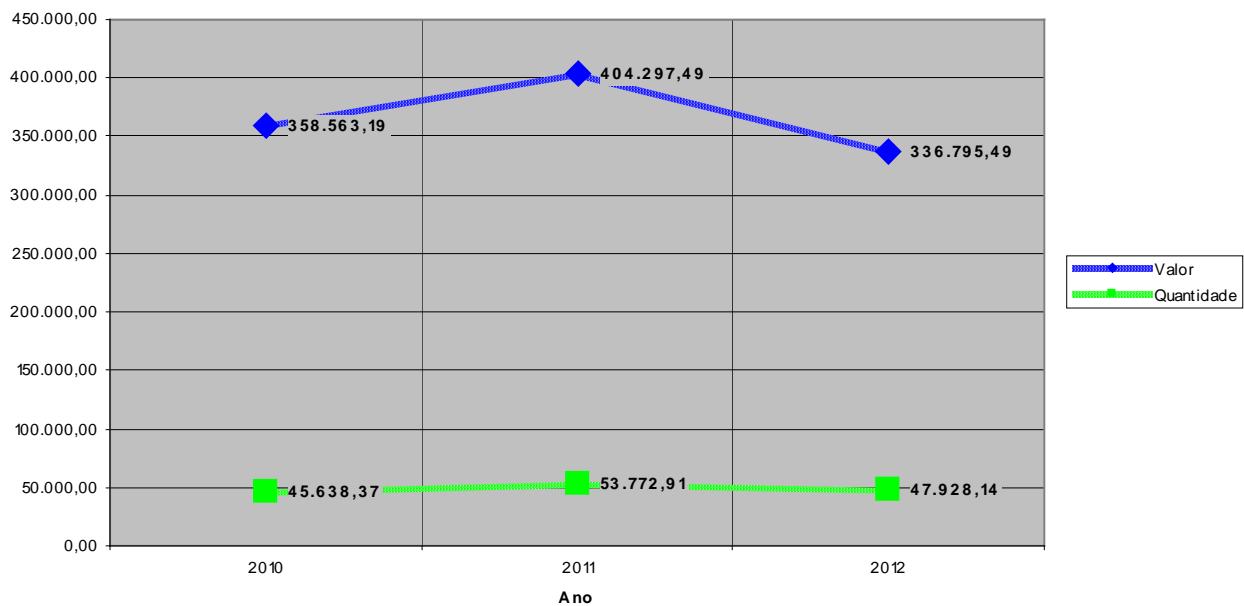
- (1) A SRRF07 transferiu 3.820 resmas de papel, em 2010, para as seguintes Unidades: DRF/RJO I (3.020), IRF/RJO (300) e ALF/IGI (500). Em 2011, 900 resmas, sendo 200 para a DRF/CGZ, 100 para a IRF/RJO e 800 para a DRF/RJO I. Já em 2012, foram 700 resmas, assim distribuídas: 400 para a DRF/CGZ, 200 para a DRF/MCE e 100 para a DRF/RJO I.
- (2) A ALF/GIG não apresenta gastos referentes à água e energia elétrica, uma vez que essas despesas são de responsabilidade da INFRAERO.
- (3) A DRF/RJO I apresentou significativa redução de consumo e gastos referentes à água e energia elétrica, em 2011, em razão da transferência de 4 CACs para a DRF/RJO II (Barra, Méier, Campo Grande e Madureira), o que também explica o acréscimo de consumo e gastos na DRF/RJO II.
- (4) A IRF/RJO não apresenta gastos referentes à água e energia elétrica, uma vez que essas despesas são de responsabilidade da SAMF/RJ, por estar a Unidade sediada no Edifício Sede do Ministério da Fazenda no RJ.
- (5) A DEMAC/RJO mudou-se para a atual sede em setembro de 2010, quando passou a arcar com despesas de água e energia elétrica. Até aquele momento a Unidade estava localizada no Edifício Sede do Ministério da Fazenda no RJ.
- (6) A ALF/IGI recebeu em doação o papel consumido em 2011, razão pela qual não há informação referente a custo.
- (7) A DRF/MCE assumiu as despesas de água e energia elétrica, referentes ao imóvel onde funciona o CAC/Macaé, em 2012. Antes o imóvel abrigava a Agência de Macaé, vinculada a DRF/CGZ.



## PAPEL



## Água



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 9: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas (Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)**

## 9. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

### 9.1 Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno

QUADRO 24 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.658/2011-9	6715/2012-1ª Câmara	1.7	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 7ª Região Fiscal (SRRF07)					3158
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>1.7. Determinar à Superintendência Regional da Receita Federal - 7ª Região Fiscal que, no prazo de 90 (noventa) dias:</p> <p>1.7.1. com base nos Princípios Constitucionais da Eficiência, da Legalidade e da Impessoalidade e, especificamente, na Lei nº. 11. 457 / 2007 e nos parágrafos 2º. e 3º. do art. 4º. e art. 10 do Decreto 4050 / 2001, providencie, buscando, se necessário, o devido apoio do órgão de coordenação central da Receita Federal do Brasil ao qual está subordinada:</p> <p>1.7.1.1. a inserção, em todos os processos cabíveis de cessão de servidores, das respectivas autorizações de prorrogações anuais;</p> <p>1.7.1.2. efetiva implantação de rotina de cobrança, aos cessionários, dos reembolsos decorrentes das cessões, com os devidos mecanismos de controle e monitoramento;</p> <p>1.7.1.3. o reembolso das remunerações decorrentes das cessões dos servidores de matrículas 914564, 1030139 e 1259184, com posterior regularização temporal desses reembolsos.</p> <p>1.7.2. com base nos Princípios Constitucionais da Eficiência e da Legalidade e, especificamente, na Orientação Normativa SRH / MPOG nº. 4, de 11/04/2011, Lei nº. 11. 457 / 2007 e nos parágrafos 2º. e 3º. do art. 4º. e art. 10 do Decreto 4050 / 2001, que providencie:</p> <p>1.7.2.1. a utilização, no cálculo do benefício do auxílio-transporte, para viagens intermunicipais, o valor do ônibus especial / seletivo do tipo comum, tendo em vista que cabe à Administração optar e fazer prevalecer o meio de transporte menos oneroso;</p> <p>1.7.2.2. o pagamento aos usuários desses meios de transporte condicionado à apresentação dos bilhetes utilizados no mês anterior;</p> <p>1.7.2.3. a verificação e adoção de todas as alterações necessárias para o aprimoramento do sistema de prestação de contas relativas ao auxílio-transporte, bem como realize o acerto financeiro porventura resultante dessa revisão, em termos de valores recebidos e não utilizados, sanando as falhas detectadas no Relatório Anual de Auditoria de Gestão da Controladoria-Geral da União relativo ao exercício de 2010 e criando um sistema que iniba a ocorrência de novos erros.</p> <p>1.8. Medida: dar Ciência à Superintendência Regional da Receita Federal-7ª Região Fiscal das seguintes impropriedades:</p> <p>1.8.1. ausência de registro, no Sistema SPIUnet, de dois imóveis recebidos do INSS, um imóvel construído em terreno cedido pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e outro imóvel cedido pela Prefeitura da cidade de Rio Bonito - RJ, todos apontados no Relatório Anual de Auditoria de gestão da Controladoria-Geral da União referente ao exercício de 2010;</p> <p>1.8.2. repetição de registros de imóveis no Sistema SPIUnet ( R IPs diferentes para um mesmo imóvel ); e</p> <p>1.8.3. data de validade de avaliação vencida para vinte imóveis registrados no SPIUnet.</p>					

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Divisão de Gestão de Pessoas e Divisão de Programação e Logística.	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
<p>1.7.1.1.. - A inserção das autorizações das prorrogações nos processos dos servidores cedidos, está em fase final de complementação.</p> <p>1.7.1.2 - A implantação da rotina de cobrança, aos cessionários, dos reembolsos decorrentes das cessões se encontra em aprimoramento. Foram criados processos individuais para controle e canais de comunicação com as cessionárias para orientação e cobrança das obrigações legais, como também dos mecanismos de controle e monitoramento das cobranças.</p> <p>1.7.1.3 - O trabalho de verificação do reembolso das remunerações decorrentes das cessões, estão praticamente completos, foram realizados procedimentos de revisão e efetuadas cobranças das diferenças apuradas a partir da conferência com as fichas financeiras.</p> <p>1.7.2.1 - Foi realizado o recadastramento dos beneficiários em 2011, além da edição da Ordem de Serviço SRRF07 03 de 08/09/2011 para o controle dos pagamentos e garantia da prevalência do meio de transporte menos oneroso.</p> <p>No primeiro trimestre do ano corrente está previsto novo recadastramento e a conclusão da revisão da ordem de serviço supracitada para aperfeiçoar esse controle.</p> <p>1.7.2.2 - Com o recadastramento dos beneficiários do auxílio-transporte, em 2011, e a Ordem de Serviço SRRF07 03, de 08/09/2011, foi ordenada a rotina de controle dos pagamentos, condicionados à apresentação dos bilhetes originais utilizados no mês, até o quinto dia do mês seguinte ou suspensão do benefício, em caso de descumprimento.</p> <p>1.7.2.3 - As medidas necessárias para o aprimoramento do sistema de controle das contas relativas ao auxílio transporte se encontram em fase de aperfeiçoamento e as providências para sanear as falhas detectadas no Relatório Anual de Auditoria de Gestão da Controladoria-Geral da União relativo ao exercício de 2010 estão em andamento.</p> <p>1.8.1. - Com exceção dos andares (21º, 25º e 26º) do Edifício Municipal, situado na Avenida 13 de Maio, 13 – Centro, recebidos do INSS por ocasião da junção das Receitas Fazendária e Previdenciária, cuja transferência para a União ainda não está finalizada, os demais imóveis já foram registrados no Sistema SPIUnet.</p> <p>1.8.2 - O edifício Sede da ALF/VIT foi cadastrado pelo SPU por salas apresentando, portanto, 92 RIPS. Assim, como o edifício Sede da DEMAC/RJO, cadastrado por andar, que apresenta 13 RIPS.</p> <p>1.8.3.- Todos os imóveis utilizados pela 7ª Região Fiscal foram reavaliados em 2011.</p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

## 9.2 Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno

A auditoria interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) foi criada em 2007, por meio da aprovação do Regimento Interno da RFB, Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007. No atual Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está representada no organograma das Unidades Centrais, pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), como órgão de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da RFB.

Desde a sua criação, a Audit foi estruturada de forma centralizada, não possuindo projeções nas Unidades Descentralizadas desta RFB.

Neste contexto, todas as ações de auditoria interna conduzidas pela Audit são planejadas, programadas, coordenadas e acompanhadas de forma centralizada, podendo ser operacionalizadas por intermédio de equipe própria ou com o auxílio de colaboradores cedidos pelas demais unidades desta Secretaria.

Diante do exposto e em atendimento ao item 10.2 da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, informamos que esta Superintendência Regional não possui unidade própria de auditoria interna, sendo auditada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna da RFB.

Com relação ao acompanhamento das ações de auditoria interna informamos que:

- todo trabalho de auditoria interna no âmbito da RFB encontra-se formalizado em processo numerado;
- desde o final de 2011, a tramitação destes processos ocorre de forma eletrônica, por intermédio de sistema denominado e-Processo;
- os processos de auditoria interna tramitam de forma reservada (tem caráter sigiloso), com acesso restrito à Audit, à Superintendência e à unidade auditada;
- o Relatório de Auditoria Interna, contendo as constatações e recomendações feitas pela Audit, é primeiramente levado ao conhecimento da autoridade máxima da UJ, no caso o Superintendente Regional, que após tomar ciência do resultado da auditoria, redireciona o processo internamente para a unidade auditada ou para a área da Superintendência responsável pela matéria;
- toda tramitação do processo de auditoria fica registrada no e-Processo;
- de modo geral, esta UJ tem acatado as recomendações da auditoria interna e adotado as devidas providências para o seu atendimento, algumas delas inclusive no decorrer da própria auditoria;
- o controle das recomendações é feito pela Divisão correspondente ao tema da auditoria;
- em 2012, esta UJ foi objeto de 08 auditorias internas, abrangendo 04 unidades;
- caso haja necessidade, as recomendações da auditoria interna podem vir a ser discutidas em videoconferências ou reuniões denominadas Diálogo de Gestão, com a participação de gestores da Alta Administração da RFB, da Audit e da Superintendência;
- a Superintendência divulga para as demais unidades jurisdicionadas as recomendações feitas pela auditoria interna de modo a padronizar procedimentos e a corrigir possíveis falhas procedimentais.

### 9.3 Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

A evolução do trabalho relativo à DBR – Declaração de Bens e Rendas apresentou um grande avanço em comparação a 2011, inclusive em relação à capacidade de identificar de forma sistêmica as pendências dos ocupantes de funções comissionadas.

QUADRO 25 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR						
REGIÃO	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES	DAS 101.1	FGR 0001	FGR 0003	TOTAL
7 <sup>a</sup>	DRF/VIT	10				10
	SRRF07	570	2	6	1	579
		<b>580</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>589</b>
<b>TOTAL RFB</b>		<b>889</b>				

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

#### Análise Crítica

Atualmente 2.851 servidores (83 % do corpo funcional da Região) estão com os registros atualizados. No âmbito da RFB, durante o 1º semestre de 2013 devem ser atualizados 913 registros resultantes da entrega da DBR 2012 ano base 2011, além das novas DIRPF 2013 ano base 2012, cujo prazo final de entrega ocorre no último dia útil do mês de abril de 2013.

Em relação aos servidores ocupantes de função a pendência para 2013 abrange 24 servidores (0,545% dos atuais ocupantes de função). A meta é zerar as pendências de DBR dos ocupantes de função foi impactada nos momentos finais dos trabalhos da Tomada de Contas devido à ausência de alguns desses servidores por licenças saúde e/ou férias. A consulta que permitiu visualizar de forma sistêmica os dados dos ocupantes de função entrou em produção apenas no início do mês de fevereiro de 2013.

#### Resultado do trabalho de saneamento de pendências

	PENDÊNCIAS 2011	PENDÊNCIAS 2012	REDUÇÃO
7 <sup>a</sup> Região Fiscal	3.148	589	-81,29%
RFB	<b>6.082</b>	<b>913</b>	<b>-84,99%</b>

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

Periodicamente a COGEP, através de suas projeções regionais, promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega da DBR, ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

**9.4 Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011**

Esta declaração consta no anexo 1 da página 151

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7<sup>a</sup>  
REGIÃO FISCAL – SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Item 10: Informações Contábeis** (*Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

## 10. Informações Contábeis

### 10.1 Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade

1) Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, a Unidade Jurisdicionada, informa que, quanto à:

**a) Depreciação** - redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência:

- **Bens Móveis**

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

#### Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

- Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e

- Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 1.4.2.12.02.00 - Aeronaves e 1.4.2.12.20.00 - Embarcações, não previstos na norma da anterior.

#### Cálculo da depreciação

Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações - Método das Cotas Constantes.

**As taxas utilizadas para os cálculos são as definidas no quadro abaixo**

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10

142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10

142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

• **Bens Imóveis**

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece, no âmbito da União, o cronograma para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

A depreciação dos bens imóveis da União, sob responsabilidade da RFB, será discutida e implantada no âmbito do Órgão Ministério da Fazenda, assim como foi com a depreciação de bens móveis. Ao longo do exercício de 2013, as Setoriais de Contabilidade da RFB e do Ministério da Fazenda irão desenvolver trabalhos voltados para a discussão e realização do registro da depreciação dos bens imóveis.

**b) Amortização** - redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Em relação à amortização, a RFB possui registros contábeis de bens intangíveis e ao longo do exercício de 2013 iniciará o registro da amortização desses bens.

Ressaltamos que, de acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

**c) Exaustão** - redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Quanto à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Unidade Jurisdicionada informa que, houve reconhecimento, na UG 170010 - Órgão Central, de ativos e passivos de acordo com os princípios da competência e oportunidade.

Por tratar-se de informações administradas nacionalmente, no Relatório de Gestão do Órgão Central constam informações a respeito da contabilização de tais ativos e passivos.

**10.2 Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Superintendência da Receita Federal do Brasil – 7ª Região Fiscal		170116

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a)..Fluxo de Caixa e Resultado Econômico porque não estão disponibilizados no SIAFI;.....

b)...Balanço Orçamentário porque as informações desta demonstração contábil são passíveis de observação  
apenas em nível de Órgão (Ministério da Fazenda)

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	<b>Rio de Janeiro – RJ</b>	<b>Data</b>	<b>14/03/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>JACIRA DO RÊGO BARROS</b>	<b>CRC nº</b>	<b>49976/O-5</b>

## **DECLARAÇÃO SIASG e SICONV**

Eu, Márcia Rita Coluchi Cavalcante, CPF nº 726.099.587-49, Chefe da Divisão de Programação e Logística, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade e todas de sua estrutura estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores, **EXCETO** no tocante a:

- UG: 170118: Termo de Cessão ALF/RJO nº 5/2010 – Cessão de Área ao Banco do Brasil – Vigência 24/08/2012

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

  
Márcia Rita Coluchi Cavalcante

CPF 726.099.587-49

Chefe da Divisão de Programação e Logística  
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal